

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 5 de Outubro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1140 • Director: Carlos Brito

**Resultados
comparados
das
legislativas**

Págs. 16 a 22

**Reuniu o Comité Central do PCP
que apreciou resultados eleitorais e salientou**

A VONTADE DE MUDANÇA

Págs. 6 e 7



Editorial Prosseguir a luta



CDU encerra campanha em Almada

RESUMO

26
Terça-feira

Carlos Carvalhas visita o mercado de Arroios, almoça depois com trabalhadores da CM de Loures e à noite participa num comício-festa da CDU em Alverca ■ Álvaro Cunhal participa num jantar-convívio em Almada, seguindo depois para um comício-festa no Barreiro ■ Começam a circular dois novos barcos catamarãs que transportam passageiros entre Lisboa e o Montijo ■ Os trabalhadores dos portos de Lisboa e Setúbal iniciam uma greve de três dias contra a falta de cumprimento da legislação laboral em vigor ■ A Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses envia moção ao Governo manifestando insatisfação por este não ter feito a revisão do Estatuto da carreira diplomática ■ O governo britânico aceita a proposta de Portugal de receber cinco refugiados timorenses.

27
Quarta-feira

Carlos Carvalhas janta com apoiantes da CDU em Palmela e à noite participa num comício-festa na Moita, onde também intervém Octávio Teixeira, cabeça de lista pelo distrito de Setúbal ■ Realiza-se na Amadora um comício-festa da CDU com a intervenção de Álvaro Cunhal ■ Pescadores galegos bloqueiam a ponte de Valença durante algumas horas para exigirem que o acordo de pescas entre Marrocos e Portugal seja assinado ■ Representantes sindicais dos guardas florestais protestam em Lisboa junto à Direcção-Geral da Administração Pública, exigindo a dignificação das suas carreiras e melhores salários ■ Decorre em Nova Iorque nova ronda das negociações de paz para a Bósnia.

28
Quinta-feira

Carlos Carvalhas janta com apoiantes da CDU em CT Vitória e mais tarde participa numa festa popular na Praça da Figueira ■ Álvaro Cunhal participa num jantar-convívio com apoiantes da CDU e depois intervém num comício em Guimarães ■ Trabalhadores da Torralta com salários em atraso manifestam-se em Lisboa, na tentativa de chamar a atenção do Governo para a situação da empresa ■ Em Washington, Yasser Arafat, presidente da OLP, e Yitzhak Rabin, primeiro-ministro israelita, assinam o acordo de paz para tentar garantir a autonomia da Cisjordânia.

29
Sexta-feira

No último dia de campanha eleitoral, Carlos Carvalhas visita o Barreiro, Sesimbra, Alcochete, Pinhal Novo, Montijo, e à noite participa num comício em Almada ■ Comício da CDU, no Porto, com Álvaro Cunhal e João Amaral, cabeça de lista pelo distrito ■ A ex-ministra da Saúde, Leonor Belezá, e a sua mãe vão responder em Tribunal pela acusação da prática do crime de propagação de sangue contaminado pelo vírus da Sida ■ A cinco

semanas de eleições na Polónia, a igreja católica incentiva os fiéis a não votar na coligação governamental, de esquerda ■ O suspeito argelino responsável pelos atentados em França é abatido a tiro pelas autoridades policiais.

30
Sábado

Segundo o relatório do Ministério do Emprego, Portugal é o país da Europa com mais acidentes de trabalho ■ O cadáver de Adelino Amaro da Costa é exumado no âmbito das investigações do caso Camarate ■ Eleições na Letónia para eleger os membros do Parlamento ■ Cerca de vinte mil militantes antinucleares manifestam-se em Paris e em outras cidades contra os testes nucleares ■ O governo francês admite que tenciona expulsar 20 mil imigrantes clandestinos por ano.

1
Domingo

Realizam-se em Portugal eleições legislativas ■ O vereador da CDU na CM de Torres Novas contesta o acordo entre a Câmara e o ministro da Saúde ■ Quinze freguesias de Braga e Faro boicotam as eleições ■ A Câmara de Viana do Alentejo revela que desapareceu a verba de 50 mil contos destinados a um novo centro de saúde prometido à população desde Abril ■ Dezenas de colonos judeus manifestam-se contra a extensão da autonomia palestiniana.

2
Segunda-feira

O PS vence as eleições legislativas ficando à beira da maioria absoluta, o PSD sofre uma pesada derrota, a CDU mantém o mesmo nível de percentagem das últimas eleições e o PP duplica a votação de 1991 ■ Os serviços antifraude da Comissão Europeia começam a investigar as alegadas ilegalidades cometidas pela UGT nos cursos de Formação Profissional ■ O sindicato dos tripulantes de cabina acusa a TAP de não pagar os seguros de vida e saúde dos tripulantes ■ Em eleições locais na Rússia, os comunistas conquistam 22 dos 24 lugares no Parlamento local de Valograd (centro da Rússia).

3
Terça-feira

Reúne o Comité Central do PCP para analisar o resultado das eleições ■ A Procuradoria Geral da República manda instaurar um inquérito ao ainda ministro da Saúde, Paulo Mendo, por eventual violação da lei eleitoral, enquanto a Comissão Nacional de Eleições recolhe informações para eventual processo-crime contra a SIC, pelo mesmo motivo ■ No quinto aniversário da reunificação da Alemanha, a maioria da população fica em casa, generalizando que está o sentimento de que "não há nada para festejar" ■ Em Los Angeles, o júri encarregado de julgar O.J. Simpson declara-o "não culpado" da acusação de assassinio da ex-mulher e de um amigo dela.

Prosseguir a luta

É esta força que contará tanto mais quanto maior for o número daqueles que a ela se juntarem para que a sua vontade não seja defraudada.

O Comité Central, sublinhando que o PS conseguiu a sua expressiva votação proclamando nos comícios e nos tempos de antena «a sua oposição a aspectos da política do Governo PSD», alertou para o facto de o programa do PS inscrever «orientações que correspondem aos interesses do grande capital, e que confirmam a coincidência de aspectos essenciais da sua política com a política do PSD».

As manifestações de regozijo pela vitória do PS e de apoio ao seu programa económico por parte dos

A luta popular será, contudo, o factor decisivo para que a vontade de mudança expressa pelo eleitorado não seja defraudada pela nova governação e para que se abram os caminhos em que uma nova política possa ser concretizada.

grandes senhores do dinheiro, das centrais do capital e das confederações patronais não pode deixar de suscitar fundadas apreensões no mundo do trabalho e em todas as esferas populares.

O velho «tubarão» Champalimaud dá conselhos ao PSD para apoiar a política económica do PS e os diferentes meios capitalistas do país e até estrangeiros movimentam-se febrilmente em torno da questão da formação do novo governo e da definição da sua política económica e financeira.

Por outro lado, multiplicam-se já depois das eleições declarações sobre consensos, entendimentos e "pactos de regime" da parte de dirigentes do PS, do PSD e do CDS em matérias de tão graves repercussões no regime e na vida democrática como a revisão da Constituição ou a alteração à legislação eleitoral.

A estratégia anunciada por Guterres de que o PS governará sozinho, fazendo entendimentos à direita ou à esquerda conforme as matérias, traz à memória a recor-

dação, nada tranquilizadora para os trabalhadores e as massas populares, do primeiro Governo de Mário Soares, que também se intitulava do «PS sozinho», mas que foi aliado de facto da direita.

Tem, por tudo isto, plena oportunidade e fundamento, o alerta do Comité Central do PCP para «o risco de uma grande frustração e desilusão de que, tal como no passado, a direita não deixaria de se voltar a aproveitar».

Reveste, ao mesmo tempo, um significado político da maior importância a afirmação do Comité Central de que «não será por culpa ou responsabilidade do PCP que virá a ser desperdiçada a oportunidade de uma real mudança de política».

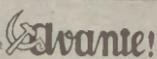
Na iminência da formação do novo Governo, que terá que elaborar e apresentar o seu programa à Assembleia da República, é, também muito oportuno e adequado que o PCP chame a atenção do povo português, como se faz no documento do Comité Central, para «objectivos que considera essenciais para pôr fim à desastrosa política de direita (...) para que seja superada a pesada herança deixada pelo Governo do PSD, para que seja realizada uma nova política capaz de resolver os graves problemas que Portugal defronta».

A luta popular será, contudo, o factor decisivo para que a vontade de mudança expressa pelo eleitorado não seja defraudada pela nova governação e para que se abram os caminhos em que uma nova política possa ser concretizada.

Neste sentido, também o Comité Central não deixou qualquer dúvida, ao afirmar:

«O PCP prosseguirá, em todos os planos e esferas da vida nacional, a sua luta por uma nova política, apresentará propostas e desenvolverá múltiplas iniciativas favoráveis à solução dos problemas nacionais, e apelará à intervenção directa e determinante dos portugueses na defesa dos seus interesses e na luta pela satisfação das suas justas reivindicações e aspirações.»

Para que o Partido cumpra cabalmente esta tarefa e desempenhe o papel insubstituível que tem na vida nacional, é essencial que se ocupe do seu reforço orgânico, como tão insistentemente foi considerado e recomendado na reunião, de 3 de Outubro, do seu órgão máximo entre congressos.



Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sôcio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sôcio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!», acompanhado de cheque ou vale de correio.

O feitiço contra o feiticeiro

Uma das imagens que marcou a passada noite eleitoral, de 1 de Outubro, foi a de Cavaco Silva, sombrio e abatido, a declarar que também se sentia «parcialmente responsável pela derrota».

É, na aparência, uma assunção das responsabilidades, mas na realidade trata-se de uma declaração claramente eufemística e de quem pretende sacudir a água do capote.

Na verdade, Cavaco não é apenas um dos responsáveis pela derrota do PSD, mas é sim o grande derrotado das legislativas de 1995.

O que estava em causa nestas eleições não era evidentemente a maneira como Nogueira, mais ou menos rouco, lá foi fazendo a campanha do PSD.

Estavam em causa, sim, a política e actuação do Governo, da maioria parlamentar do PSD e, muito especialmente, do seu chefe e principal responsável - Cavaco Silva - e foi sobre eles que recaiu a severa e clamorosa condenação do eleitorado.

Este resultado não estava com certeza nos cálculos do homem de Boliqueime quando há cerca de um ano iniciou o seu primeiro tabu.

Ao renunciar à chefia do PSD e ao anunciar que, em consequência, não seria «candidato

a primeiro-ministro», Cavaco julgava poder furtar-se à condenação das urnas e conseguir um certo distanciamento das peripécias partidárias, através de uma intervenção da campanha «toda institucional», especialmente com as inaugurações, para entrar nas presidenciais pela porta grande do «homem de Estado».

As coisas não se passaram assim.

A prometida retoma não se verificou de forma significativa, a situação económica e social continuou a degradar-se, a pré-campanha e a campanha eleitorais não tiveram os efeitos de diversão que o Governo desejava e em vez disso deram expressão ao profundo descontentamento popular e à grande vontade de mudança.

O descrédito do Governo e do partido do Governo acentuou-se, o ainda então primeiro-ministro teve que descer à rua da campanha e nem sequer ficou de fora das intrigas partidárias, o que aumentou ainda mais o seu papel na derrota.

É natural que na situação criada após o dia 1 de Outubro, Cavaco não tenha qualquer vontade de anunciar a sua candidatura presidencial.

Mas pode Cavaco recuar?

Foi a ambição presidencial, a que tudo tem sacrificado, que o levou a inventar os tabus 1 e 2.

Foi essa ambição que o levou, a ele que se tinha auto-intitulado «o homem do leme», a abandonar o navio no meio da tempestade e, depois, a impor, ao seu partido, um silêncio absoluto em relação às presidenciais, para que só ele pudesse escolher o momento e o sentido de uma decisão nesta matéria.

Com esta conduta, pela ironia da política, tabu após tabu, Cavaco acabou por se entalar a si próprio.

O feitiço virou-se contra o feiticeiro.

O apelo de Durão Barroso a Cavaco Silva para se candidatar às presidenciais, lançado na hora da derrota, é uma tentativa para atenuar os efeitos desta e sugerir uma possibilidade de desforra.

Mas este apelo deve também traduzir o ambiente dominante no PSD para chamar à pedra o antigo líder, lembrando-lhe as responsabilidades e as culpas a que se quer furtar.

A isto chegou o «chefe incontestado» que disse de si próprio «eu nunca erro e raramente me engano»...

■ Carlos Brito

Com confiança

Sempre colocando em lugar de destaque o objectivo de derrotar a direita - afastando o PSD do Governo e colocando o PSD e o CDS em minoria na Assembleia da República - insistimos, durante a campanha eleitoral, numa outra ideia: a de que não bastava derrotar a direita, era necessário derrotar também a política de direita. Dissemos, sublinhando a importância disso, que se, para derrotar a direita o voto na CDU valia tanto como o voto no PS, para derrotar a política de direita o voto na CDU era o único que contava. Por tudo isto, demonstrávamos, o reforço da expressão eleitoral da CDU apresentava-se como uma questão de importância marcante. E no desenvolvimento destes raciocínios dizíamos que a distribuição de forças entre o PS e a CDU se revestiria de enorme relevância. Dizíamos mesmo, exemplificando, que muito diferente seria, no conjunto dos 116 deputados necessários para a maioria na AR, se, por exemplo, o PS dispusesse de 110 e a CDU de 6 ou se (outro exemplo) o PS tivesse 90 e a CDU 26.

Mostrou a realidade que não conseguimos convencer muitos eleitores de esquerda da justiça do nosso raciocínio. Eleitores que, por isso e porque receavam uma nova vitória do PSD, cederam aos apelos dramáticos do PS - feitos particularmente nas duas últimas semanas e através da mais desbragada ofensiva manipuladora - e deslocaram o seu voto do sítio certo: a CDU, para o que não o era: o PS.

Estou em crer que na própria noite das eleições muitos desses eleitores não teriam verificado isso mesmo, não teriam constatado que a grande utilidade do seu voto era na CDU, que a deslocação que fizeram em nada beneficiou a Esquerda, em nada contribuiu, antes pelo contrário, para a derrota da política de direita e para o avanço de uma política de esquerda.

Vale a pena, agora na base dos resultados reais das eleições, proceder ao mesmo raciocínio que desenvolvemos durante a

campanha eleitoral. O PS obteve 43,8% dos votos; a CDU 8,6%; o PSD 34%. Imaginemos que a correlação entre o PS e a CDU era, por exemplo, a seguinte: PS 38,8%; CDU 13,6%. Não é verdade que com este resultado o PSD, a direita, seria na mesma derrotada? E não é verdade que essa derrota do PSD seria muito mais concludente e sólida e segura com tal resultado? E não é verdade, ainda, que tal resultado - derrotada a direita e reforçada eleitoralmente a CDU - constituiria um contributo importantíssimo para uma mudança a sério, para uma mudança de política e não apenas de pessoas e de estilo?

Creio que não haverá dúvidas nas respostas a dar a estas perguntas. Como não haverá dúvidas de que essa deslocação de votos da CDU para o PS - apesar das boas intenções e preocupações que a motivaram - se revelou extremamente negativa, e poderia ter conduzido a um desastre eleitoral se não tivesse sido compensada pela votação na CDU de muitos e muitos novos eleitores, nomeadamente jovens. Compensação que resulta do enorme prestígio de que dispunha o PCP por efeito da sua prática firme, determinada, coerente, de permanente acção na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo; compensação que é também resultante da magnífica campanha eleitoral que realizámos, graças ao empenhamento generoso, dedicado, determinado de um vastíssimo conjunto de militantes do Partido e de outros activistas da CDU e na qual a juventude marcou presença massiva e entusiástica.

Poderíamos ter tido um resultado espectacular. Tivemos um resultado que ficou aquém dos nossos desejos e das nossas necessidades. Mas que, apesar disso e tendo em conta as condições em que foi obtido, nos estimula a trabalhar mais e melhor no futuro. Com confiança.

■ José Casanova

A luta continua

A derrota do PSD e a colocação do PSD e do CDS em minoria na Assembleia da República representa uma alteração muito profunda do quadro político nacional e abre perspectivas mais favoráveis do que anteriormente para o prosseguimento da luta por uma política de esquerda para Portugal.

Sem dúvida que a postura "centrista" que o PS adoptou e a natureza das propostas essenciais que inscreveu no seu programa eleitoral animam a direita a tentar fazer de conta que não foi afastada do poder. E toda a algazarra em torno do crescimento

do CDS/PP vai no mesmo sentido, quando do ponto de vista eleitoral ele traduz essencialmente uma reorganização no eleitorado da direita, um regresso à casa antiga de eleitores que durante quase dez anos se acolheram sob o pendão do PSD.

Não foram aliás necessárias 48 horas, passado o acto eleitoral, para que um conhecido plumitivo da direita proclamasse que "a direita" ganhou, porque é mais normal somarem-se os votos do PS e do PSD (e até do PP) do que os da CDU e do PS".

Ora onde esta aritmética falha rotundamente - como mais cedo que tarde a vida se vai encarre-

gar de demonstrar - é que a expressiva votação do PS foi obtida contra o PSD e a política de direita, e não é por isso adicionável à vontade exactamente contrária. É a vontade de mudança expressa pelos eleitores do PS e da CDU, por mais de metade do eleitorado, que pode ser somada, e que representando o aspecto mais expressivo da nova realidade política não pode por isso ser iludida.

O papel do PCP e da CDU neste novo quadro vai ser obviamente essencial.

Não é aliás elucidativo que, no rescaldo das eleições, o sala-

zarento dirigente do PP tenha escolhido os comunistas como alvo imediato, com a prestigiosa acusação do PCP ser "um fantasma do passado"?

E não é esclarecedor do que lhe vai na alma que tenha afirmado que "o PCP só consegue representatividade no Parlamento em função do sistema eleitoral que cada vez é mais anacrónico" e que por isso "obviamente" deseja rever o sistema eleitoral?

Novos combates se aproximam - a luta continua.

■ Edgar Correia

ALARME

"CIA - operações clandestinas"

A

CIA é uma instituição norte-americana famosa pelas suas acções de desestabilização nos países que optam por soluções políticas que os EUA não aprovam.

A CIA tornou-se tristemente célebre na acção que desenvolveu para derubar Mossadegh no Irão nos anos cinquenta, Salvador Allende no Chile, Fidel Castro em Cuba, e pelas suas múltiplas acções desestabilizadoras em muitos países.

Frank Carlucci, ex-director da CIA e embaixador dos EUA no período revolucionário em Portugal, orgulhar-se-ia mais tarde do seu trabalho conspirativo...

H

á dias, o "boss" da CIA não podia ser mais explícito sobre o papel da Agência que controla. Os EUA precisam de "manter e talvez mesmo expandir as operações clandestinas como instrumento de política" - in *Público*, de 24.9.95.

John M. Deutch, o novo Director da CIA, assumiu aquilo que se sabe sobre as actividades da CIA, e que normalmente a Agência oculta... Ao afirmar que a CIA expandirá as ingerências nos assuntos internos de outros países, o Director da Agência de espionagem do país mais poderoso do mundo está a comportar-se como um fora da lei, como um violador grotesco do direito internacional.

Os princípios que regem as relações entre Estados condenam de um modo resoluto a ingerência por parte de qualquer Estado nos assuntos internos de outro Estado.

O

s EUA são hoje a única superpotência. Determinam a política da ONU, da NATO, do FMI, do BM. Apesar de "controlarem" a política mundial, a política da Administração do Partido Democrata por via da CIA entende que é chegado o tempo de começar a intervir mais activamente nos países dirigidos por governos que a Administração norte-americana pretende derrubar por certamente não satisfazerem os interesses "vitais" dos EUA.

Assim, John Deutch anuncia "candidamente" ao mundo que os EUA, para além de todos os meios militares que dispõem e que vão usando como no Iraque, na Somália, no Haiti, na ex-Jugoslávia, no Irão, pretendem continuar a promover operações clandestinas contra certos países para influenciarem o curso político.

É

evidente que esta opção do país mais poderoso do mundo deixa a ordem mundial muito mais vulnerável. À mercê dos espões norte-americanos. Ao afirmá-lo abertamente, os EUA mostram a sua face mais brutal, o seu lado grotesco, o seu apetite por colocarem o mundo sob a sua alçada. **Mostram o seu lado imperial e ameaçam com a sua política imperialista.**

Os abusos que caíram no lado muçulmano de Sarajevo, precisamente no mercado, e que deram pretexto para combater os sérvios e fazer avançar o exército croata, afinal não foram lançados pelos sérvios. Teriam sido obra destas "operações clandestinas" que levaram à morte de dezenas de bósnios muçulmanos inocentes e aos bombardeamentos impiedosos e cruéis de dezenas e dezenas de cidades dos sérvios bósnios?

A

CIA existe e vai reactivar a sua tenebrosa e oculta actividade contra as forças do progresso social. É preciso denunciá-la como elemento desestabilizador de toda a ordem internacional. E o país que o usa deve ser condenado como entidade que promove a nível da própria política de Estado a ingerência e a intervenção terrorista nos assuntos internos de outros Estados soberanos.

■ Domingos Lopes

Declaração de Carlos Carvalho na noite das eleições

Numa primeira reacção oficial aos resultados eleitorais conhecidos até às 23 horas de domingo, Carlos Carvalho, Secretário-Geral do PCP, proferiu a seguinte declaração em conferência de imprensa realizada na Soeiro Pereira Gomes:

Em face dos resultados eleitorais já conhecidos, embora ainda não definitivos, gostaria de chamar a atenção, em nome da CDU, para alguns elementos de apreciação especialmente significativos.

Em primeiro lugar, é de destacar a grande derrota da direita, que compreende tanto o afastamento do PSD do Governo, como a circunstância dos partidos da direita - PSD e CDS/PP - ficarem, a partir de agora, em minoria na Assembleia da República, e que representa uma profunda condenação da política de direita.

A CDU tinha inscrito este resultado como um dos seus principais objectivos políticos e eleitorais, e, por isso, regozija-se com o facto de ele ter sido conseguido e da sua campanha muito ter contribuído para que assim acontecesse.

Para a derrota da direita é igualmente de sublinhar o papel das lutas dos trabalhadores e de quantos se opuseram à política do PSD ao longo de uma década, traduzindo uma grande vontade de mudança que não pode ser defraudada.

Em segundo lugar, salientamos o resultado da CDU que, não atingindo o objectivo de reforço que tínhamos fixado, mostra no entanto que a Coligação Democrática Unitária manteve no essencial as suas posições.

Este resultado, que ficou aquém das expectativas e das necessidades de uma nova política, deve ser sublinhado por se ter verificado em condições de uma extrema bipolarização e de uma continuada discriminação em alguns dos principais órgãos de comunicação social, no quadro de uma grande subida do PS que atingiu o seu maior resultado eleitoral de sempre.



Carlos Carvalho fala aos jornalistas dando a conhecer a primeira reacção oficial do PCP aos resultados eleitorais. A seu lado, José Casanova (PCP), António Galhordas (Independente), Blasco Hugo Fernandes (ID) e Isabel de Castro ("Os Verdes")

A enganosa propaganda de que para derrotar o PSD era preciso votar no PS sortiu efeito junto de muitos eleitores que agiram sobretudo levados pela grande vontade de mudança.

A CDU confirma-se, entretanto, como uma grande força política nacional, uma grande força de esquerda, voltada para o futuro, indispensável para qualquer verdadeira alternativa à política de direita.

Em terceiro lugar, sublinhamos que os graves problemas com que o país está confrontado não autorizam ao PS uma postura triunfalista e auto-suficiente. Seria particularmente negativo se o PS viesse a entender a votação que

averbou não como uma expressão da efectiva mudança de políticas por que a sociedade portuguesa aspira, mas como razão para uma mera alteração dos executantes do essencial da política agora condenada.

Como a CDU insistentemente sublinhou ao longo da campanha eleitoral, os graves problemas e

desafios com que Portugal está confrontado impõem uma verdadeira viragem política de orientação democrática. Impõem a adopção de uma nova política que trave os processos destrutivos na economia e promova o emprego, que dê resposta às reivindicações mais prementes da população laboriosa, que concretize a melhoria dos salários, pensões e reformas, como factor essencial de justiça social e de dinamização económica, que aprofunde a democracia, e que adopte um novo rumo para a integração europeia.

No novo quadro político criado por estas eleições o PCP e a CDU farão tudo o que estiver ao seu alcance para que a grande aspiração de mudança hoje manifestada tenha efectiva concretização através de uma mudança de política que se repercuta favoravelmente na vida dos portugueses e no presente e futuro do país.

Queremos salientar a magnífica campanha realizada pela CDU e saudamos afectuosamente todos os que para ela contribuíram, especialmente a juventude e que lhe deu força, dinamismo e alegria, e que foi um dos factos mais salientes e promissores desta batalha.

Queremos também saudar todos os que confiaram na CDU garantido-lhes que continuaremos a lutar por um Portugal de progresso e justiça, numa Europa de paz e cooperação.

Reunião do Comité Central



A apreciação dos resultados eleitorais e a acção do Partido preencheram a ordem de trabalhos da reunião do Comité Central do PCP realizada terça-feira na Soeiro Pereira Gomes. As suas conclusões foram ontem divulgadas publicamente pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, em conferência de imprensa



Na noite das eleições, após a realização da conferência de imprensa que deu a conhecer a primeira apreciação aos resultados eleitorais, Carlos Carvalho dirigiu breves palavras às dezenas de apoiantes e activistas da CDU presentes na Sede central do PCP

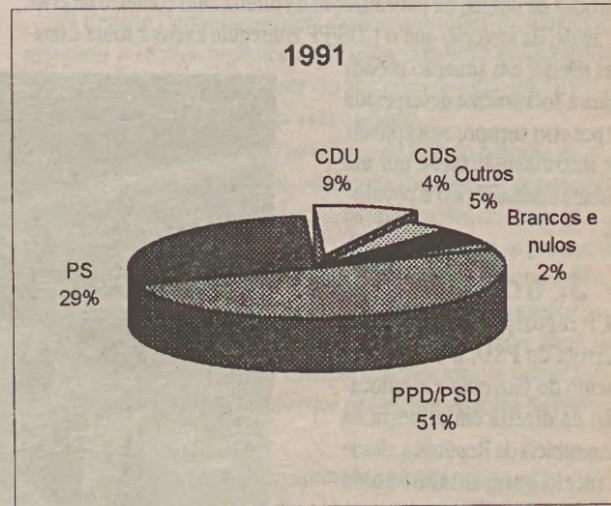
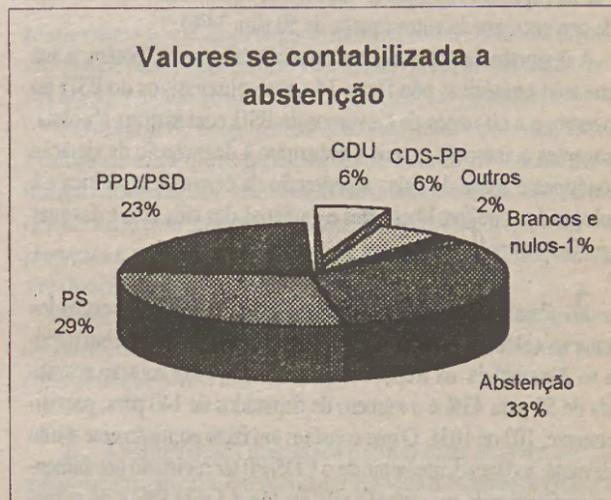
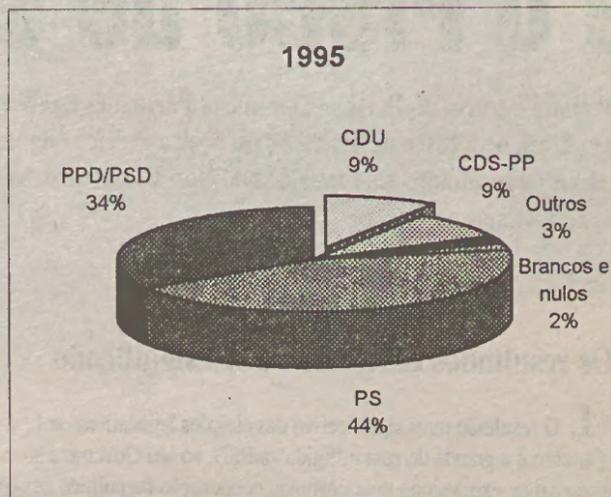
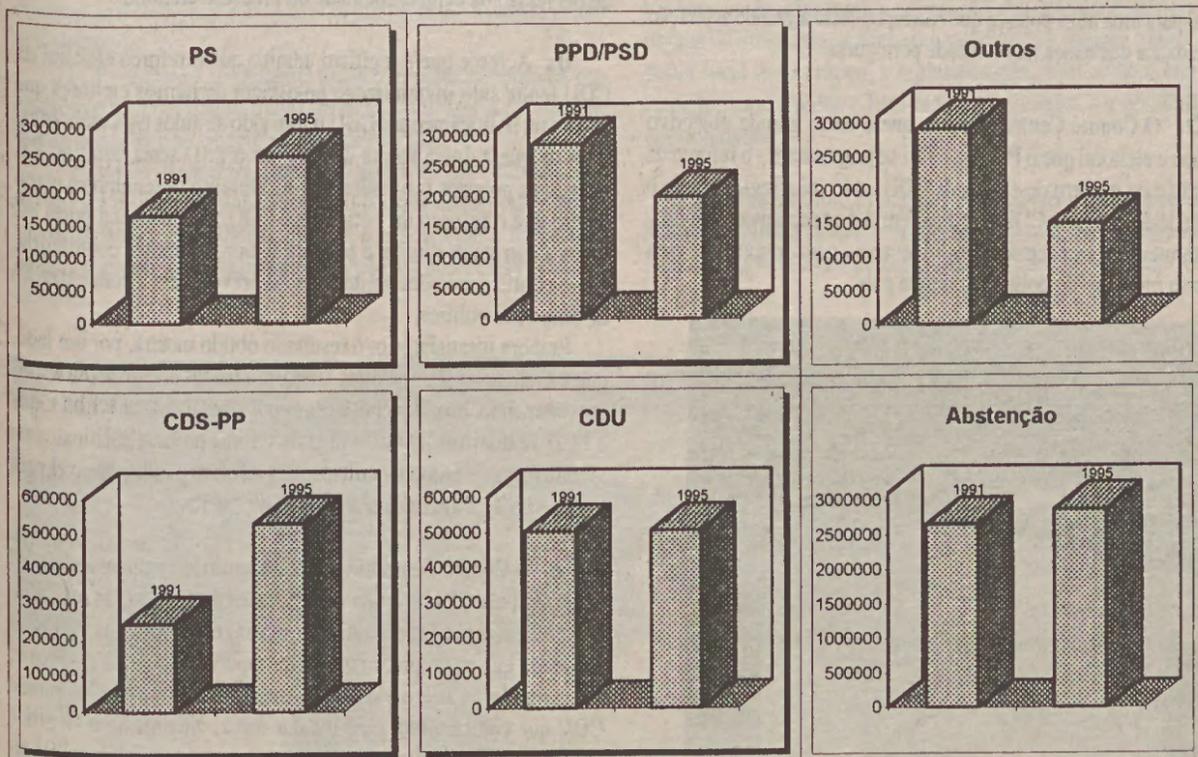
Resultados Eleitorais Provisórios

(Segundo dados fornecidos pelo STAPE no dia 2/10/95, às 12.24 horas)

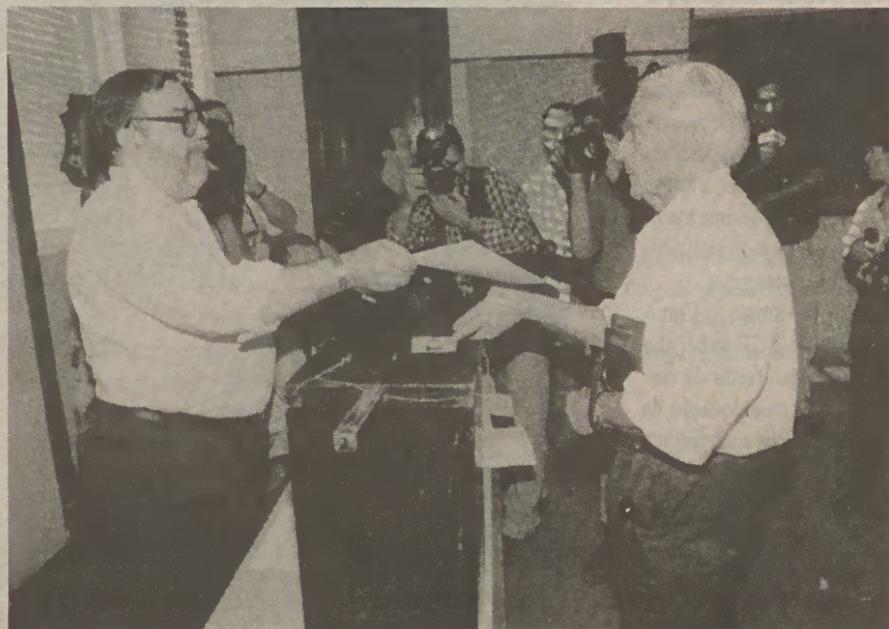
| 1995 | | | | | | 1991 | | | |
|--------------------|----------------|-------|----------------------|-------|---------|--------------------|----------------|-------|---------|
| | Votos | % | Evolução (n.º votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos |
| PS | 2565585 | 43,85 | 907103 | 14,6 | 110 | PPD/PSD | 2859854 | 50,43 | 131 |
| PPD/PSD | 1989847 | 34,01 | -870007 | -16,4 | 84 | PS | 1658482 | 29,25 | 71 |
| CDS-PP | 531414 | 9,08 | 282787 | 4,7 | 15 | CDU | 501694 | 8,85 | 17 |
| CDU | 503895 | 8,61 | 2201 | -0,2 | 15 | CDS | 248627 | 4,38 | 5 |
| PCTP/MRPP | 40723 | 0,7 | -7397 | -0,15 | | PSN | 95717 | 1,69 | 1 |
| PSR | 37416 | 0,64 | -26636 | -0,49 | | PSR | 64052 | 1,13 | |
| UDP | 33375 | 0,57 | | | | PCTP/MRPP | 48120 | 0,85 | |
| PSN | 12481 | 0,21 | -83236 | -1,48 | | PRD | 34687 | 0,61 | |
| PG | 8068 | 0,14 | | | | PPM | 25037 | 0,44 | |
| MPT | 7826 | 0,13 | | | | PDA | 10725 | 0,19 | |
| PPM-MPT | 5932 | 0,1 | -19105 | -0,34 | | FER | 6565 | 0,12 | |
| MUT | 2380 | 0,04 | | | | UDP | 6169 | 0,11 | |
| PDA | 2301 | 0,04 | -8424 | -0,15 | | BRANCOS | 47343 | 0,83 | |
| BRANCOS | 45875 | 0,78 | -1468 | -0,05 | | NULOS | 63863 | 1,13 | |
| NULOS | 64308 | 1,1 | 445 | -0,03 | | Inscritos: 8317912 | Votos: 5670935 | | |
| Inscritos: 8714516 | Votos: 5851426 | | | | | Abstenção | 31,82 % | | |
| Abstenção | 32,85 % | | | | | | | | |

Faltam apurar os resultados dos círculos da Europa e Fora da Europa (elegem quatro deputados). Devido a boicote de duas freguesias, faltam apurar os votos que elegerão dois deputados por Braga.

Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º de votos)



O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, exerceu o seu direito de voto pelas 11.30 horas, na Escola Delfim Santos (Benfica), onde funcionou a 14ª Secção de Voto



Eram 18.00 horas quando Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP, votou na 17ª Mesa situada no Liceu Camões

Comunicado do Comité Central sobre as eleições

A grande vontade nacional de mudança e o risco de ser defraudada

O Comité Central do Partido Comunista Português esteve reunido na passada terça-feira, no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, com o objectivo de analisar os resultados eleitorais de 1 de Outubro, e aprovou no final o comunicado que publicamos na íntegra.

I

Os resultados eleitorais e o seu significado

1. O resultado mais significativo das eleições legislativas de 1 de Outubro é a grande derrota infligida ao PSD, ao seu Governo e a Cavaco Silva, exprimindo uma profunda condenação da política de direita por eles imposta ao país.

Do ponto de vista numérico essa derrota do PSD consubstanciou-se na expressiva redução do número de votos obtidos (- 870 mil) e da percentagem de votos (queda de 50 para 34%).

A importância política deste resultado ultrapassa, porém, a sua dimensão numérica: põe fim a 16 anos consecutivos do PSD no Governo, e a oito anos de Governos do PSD com maioria absoluta, arrogantes e autoritários, que conduziram à degradação da situação económica e social do país, à perversão da democracia política e à violação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e das suas organizações políticas e sociais.

2. Paralelamente à clara derrota eleitoral do PSD, os resultados eleitorais colocaram os partidos da direita (PSD e CDS/PP) em minoria na Assembleia da República (diminuindo a sua votação acumulada de 55 para 43% e o número de deputados de 140 para, previsivelmente, 102 ou 103). O que constitui um facto politicamente muito relevante, independentemente de o CDS/PP ter registado um aumento significativo da sua votação relativa (de 4,4 para 9%) e do número de deputados eleitos (de 5 para 15). O crescimento eleitoral do CDS/PP decorreu, fundamentalmente, de uma rearrumação entre os partidos da direita, da radicalização da direita num contexto de crise e, ainda, da atracção que o CDS/PP conseguiu exercer sobre camadas sociais em situação económica e socialmente desesperada e, por isso mesmo, susceptíveis de instrumentalização por um discurso demagógico e populista.

3. O Comité Central do PCP regozija-se com a clara derrota do PSD, o seu afastamento do Governo e a colocação da direita em minoria na Assembleia da República, desde o início apresentados como grandes objectivos políticos e eleitorais do PCP e da CDU.

Do mesmo modo sublinha o facto de a campanha da CDU em muito ter contribuído para que assim acontecesse, quer através da denúncia dos resultados da política dos Governos do PSD quer da chamada de atenção para os perigos decorrentes do prolongamento de uma maioria de direita na vida político-institucional portuguesa.

Ao mesmo tempo, o Comité Central do PCP sublinha vivamente, como factor da derrota do PSD e da colocação da direita em minoria, a persistente acção e intervenção do PCP nos planos social e político e o papel das lutas dos trabalhadores e de todas as camadas sociais que se opuseram à política do PSD ao longo de uma década manifestando uma inequívoca vontade de mudança que não deve ser defraudada.

4. O Partido Socialista registou um grande êxito eleitoral, atingindo a sua maior votação de sempre, obtendo mais 907 mil votos que em 1991, aumentando a sua percentagem para cerca de 44% e passando a ter na Assembleia da República uma maioria relativa de 112 ou 113 deputados.

Ao mesmo tempo que reafirma o seu regozijo pelo afastamento do PSD do Governo, o Comité Central sublinha que a votação obtida pelo PS resulta fundamentalmente da manifesta vontade dos portugueses de mudança das políticas económicas e sociais que têm vindo a ser praticadas no nosso país.

Tal como sublinha que das eleições resultou uma maioria numérica na Assembleia da República (de 127 ou 128 deputados eleitos pelo PS e pela CDU), que poderia e deveria constituir a base institucional para uma nova política que correspondesse à grande aspiração de mudança que existe na sociedade portuguesa.

5. O Comité Central salienta que o outro grande objectivo político e eleitoral que o PCP e a CDU se propuseram - o reforço da votação e do número de eleitos da CDU - não foi atingido, e que o resultado eleitoral da CDU ficou aquém das expectativas e, fundamentalmente, das necessidades objectivas para se garantir uma efectiva mudança de política no nosso país.



O Comité Central sublinha que o resultado obtido pela CDU - 8,6% e 15 deputados (menos 0,2 pontos percentuais e menos 2 deputados que em 1991, apesar do aumento do número de votos em cerca de 2 200) - foi conseguido em condições de uma intensa propaganda da "bipolarização" PSD-PS e de uma continuada e condenável discriminação do PCP e da CDU em alguns dos principais órgãos da comunicação social, que redundaram em graves factores de perversão da democraticidade do processo eleitoral.

6. Acresce que é legítimo admitir que o reforço eleitoral da CDU tenha sido inviabilizado pelo facto de muitos eleitores que apoiavam politicamente a CDU terem sido atraídos pela ideia enganosa de que a única forma de derrotar o PSD seria votar no PS, quando os próprios resultados de 1 de Outubro testemunham claramente que o reforço da votação na CDU não só nunca poria em causa a derrota da direita, e para ela sempre utilmente contribuiria, como criaria condições muito mais favoráveis para a concretização de uma nova política.

Embora insatisfatório, o resultado obtido mostra, por um lado, que a Coligação Democrática Unitária resistiu aos factores adversos mantendo, no essencial, as suas posições e, por outro lado, que o PCP se reafirma como uma grande força política nacional, uma grande força de esquerda voltada para o futuro e indispensável para uma verdadeira alternativa à política de direita.

7. O Comité Central salienta a magnífica campanha eleitoral realizada pela CDU e saúda os militantes do Partido, os seus aliados na Coligação Democrática Unitária, os candidatos, todos os activistas que se empenharam nesta importante batalha política e, em particular, a JCP e todos os jovens participantes na Juventude CDU que contribuíram para lhe dar força, dinamismo e alegria e que foram um dos factos mais marcantes e promissores desta importante intervenção política.

Sublinhando a necessidade de prosseguir e ampliar o exame e a reflexão sobre o complexo conjunto de questões, factores e problemas com maior incidência na intervenção e resultados eleitorais do Partido, o Comité Central salienta que o resultado alcançado pela CDU constitui uma sólida afirmação de consciência social e política e uma importante expressão de uma corrente de opinião, de aspirações e de luta que contará e pesará significativamente em toda a evolução da vida nacional.

II

A grande vontade nacional de mudança e o risco de ser defraudada

1. Os resultados eleitorais traduziram uma grande aspiração nacional de mudança e de ruptura com a política de direita.

O PSD foi derrotado, não apenas porque esteve dez anos no poder isoladamente e dezasseis em coligações e ficou "desgastado", mas sobretudo por no quadro do objectivo estratégico de restauração do poder dos grandes grupos monopolistas ter atentado persistentemente contra os interesses dos trabalhadores, degradado a participação do trabalho no rendimento nacional, provocado o desemprego e a instabilidade do emprego, atentado contra os interesses dos reformados e das mulheres, contra o presente e o futuro da juventude e dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e



de 1 de Outubro

industriais. Foi derrotado igualmente porque preferiu afirmar o cumprimento dos critérios de Maastricht e cortar as despesas sociais, agravou os problemas nos sectores da educação, da saúde, da habitação, e generalizou o clientelismo, o nepotismo e a corrupção.

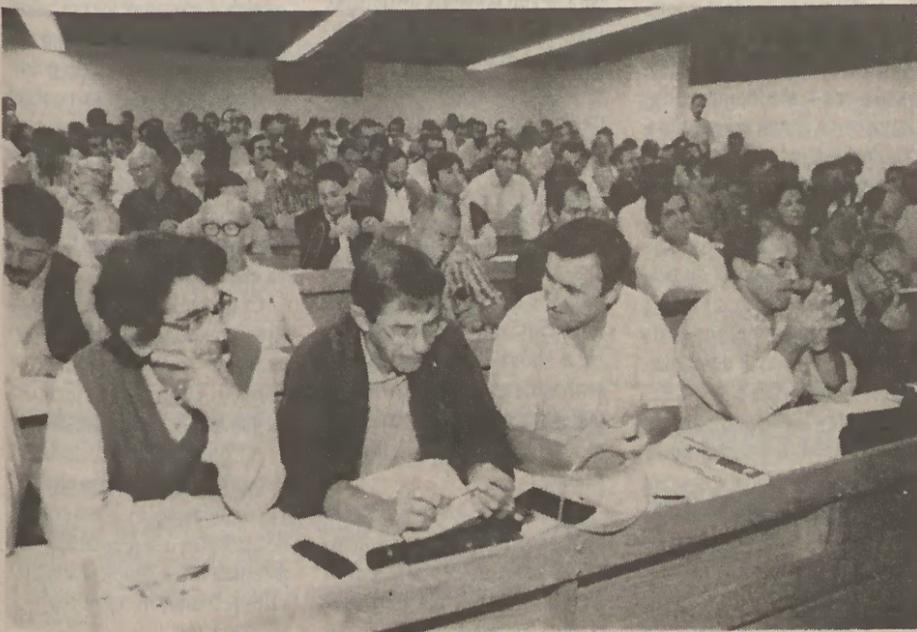
2. Na situação criada após as eleições importa sublinhar que uma política que prossiga o essencial das políticas do PSD não corresponderá à ideia e às aspirações de mudança. O PS obteve a sua votação proclamando a sua oposição a aspectos da política do Governo PSD, designadamente em tribunas de comícios e nos canais de grande audiência e beneficiou de um grande desejo nacional de uma nova política. Mas, ao mesmo tempo, inscreveu no seu programa eleitoral orientações que correspondem aos interesses do grande capital, e que confirmam coincidência de aspectos essenciais da sua política com a política do PSD, particularmente na área económica, na área social, nas privatizações e nas políticas ditas de «convergência nominal» previstas do Tratado de Maastricht.

O PCP chama também a atenção para as repetidas afirmações de dirigentes do PS, PSD e CDS, antes e depois do acto eleitoral, relativas à disponibilidade de acordos e apoios entre si na política a concretizar pelo Governo do PS, assim como a aprovação em comum de novas revisões da Constituições e novas leis eleitorais que a insistirem em propósitos anteriormente declarados, levariam ainda mais longe a perversão do regime democrático.

3. O PCP intervirá no novo quadro político criado pelos resultados eleitorais de 1 de Outubro de acordo e em coerência com as orientações e compromissos que, com total clareza, assumiu perante o eleitorado.

O PCP combaterá firmemente todos os projectos, políticas, orientações e medidas que se traduzam na continuidade da política de direita que esteve na origem da derrota do PSD.

O PCP não desprezará entretanto nenhuma possibilidade que porventura se abra no plano institucional para influenciar a adopção de soluções ou medidas positivas e condicionar e travar uma política que defraude a aspiração de mudança manifestada em 1 de Outubro.



Não será por culpa ou responsabilidade do PCP que virá a ser desperdiçada a oportunidade de uma real mudança de política que a vontade da maioria dos portugueses criou em 1 de Outubro.

O risco de uma grande frustração e desilusão de que, tal como no passado, a direita não deixaria de se voltar a aproveitar, estará na prossecução pelo PS, nos aspectos mais decisivos e determinantes, de uma política semelhante à do PSD e no regresso aos correspondentes entendimentos e consensos com a direita.

O PCP prosseguirá, em todos os planos e esferas da vida nacional, a sua luta por uma nova política, apresentará propostas e desenvolverá múltiplas iniciativas favoráveis à solução dos problemas nacionais, e apelarà à intervenção directa e determinante dos portugueses na defesa dos seus interesses e na luta pela satisfação das suas justas reivindicações e aspirações.

4. Colocada no imediato, como resultado das eleições, a formação de novo Governo - um Governo PS - o PCP considera necessário chamar a atenção do povo português para objectivos que



considera essenciais para pôr fim à desastrosa política de direita, derrotada nas urnas, para que não sejam defraudadas as esperanças de uma viragem democrática, para que seja superada a pesada herança deixada pelo Governo do PSD, para que seja realizada uma nova política capaz de resolver os graves problemas que Portugal defronta.

São objectivos essenciais de uma verdadeira política democrática que não prossiga a política de direita condenada nas eleições:

- O respeito pelo sistema político democrático constitucional vigente, nomeadamente a separação e a interdependência dos órgãos de soberania, a proporcionalidade do sistema eleitoral, o poder local democrático, a regionalização, bem como o efectivo respeito pelos direitos e liberdades dos cidadãos e a igualdade de oportunidades.

- A travagem dos processos destrutivos e a recuperação e modernização do aparelho produtivo nacional, nomeadamente da indústria, agricultura e pescas, com a consideração da sua vertente social.

- A suspensão das privatizações e a defesa de um sector empresarial do Estado na Banca e sectores de importância estratégica para o desenvolvimento económico nacional.

- Uma nova política social que promova o emprego e combata o desemprego, dê resposta às reivindicações mais prementes da população laboriosa, concretize a melhoria dos salários, pensões e reformas como factor essencial de justiça social e de dinamização da actividade económica.

- A assunção pelo Estado das suas responsabilidades e

obrigações em matérias de segurança social, saúde, educação e ensino, e habitação.

- A defesa firme dos interesses nacionais nomeadamente da indústria, agricultura e pescas, no quadro da integração europeia, invocando critérios de especificidade, interesses vitais, moratórias de prazos e opondo-se à imposição pela União Europeia de políticas lesivas dos interesses nacionais e às gravosas disposições do Tratado de Maastricht, defendendo a sua revisão e sujeitando a referendo a nova ratificação.

III

Alargar a influência do Partido, reforçar a sua organização

1. O Comité Central analisando a forma como as organizações partidárias corresponderam às exigentes e difíceis tarefas que

se colocaram nos últimos tempos, salienta como altamente significativo o elevado empenhamento e combatividade de que deram prova grande número de militantes e organizações partidárias.

No decurso do longo período que constituiu a pré-campanha e a campanha eleitoral, as organizações partidárias asseguraram uma intensa e diversificada intervenção em diferentes áreas, estabeleceram contacto com milhares e milhares de pessoas, popularizando as propostas e orientações do Partido, sendo de destacar neste âmbito a realização com grande êxito da Festa do "Avante!".

Neste período reactivaram-se contactos com muitos membros do Partido e inscreveram-se no Partido muitas pessoas, com particular destaque para o caso de jovens.

2. A participação entusiástica e empenhada da juventude nas múltiplas iniciativas e em particular em toda a campanha eleitoral, constitui um facto de grande relevo, que deverá merecer a maior atenção das organizações partidárias e da JCP, de modo a consolidar a ligação destes jovens ao Partido e à JCP.

O Comité Central considera necessário tomar medidas para assegurar o reforço orgânico do Partido, condição indispensável para que o Partido possa manter um alto nível de intervenção e afirmação nas diferentes áreas da vida nacional.

No imediato e com vistas ao reforço do Partido deverão ser consideradas múltiplas e variadas iniciativas (reuniões de organismos, plenários e debates com apoiantes) para discussão do novo quadro político resultante das eleições de 1 de Outubro; uma acção decidida para atrair ao Partido muitas das pessoas que estiveram com o Partido nesta batalha política; reactivar a campanha organizativa e em particular para o reforço do trabalho e da influência junto dos trabalhadores decidida pela Conferência Nacional e prosseguir a Campanha Nacional de Fundos que deverá terminar em Dezembro.

3. Os militantes e as organizações partidárias deverão estreitar a ligação às massas, prestar particular atenção aos seus problemas e anseios e ao impulsionar da acção em defesa dos seus interesses.

A luta da classe operária e de todos os trabalhadores por melhores salários e condições de vida, emprego e segurança social, a dinâmica intervenção de outras camadas sociais - agricultores, pescadores, jovens, mulheres, reformados, intelectuais e artistas - serão determinantes não só para a defesa de interesses imediatos mas também para obrigar a uma efectiva viragem democrática nas orientações políticas governativas.

4. O Comité Central oportunamente apreciará o calendário de actividades para o próximo ano, no qual se reveste de extraordinária importância as comemorações do 75º aniversário do Partido para a afirmação do seu projecto, propostas e orientações.

5. O Comité Central debaterá e definirá, em próxima reunião, a orientação do PCP em relação às eleições presidenciais em correspondência com o papel que indiscutivelmente o PCP é chamado a desempenhar nessa importante batalha política e eleitoral.

3 de Outubro de 1995

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Nomeações em fim de estação provocam novo escândalo no IEFP

«A 15 dias das eleições, e de uma maneira quase secreta, foram nomeados os subdelegados regionais para as delegações de Lisboa e do Centro» do Instituto do Emprego e Formação Profissional. A denúncia foi feita pela Comissão de Trabalhadores que vê nesta atitude mais um exemplo de «compadrio, clientelismo, nepotismo e sinecurismo» com que o poder laranja transformou o IEFP num organismo doente. São nomeações de fim de estação que trazem mais uma vez à ribalta os sucessivos escândalos que têm marcado a gestão do Instituto.

Como refere a Comissão de Trabalhadores, reunida no passado dia 22 de Setembro, «a grande maioria dos dirigentes e chefes, a todos os níveis são verdadeiros quistos a carecerem de intervenção cirúrgica».

«O agora empossado subdelegado regional de Lisboa e Vale do Tejo é mais um laranjinha derrotado nas últimas eleições autárquicas como candidato à presidência da Câmara Municipal de Tomar e que se vê premiado pelo mau desempenho demonstrado ao longo de três anos como director de serviços».

Fartos de «denunciar todo o tipo de tropelias cometidas na gestão do IEFP», fartos da «incompetência e arrogância da grande maioria da hierarquia», os trabalhadores divulgaram um documento (do qual extraímos as partes que abaixo se seguem) em que fazem o balanço dos últimos dez anos e exigem que o novo Governo venha pôr cobro a este estado de coisas.

Breve História

O Instituto do Emprego e Formação Profissional foi criado pelo Decreto-Lei nº 519-A/79, de 29 de Dezembro, agregando as competências de vários serviços nomeadamente a Direcção Geral do Emprego, a Direcção Geral de Promoção do Emprego, o Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, sendo incumbido de participar na concepção da política de emprego e formação profissional e da sua execução.

Em 1985, com o argumento de que só uma estrutura «flexível e eficaz» e com «um estatuto de pessoal liberto da rigidez típica da administração pública tradicional» seria possível dar resposta aos problemas de emprego e formação profissional, foi publicado o Decreto-Lei

nº 247/85, de 12 de Julho, que derogando o Decreto-Lei nº 519-A/79, estabelece a actual estrutura do IEFP.

O Decreto-Lei nº 247/85, estipula no seu artº 5º: «1. O estatuto do pessoal do IEFP será aprovado no prazo de 90 dias a contar da entrada em funções da Comissão Executiva, por Portaria do Ministro do Trabalho e Segurança Social». A primeira Comissão Executiva entrou em funções em 1986, mas o estatuto do pessoal só viria a ser aprovado pela Portaria nº 66/90, de 27 de Janeiro. O artº 70º da Portaria nº 66/90, diz que os regulamentos nela previstos seriam aprovados ou propostos pela Comissão Executiva, no prazo de 6 meses a contar da data de entrada em vigor do estatuto, mas a verdade é que só em princípios de 1993, com cerca de 3 anos de atraso, a Comissão Executiva deu cabal cumprimento àquele preceito.

Remetido o projecto de Regulamento de Carreiras (o mais importante para os trabalhadores e o último a ser negociado), para a aprovação da tutela acabou por ser assinado, em fins de Abril de 1993, com profundas alterações unilateralmente introduzidas. Esta atitude da tutela constituiu um enxovalho para os trabalhadores do IEFP, para os seus representantes e para a própria Comissão Executiva.

Para cúmulo do vexame, a aplicação deste Regulamento discriminou os trabalhadores do IEFP. Aos Técnicos de Emprego e de Formação aplicou-se nos termos em que foi negociado e com efeitos a partir de 1 de Maio de 1993, e para os restantes trabalhadores entrou em vigor um ano mais tarde e com alterações que muito os lesaram em termos remuneratórios.

Dez anos de clientelismo

O mandato da Comissão Executiva é de três anos. O Governo tem tido como única preocupação nas nomeações feitas para este importante órgão favorecer o clientelismo político. O resultado foi que nenhuma Comissão Executiva chegou ao fim do seu mandato. Membros houve de Comissões Executivas que foram demitidos por incompetência, outros que foram demitidos sem qualquer explicação, outros ainda foram demitidos na sequência de processos judiciais, e houve até quem desaparecesse do IEFP dias antes de ser procurado pela Polícia Judiciária.

Talvez por engano, em profunda crise de dignidade do IEFP, foi nomeado um presidente da Comissão Executiva que primando pela sua competência e honestidade se viu forçado a pedir a sua substituição porque, por um lado, houve «forças de bloqueio» que impediram a sua acção e, por outro, não aguentou a «poluição» que o rodeava!...

Através da Portaria nº 728-A/92, de 20 de Julho, foi reestruturada a orgânica dos Serviços Centrais do IEFP. Esta reestruturação foi concebida por três «luminárias» que, fechadas no seu castelo, sem ouvir nada nem ninguém, a congeminaram e «deram à luz» reservando para si a directoria de «Departamento»!... Esta nova estrutura não funciona, como eles próprios agora reconhecem. E de facto, não funciona porque a sua concepção assentou na necessidade de satisfazer clientelas políticas (criar lugares para comissários políticos) e não teve por base critérios técnicos.

Os «princípios básicos de organização e funcionamento» enunciados no artº 4º da Portaria nº 728-A/92, eficiência, eficácia, economia de meios, transparência, rigor, qualidade, integração de objectivos, partilha de recursos comuns e co-responsabilização na gestão e formação contínua dos recursos humanos do IEFP, são muito bonitos, mas, tal como a Constituição Salazarista são esvaziados de conteúdo na prática.

De facto, a gestão no IEFP é a

negação dos princípios básicos enunciados!...

No artº 5º do diploma citado, estão previstos quatro tipos de unidades orgânicas - Assessorias Técnicas, Departamentos, Direcções de Serviços e Divisões. As três primeiras definidas e criadas, ficando a criação das Divisões dependente de deliberação da Comissão Executiva. Até agora, não conhecemos nenhuma Divisão a nível dos Serviços Centrais, pelo que a hierarquia funcional termina na Direcção de Serviços.

Prevê ainda a citada Portaria no artº 6º as «estruturas de projecto». Até hoje, a Comissão Executiva ainda não criou uma só estrutura de projecto e muito menos definiu o seu objecto, duração, etc. mas, nomeou muitos coordenadores de vários níveis que se limitam a «coordenar os subsídios de coordenação» que mensalmente lhes são depositados na conta bancária.

A nomeação de coordenadores é uma das muitas manifestações de clientelismo, nepotismo e sinecurismo que proliferam no IEFP.

A cultura da instituição

As Convenções e Recomendações da OIT e as próprias leis nacionais obrigam a que todos os que trabalham nos «serviços de emprego e formação profissional» sejam portadores de uma cultura (conhecimento, sensibilização, actuação e dinamismo) próprios. Nesse sentido, as Convenções Internacionais obrigam os Estados Membros a darem a formação adequada aos trabalhadores dos Serviços de Emprego e Formação Profissional.

Infelizmente, nos últimos dez anos temos assistido ao total esquecimento desta obrigação. Hoje, a grande maioria do pessoal dirigente e de chefia a começar pelos membros da Comissão Executiva desconhecem as Convenções e Recomendações da OIT, desconhecem que os serviços de emprego e formação profissional assentam no «tripé» emprego, orientação profissional e formação profissional. Aos trabalhadores que ingressam no IEFP não é dada a formação adequada e a

grande maioria, passados anos, ainda não conhece a Instituição e muito menos as razões da sua existência.

Arrogância e incompetência

A nível hierárquico (a maioria dos dirigentes e chefes é constituída por novatos comissários políticos): a arrogância tomou o lugar da competência! Os trabalhadores, com dezenas de anos de experiência nas áreas do emprego e formação profissional, estão, na sua maioria, frustrados e humilhados pela ignorância e arrogância desses comissários políticos que os 10 anos de «Cavaquismo» alcançaram a lugares na hierarquia!...

Estavam habituados a lidar com dirigentes dignos, competentes e preocupados com a formação dos seus trabalhadores; ninguém começava a trabalhar nos serviços de emprego sem previamente ser objecto de um curso de formação geral relativa aos serviços no seu todo e outro curso de formação específica relativa às funções que ia desempenhar. Hoje, fala-se muito em recursos humanos, mas esqueceram-se os princípios básicos para a dignificação e aproveitamento das capacidades dos trabalhadores.

Fumos de corrupção

A gestão financeira do IEFP tem alimentado, no pior sentido para o bom nome da Instituição, muitos jornais. Com uma frequência extraordinária, o IEFP é referido pela imprensa em relação a casos que ou ferem a legalidade ou cheiram a corrupção ou indiciam compadrio ou clientelismo político.

O IEFP movimentava desde há alguns anos largas dezenas de milhões de contos por ano. O novo riquismo instalou-se, usa-se e abusa-se de viaturas de senhas de gasolina, de fundos permanentes, de cartões de crédito sem o mínimo de pudor!...

Quando o Governo, através de organismos dele dependentes, paga em espécie como forma de se fugir aos impostos, como é o caso do IEFP, perdeu

toda a autoridade para ser exigente e impedir as empresas e os particulares de usarem todos os meios para fugirem ao fisco.

No IEFP, desde há alguns anos, perdeu-se todo o respeito pela origem dos dinheiros postos à sua disposição (dinheiros da Segurança Social e do Fundo Social Europeu) e deixou de haver preocupação pelo seu bom uso ao serviço dos trabalhadores! O emprego e a formação profissional são o objectivo final do IEFP, e é para aí que devem ser canalizados os meios financeiros postos à sua disposição. No entanto, para que a formação seja eficaz, necessário se torna conhecer o mercado de emprego para que não se faça formação pela formação. Hoje há colecionadores de cursos de formação que pulando de curso em curso acabam por continuar no desemprego.

Muitas e muitas vezes a Comissão de Trabalhadores criticou actos de gestão que se mostravam lesivos dos interesses do IEFP, nomeadamente um célebre contrato de arrendamento de Instalações na Rua António Pedro, em Lisboa, que agora foi denunciado. A Comissão de Trabalhadores interroga-se se não terá havido interesses menos lícitos nesse contrato. Uma coisa é certa: uma das pessoas que esteve ligada a esse contrato, após as denúncias, abandonou o IEFP.

Os Delegados Regionais, como altos comissários políticos, são nomeados sem se atender à sua competência, e como rezeiros mostram por um lado a sua arrogância e por outro o seu servilismo perante o poder político e económico, e criam também eles comissários políticos, tipo informadores, a quem metem na mão o «chicote» de uma chefia concedida ao arpejo dos regulamentos que a Comissão Executiva elaborou e aprovou.

Cada Delegação Regional funciona como um IEFP mais pequeno! A articulação entre os Serviços Centrais e Delegações Regionais quase não existe.

A Comissão de Trabalhadores denunciou oportunamente um rol de nomeações constitutivas de atropelos aos regulamentos e assente pura e simplesmente no clientelismo, no nepotismo e sinecurismo.

O militante



Neste número
A grande Festa do Avante!
Derrotar a direita e impedir o seu regresso

Carlos Carvalhas

Para dar a volta a isto uma grande votação na CDU

ABERTURA

2 PARA DAR A VOLTA A ISTO UMA GRANDE VOTAÇÃO CDU

ENTREVISTA

4 DERROTAR A DIREITA E IMPEDIR O SEU REGRESSO

ASSEMBLEIA

8 OS MALEFÍCIOS DA DÉCADA

INFORMAÇÃO

10 IMPRENSA «INDEPENDENTE»

CADERNO ELEIÇÕES

12 CDU - O VOTO ÚTIL
14 SUGESTÕES PARA O TRABALHO ELEITORAL

ORGANIZAÇÃO

17 A LIGAÇÃO ÀS MASSAS É UMA QUESTÃO FUNDAMENTAL
20 VIDA E LUTA DOS TRABALHADORES DA ESTACO
22 CENTRO HOSPITALAR DE COIMBRA
24 UMA CÉLULA NOS HUC

ECONOMIA

33 A REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO NACIONAL

SOCIAL

38 SOBRE A ESTATÍSTICA DO DESEMPREGO

HISTÓRIA

42 HÁ 50 ANOS, O MUD

INTERNACIONAL

49 A UCRÂNIA PERANTE A RESTAURAÇÃO CAPITALISTA

Por falta de verbas CML recusa competências no pré-escolar

A Câmara Municipal de Lisboa recomendou ao Governo e à Assembleia da República a suspensão e posterior revogação do decreto-lei que transfere responsabilidades para as autarquias em matéria de educação pré-escolar.

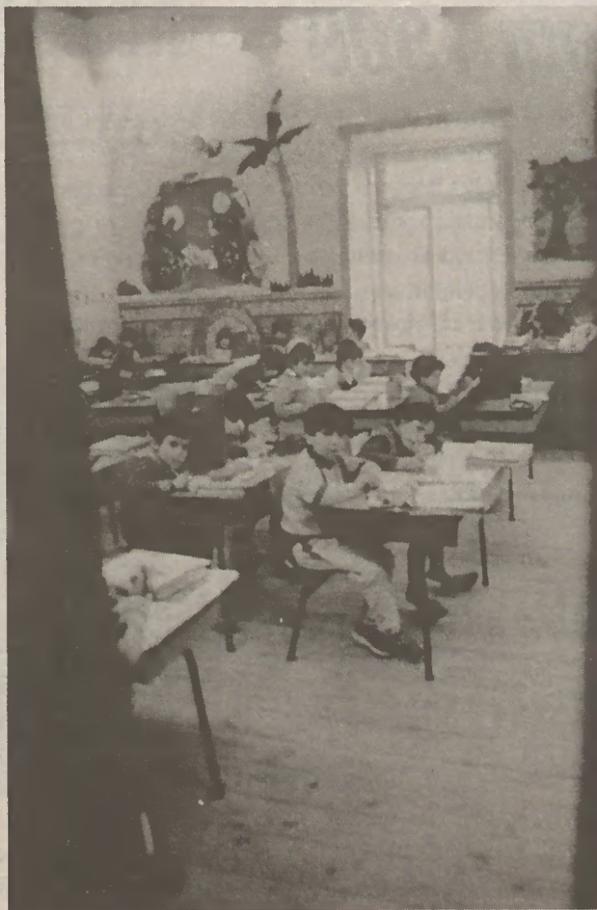
A moção aprovada com os votos favoráveis do PS, PCP e CDS e a abstenção do PSD, reclama ainda a urgente publicação das portarias que criam os lugares dos jardins de infância já constituídos, apetrechados e em funcionamento.

O Governo pretendia transferir para as autarquias e outras entidades competências como a «selecção, recrutamento e administração e gestão do pessoal - educadoras e pessoal auxiliar de acção educativa» dando em troca uma contrapartida de 2800 contos por ano e por sala, verba considerada «manifestamente insuficiente para as despesas

envolvidas (pagamento de educadoras de infância e auxiliares de acção educativa, material didáctico, cantinas e tempos livres)».

A CML afirma que não quer substituir-se ao Ministério da Educação nas referidas funções e sublinha que a «aplicação deste decreto-lei irá impedir a expansão da rede pública de jardins de infância da cidade de Lisboa (que hoje abrange apenas 8 por cento da população entre os cinco e os três anos).

Por outro lado, como lembra o vereador da Educação, António Abreu, vários «jardins de infância construídos pela CML, nomeadamente o da escola 117 e ex-escola 179, não chegaram a funcionar, devido à não colocação de educadoras» e que «estão por publicar portarias relativas a cerca de mil lugares de educadoras por todo o país, onze dos quais na cidade de Lisboa».



Portos açorianos podem ficar sem estiva

Na sequência da reestruturação do trabalho portuário de movimentação de cargas nos portos da Região Autónoma dos Açores, o deputado comunista na ALR, Paulo Valadão, apresentou um requerimento em que alerta para o perigo de algumas ilhas poderem ficar sem estiva nos seus portos.

É que de acordo com o novo quadro legal, o trabalho de estiva passará na região a ser prestado por empresas que estão actualmente em constituição, em cujo capital social as Juntas Autónomas dos Portos dos

Açores terão uma participação minoritária.

É com base nesta natureza mista das empresas que o deputado comunista atribui «especial responsabilidade» da Região Autónoma no seu funcionamento, em particular no tipo de relações de trabalho que se irão estabelecer entre as empresas e os estivadores.

Acresce que «segundo informações diversas, é pública a intenção dessas novas empresas não assegurarem a estiva nos portos de Santa Maria, Graciosa e Flores, alegando

falta de rentabilidade dos portos respectivos».

No requerimento ao Governo Regional, Paulo Valadão afirma que «em qualquer processo de reestruturação de actividades económicas há diversas questões a acautelar», apontando nomeadamente a necessidade de «ter em conta a qualidade do serviço e o tipo de relações de trabalho a estabelecer, que devem afastar-se, o máximo possível, dos conceitos de precariedade e das práticas de livre arbítrio».

Procurando desde já esclare-

cer as consequências da reestruturação em curso, o deputado interroga o Governo regional se, no caso de se confirmar a recusa das novas empresas de assegurar a estiva nos portos das Flores, Graciosa e Santa Maria se serão as Juntas Autónomas a garantir aquele serviço? Em caso afirmativo, Paulo Valadão pergunta se irão os quadros das Juntas ser alargados, por forma a incluir os trabalhadores necessários, ou se irão as Juntas Autónomas recorrer a contratações eventuais?

JAE paga 600 mil contos ao Governo Civil de Lisboa

A Junta Autónoma das Estradas pagou cerca de 600 mil contos ao Governo Civil de Lisboa como indemnização pelo atravessamento da CRIL, na zona da Pontinha, por terrenos da Paiã.

Segundo afirma a CDU, estes terrenos são administrados pelo Governo Civil de Lisboa, apesar de se encontrarem registados na Conservatória do Registo Predial de Odivelas em nome da Assembleia Distrital de Lisboa, havendo ainda parcelas que pertencem à CM de Loures (zona do Olival do Pancas) e à União Desportiva e Recreativa de Santa Maria (zona da Urmeira).

A CDU acusa o mesmo Governo Civil, que não teve dúvidas em receber aquele montante por inteiro, de se recusar a resolver a situação de centenas de pessoas dos bairros Mário Madeira e Urmeira que há oito anos aguardam que lhes seja feita a escritura das suas habitações, as quais já pagaram e têm contratos de promessa de compra e venda.

Tratam-se de bairros degradados, autênticas barracas construídas pelo próprio Estado há mais de 30 anos, onde vivem pessoas carenciadas e que em nada vão beneficiar dos 600 mil contos agora pagos ao Governo Civil.

Água no Barreiro é boa

Respondendo a vários alertas divulgados pela imprensa desaconselhando o consumo da água da rede do Barreiro a grávidas e bebés, devido ao teor de nitratos, o executivo camarário afirma em comunicado que o líquido cumpre os valores recomendados na legislação em vigor, pelo que qualifica de «alarmistas» aquelas notícias.

A CMB recorda que desde 1991 que efectua o controlo da qualidade da água, de acordo com a lei, tendo entretanto enviado à Direcção Geral do Ambiente relatórios que o atestam.

As dúvidas lançadas por alguns órgãos de comunicação social terão tido por base um estudo comparativo da ProTeste/Edideco, iniciado em Maio de 1995, embora, na revista número 152 de Outubro/95, aquela organização confirme a boa qualidade da água do Barreiro que classifica como «Boa» para os nitratos e como «Boa» na apreciação global.

Marginalidade na Sé

A CDU da freguesia da Sé manifesta preocupação pelo aumento da prostituição e do consumo de droga naquela zona do Porto, reclamando medidas eficazes que alterem o mau ambiente ali criado.

A CDU responsabiliza politicamente o Governo PSD pelo agravamento das causas sociais, tais como o aumento do desemprego e a perda de poder de compra das famílias, mas alerta igualmente para a ausência de medidas de apoio à população quer por parte da Câmara Municipal do Porto, quer pela Junta de Freguesia da Sé, ambas de maioria PS.

Para a CDU, estas medidas passam pela criação de infra-estruturas nas zonas residenciais para a ocupação de tempos livres, pelo apoio às colectividades e associações existentes e pela criação de melhores condições nas escolas.

No entanto, não é isto que se passa na cidade do Porto: «Nas novas zonas residenciais da Quinta das Hortas e das Parretas, surgem prédios e mais prédios, alguns com o projecto inicial alterado à última hora, fruto das negociações. Infra-estruturas que garantam o bem-estar dos moradores não existem», denuncia a CDU.

Serpa inaugura pavilhão dos desportos

A Câmara Municipal de Serpa inaugurou recentemente o pavilhão dos desportos que ostenta o nome de Carlos Pinhão, em homenagem ao jornalista desportivo e escritor, que iniciou a sua carreira como jornalista em 1945 no jornal «Sport», mais tarde «Mundo Desportivo».

O pavilhão, que vem responder a uma velha aspiração da população do concelho, foi concebido por projecto dos Serviços Técnicos da Câmara e é sem dúvida uma das grandes obras do Município, com um custo total de cerca de 170 mil contos, 90 mil dos quais com participação do FEDER.

Com capacidade para mil espectadores sentados, a infra-estrutura apresenta uma área de jogo de 968 metros quadrados, um ginásio com cerca de 200 m², 11 balneários, nove instalações sanitárias, seis gabinetes para a imprensa e VIP's e dois bares.

O pavilhão oferece ainda acessos e entradas independentes para deficientes físicos.

Nomeações à pressa no LNEC

Em plena campanha, o PSD não só usou e abusou dos meios do Estado com fins eleitorais, como decidiu indagar à pressa dirigentes da Administração, aproveitando os últimos dias de mandato para preencher lugares. Foi o caso do Laboratório de Engenharia Civil, denunciado pela Célula do PCP, onde a nomeação recente do subdirector surpreendeu tudo e todos. Como os comunistas referem, a decisão «não se revestia de qualquer urgência, tanto mais que o LNEC vivia há quatro anos sem esse lugar preenchido». A Célula acrescenta que «não questionando a pessoa em causa, relembramos, contudo, que não se trata sequer de uma escolha consensual e que, portanto, menos se justificaria, do ponto de vista dos interesses do LNEC, a pressa com que a nomeação do feita. Este parece, portanto, ser mais um caso de preenchimento apressado de lugares do aparelho de Estado antes das eleições», conclui a nota.

CAMARADAS FALECIDOS

Abraão Costa

Faleceu, no passado dia 20 de Setembro, com 82 anos, **Abraão Costa**. Antifascista de longa data, foi várias vezes preso pela PIDE/DGS, estando actualmente organizado na Freguesia de Cedofeita/Porto.

José Guerreiro

Faleceu, no passado dia 27 de Agosto, após doença prolongada, **José da Costa Guerreiro**, de 75 anos, reformado dos CTT e natural de Aljezur. Antifascista de longa data, foi preso pela PIDE, estando organizado, desde 1987, no Partido em Olhão, onde residia.

José Monteiro

Faleceu, no passado dia 18 de Setembro, com 65 anos de idade, **José Francisco Monteiro**. Era agricultor e militava no PCP desde 1975, desempenhando funções de presidente da Junta de Freguesia de S. Luís (Odemira), desde 1978. Era ainda membro a Comissão Concelhia de Odemira do Partido.

Maria Marques

Faleceu, no passado dia 5 de Agosto, **Maria Emilia Marques**, com 60 de idade. Era membro do Partido desde 1974, militando na organização de S. Francisco Xavier.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Ecolojovem envia carta a Chirac

A Ecolojovem «Os Verdes», organização juvenil do PEV, manifesta em comunicado o seu «repúdio e protesto em relação às experiências nucleares francesas», anunciando que vai distribuir cartas a uma grande número de jovens pedindo-lhes que as enviar ao presidente francês, aderindo assim ao vasto movimento de opinião contra os testes nucleares.

«O Governo francês demonstra com estas atitudes arrogante e autoritária, um profundo desprezo pela zona do Pacífico (onde se realizaram as duas das seis experiências programadas), bem como o maior desrespeito pela humanidade», considera a nota que realça os efeitos «muito superiores» deste segundo ensaio, em relação ao primeiro, «tendo causado um abalo forte».

Sublinhando que estes testes constituem «uma clara violação das normas vigentes de direito internacional», a Ecolojovem recorda que se assinalam 50 anos sobre os horrores de Hiroshima e Nagasaki, e que as explosões representam «por si só um perigo para a humanidade e contrariam todos os esforços de demilitarização e de paz».

A organização solidariza-se com os protestos registados em todo o mundo e exige «a salvaguarda do planeta e o respeito pelos direitos das nossas e gerações futuras», apelando ao «boicote aos produtos franceses no sentido de pressionar o presidente francês a respeitar o mundo e os povos».

SALÁRIOS, NÃO! CARROS, SIM!

No Hospital Curry Cabral foi suspenso o pagamento de serviço já realizado aos médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar que asseguraram os transplantes, trabalho assegurado em regime de chamada permanente «on cool». O Conselho de Administração toma esta decisão numa altura em que o atraso de pagamento é de um ano e a verba excede os 50 mil contos, sendo 20 mil devidos aos enfermeiros. Estes já se mostraram indisponíveis para o programa de transplantes, encontrando uma maior justificação para a sua atitude de insatisfação e revolta no facto de se observar a compra de carros de luxo pelo hospital para os membros da administração.

FECHOU NO VALE DO AVE

A falência da empresa de confecções Talismã foi decretada na primeira Assembleia de Credores, realizada no passado dia 26 no Tribunal Judicial de Fafe, logo após o Juiz ter ouvido o Gestor Judicial. O Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes realça, numa nota à comunicação social, que a empresa se encontrava totalmente paralisada desde Setembro de 1994 e que os seus trabalhadores continuam sem receber seis meses de salários e subsídios. O sindicato desencadeou uma tentativa de recuperação da firma, apresentando o necessário requerimento, procurando «evitar que familiares da administração "roubassem" o património da empresa».

PELOS DIREITOS EM SINTRA

Durante o Plenário Geral promovido pelo STAL no dia 28 de Setembro, nos Paços do Concelho, os trabalhadores da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Sintra protestaram contra a retirada de alguns direitos, nomeadamente a suspensão do pagamento do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, a não aprovação do projecto para o subsídio de estudo aos trabalhadores-estudantes e a manutenção de classificações de serviço por assinar, impedindo a mudança de escala a trabalhadores que já atingiram o tempo necessário para tal. Esta acção foi desencadeada pela notícia de que a CM se prepara para retirar a comparticipação nas creches e infantários, projecto iniciado em 1986 e que beneficia actualmente 269 funcionários.

CASAL DEVE 20 MIL CONTOS

Os funcionários da Casal estiveram em greve na semana de 25 a 29 de Setembro, durante uma hora diária, depois de cumprirem no passado dia 18 uma greve com uma adesão superior a 80 por cento no sector produtivo. Como explica o Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro e Viseu, num comunicado recente, esta luta resulta do facto de a administração da empresa ainda dever parte dos salários de Julho e subsídio de férias, bem como a totalidade dos vencimentos de Agosto e os retroactivos referentes a 1994, uma dívida que ascende aos 20 mil contos.

SEMANA DE 3 DIAS

A Cortadoria Nacional de Pêlo e a Fepsa, de S. João da Madeira, reduziram para 3 dias por semana o tempo de trabalho, o que vem colocar cerca de 130 funcionários numa situação preocupante. O Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil de Aveiro considera que o patronato e o Governo PSD e a sua política são os responsáveis por esta situação e afirma que «são sempre os trabalhadores a pagar a factura quando surgem dificuldades, mas, quando há lucros, nunca os distribuem por eles».

SINTEL VENCEU

Depois de vencer o processo avançado no Tribunal de Trabalho de Lisboa contra a administração da Portugal Telecom por esta se recusar a aplicar o Acordo de Empresa dos CTT/1990 aos associados do SINTEL, este sindicato vem a público afirmar que «a sentença do tribunal vem confirmar a sua posição com argumentos jurídicos imbatíveis» e que esperam que «Todo Bom tenha uma atitude de humildade, aceitando a decisão judicial, em vez de tentar queimar tempo com recursos infundados».

AUTOCOOPE

A lista A unitária venceu, por esmagadora maioria, a eleição para a direcção da Autocoope - Cooperativa de Táxis de Lisboa. No seu programa, a lista vencedora propõe continuar a trabalhar no sentido de melhorar as condições desta classe, bem como as condições de prestação de serviço aos seus utentes.

HOSPITAL CONDE FERREIRA

A Misericórdia do Porto garantiu segunda-feira aos sindicatos da Função Pública que o futuro dos trabalhadores do Hospital Conde Ferreira só será decidido «depois de consultados os seus representantes», disse à Agência Lusa fonte sindical. A Misericórdia «negou ter a intenção de dispensar metade dos mais de 500 trabalhadores do Conde Ferreira e assumiu o compromisso de tratar com clareza o processo de transferência do hospital». Os sindicatos exigiram que os trabalhadores sejam informados de todas as vantagens e desvantagens que têm em ficar no hospital ou serem transferidos para outros serviços da Administração Regional de Saúde do Porto, e exigiram que a ARS defina «o mais depressa possível» os locais de colocação de todos os trabalhadores do «Conde Ferreira».

Administração Pública quer crescimento dos salários em 1996

Reunidos em Lisboa no passado dia 27 de Setembro, os sindicatos subscritores da Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública iniciaram a preparação das reivindicações salariais a apresentar ao próximo Governo, dando início ao que pretendem que venha a constituir «um amplo e sério processo negociado que vise proceder a uma indispensável mudança».

De entre os critérios que deverão presidir à actualização salarial de 1996, destaca-se o crescimento real dos salários, de forma a fazer face à inflação previsível, a iniciar a recuperação das perdas salariais ocorridas nos últimos anos e a garantir a aproximação gradual aos níveis praticados nos restantes países da União Europeia. A actualização do Índice 100 do regime geral para

valor não inferior ao do Salário Mínimo Nacional e a participação nos ganhos de produtividade esperados para 96 constituem os outros critérios estabelecidos.

Os sindicatos consideraram ainda vital que «a próxima legislatura seja marcada por uma profunda alteração na atitude e no comportamento governamental para com os serviços públicos, os seus profissionais e os seus sindicatos». Para isso é necessária uma efectiva mudança de política, que garanta a democratização e o melhoramento dos serviços públicos, o reforço da negociação colectiva e da participação dos trabalhadores na fixação das suas condições de trabalho, a estabilização do emprego público e a dignificação do estatuto socioprofissional dos trabalhadores.

Instituto Florestal penaliza e intimida guardas

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro veio a público, no final de Setembro, manifestar a sua total solidariedade com guardas florestais da região, «já que foi o facto de cumprirmos com zelo as suas tarefas que motivou que fossem penalizados, passando de cumpridores da lei a arguidos». Na nota de imprensa que fez chegar à nossa Redacção, o STFP-ZC protesta contra a situação daqueles trabalhadores, levantando a questão: «O Instituto Florestal está ao serviço de quem?»

No seguimento da fortíssima adesão à Greve/Concentração Nacional dos Guar-

das Florestais, realizada no passado dia 29 de Junho, a chefe da Zona Florestal do Baixo Mondego prosseguiu com «a sua acção de intimidação junto aos guardas florestais, chegando a ameaçá-los de baixar a nota da Classificação de Serviço, afirmando que "são uns incompetentes que abandonaram o serviço para aderirem às greves"». No seu comunicado, o sindicato acrescenta que a referida chefe deu instruções no sentido de cortar os telefones de algumas casas do Instituto Florestal habitadas por guardas, enquanto há habitações desabitadas que continuam com os telefones ligados.

Também o chefe da Zona Florestal da Beira Serra prossegue com esta atitude de desrespeito dos direitos dos trabalhadores, retirando um dirigente sindical das Brigadas de Investigação de Fogos Florestais, preferindo manter nessas tarefas funcionários que não frequentaram qualquer acção de formação.

Nessa nota à imprensa, é relembrada ainda a situação de quatro guardas florestais que foram colocados em «residência fixa», após o delegado do Ministério Público não os reconhecer como órgão policial criminal ao deterem um indivíduo que confessou ter posto fogo.

Rodoviários em luta

Os trabalhadores da Rodoviária do Tejo e da Rodoviária de Entre Douro e Minho estiveram em greve no dia 22 de Setembro. Na empresa cinditária da RN que serve os distritos de Leiria e Santarém, os trabalhadores lutam por aumentos salariais justos, depois de a administração ter alterado - só depois de outra greve e de forma ainda insatisfatória - a actualização de 3 por cento que havia imposto unilateralmente. Na Rodoviária de Entre Douro e Minho «a administração impôs aumentos salariais de apenas 2,5 por cento, ao mesmo tempo que tem vindo a semente o terror e a intimidação» - refere ainda uma nota de imprensa da Festru/CGTP, que denuncia tal comportamento como tentativa de vingança pela adesão, superior a 80 por cento, a uma greve efectuada a 28 de Julho.

A federação sindical do sector promoveu ainda no dia 22 um plenário geral de trabalhadores da Carris, durante toda a manhã, junto ao edifício da administração em Santo Amaro. Em discussão estiveram questões como o Regulamento de Carreiras, a

violação de direitos e garantias por parte da administração e a proposta de revisão do Acordo de empresa para 1996. O plenário à porta das instalações foi ainda uma forma de protestar contra a recusa da administração em autorizar a sua realização no interior.

Viseu

Na sequência da luta desenvolvida no dia 20 pelos traba-

lhadores dos ex-TCV (Transportes Colectivos de Viseu), o presidente da Câmara Municipal trocou as repetidas recusas de negociação por uma reunião com os trabalhadores e advogados, mas não com as organizações sindicais.

A manifestação de dia 20, que terminou com a intervenção policial para forçar os trabalhadores a sair das instalações da CM de Viseu, inseriu-se na luta pela resolução dos problemas provocados pelo

modo como o executivo municipal decidiu passar a concessão da exploração dos transportes urbanos dos TCV para o STUV. Apesar das promessas feitas, nomeadamente pelo presidente da CM, Fernando Ruas, os trabalhadores dos ex-TCV estão agora no desemprego (à excepção dos motoristas, que foram contratados a prazo para os STUV) - refere uma nota de imprensa das estruturas da CGTP na região e no sector.



CGTP saúda derrota do PSD e da direita «Agora é preciso concretizar a mudança»

A Comissão Executiva da central reafirma o empenhamento do movimento sindical para que no plano político seja dada resposta às expectativas dos trabalhadores e às reivindicações apresentadas aos partidos.

Para a central sindical, «a derrota do PSD está adquirida. Agora, vamos ao resto. E o resto chama-se concretização das propostas de mudança». «Se os portugueses, os trabalhadores e as trabalhadoras acreditam que vai haver uma mudança, nós acompanhamos e dizemos que contam com a CGTP para, por todas as formas, estar no terreno em luta por essas mudanças» - sublinhou Manuel Carvalho da Silva.

Na segunda-feira, a Comissão Executiva da CGTP analisou os resultados das eleições legislativas e as suas previsíveis implicações económicas, políticas e sociolaborais. Uma análise mais ampla voltará a ser feita no dia 9, em nova reunião da Executiva, e no Conselho Nacional, convocado para dia 11.

«No que concerne ao essencial da nossa orientação, não temos grandes mudanças a fazer, porque sempre apostamos na hipótese da derrota do Governo do PSD e da sua política e, portanto, as reivindicações já apontadas representam um espaço muito concreto de

intervenção sindical que não precisa de grandes recortes» - notou Carvalho da Silva, ao apresentar aos jornalistas as conclusões da reunião.

Justas expectativas

O coordenador da Intersindical Nacional - acompanhado na conferência de imprensa por Jerónimo Rodrigues, Joaquim Almeida e Maria do Carmo Tavares - sintetizou em quatro pontos a apreciação da Comissão Executiva acerca dos resultados de 1 de Outubro:

1 - «Os trabalhadores exigiam uma mudança de Governo e de política. O Governo foi derrotado e o voto dos portugueses foi inequivocamente pela mudança, no sentido de resposta a aspirações muito sentidas na sociedade e à melhoria das condições de vida. Agora é preciso, no plano prático, concretizar essa mudança.»

2 - «A derrota do PSD, do seu Governo e da sua política é, em muito, resultado da luta

dos trabalhadores. Portanto, o resultado destas eleições levanta-nos, com grande alegria, a saudar os trabalhadores e os activistas sindicais que, ao



A derrota do PSD, do seu Governo e da sua política é, em muito, resultado da luta dos trabalhadores - salienta a CGTP

longo destes últimos anos, com grande abnegação e sentido de responsabilidade, denunciaram a política errada que vinha sendo seguida, denunciaram as suas causas, não baixaram os braços, acreditaram no futuro e persistentemente puseram em apreciação o País real e não se submeteram a toda a encenação do hipotético sucesso que não estava a ser concretizado.»

3 - «Estamos agora numa situação em que há justas expectativas. Espera-se a concretização da mudança pela qual os trabalhadores e os por-

tugueses votaram. Esperamos com confiança, mas com um grande sentido de responsabilidade, que surjam respostas concretas em relação ao desemprego e à criação de emprego, à melhoria dos salários reais dos trabalhadores, ao aumento do salário mínimo, ao aumento das pensões de reforma, à redução mais que urgente do horário de trabalho para o máximo legal de 40 horas



semanais, a uma outra política de educação e formação voltada para a valorização do trabalho. Esperamos diálogo e estamos disponíveis para ele na resposta aos problemas concretos. Esperamos um combate determinado contra a corrupção e o compadrio. Esperamos a reposição da legalidade e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores a nível dos locais de trabalho.»

4 - «A CGTP-IN é a força protagonista e portadora das aspirações e propostas que corporizam, no plano social, o sentido de mudança expresso nas eleições de 1 de Outubro. Agiremos na sociedade portuguesa com a responsabilidade inerente a esta situação, ou seja, não apenas apresentamos as propostas, como estamos empenhadíssimos na sua discussão e visando a sua concretização. O País e todas as forças políticas, e em primeiro lugar o Governo que vier a ser formado, contarão de certeza com o sentido de responsabilidade deste protagonismo da CGTP nesta dimensão concreta.»

Carvalho da Silva fez questão de pôr ainda em relevo «um aumento muito significativo da participação e do envolvimento, com empenho e com alegria, da juventude neste acto eleitoral, quer na campanha, quer na votação», o que é entendido pela CGTP como «um sinal extraordinariamente positivo na sociedade portuguesa e que, no mundo do trabalho, reforça uma ideia que já tínhamos, que é a necessidade de nos empenharmos profundamente no rejuvenescimento do movimento sindical».

Retomando uma afirmação feita ainda nas intervenções públicas durante a noite de 1 de Outubro, o coordenador da Inter considerou que, «ao trazerem a derrota inequívoca do PSD e desta política de direita, que tanto combatemos, e ao trazerem uma vontade tão forte e tão clara no sentido da mudança, as eleições significaram para nós também, pelo facto de se realizarem no dia da comemoração dos 25 anos da CGTP, uma boa prenda de aniversário».

25 anos assinalados no dia de reflexão

Para comemorar o 20º aniversário da fundação da Intersindical Nacional, a CGTP organizou no Clube de Jornalistas, em Lisboa, um almoço-convívio que reuniu os membros da sua Comissão Executiva e alguns antigos dirigentes. A iniciativa, aberta à comunicação social, teve lugar no dia 30 de Setembro, uma vez que o dia de anos da Inter coincidiria com a data das eleições legislativas.

Na ocasião, o coordenador da central, Manuel Carvalho da Silva, recordou os momentos mais importantes da intervenção da CGTP-IN na defesa dos interesses dos trabalhadores e na vida nacional ao longo destas duas décadas e meia, reafirmou os traços principais que caracterizam o movimento sindical unitário e apontou grandes desafios que lhe estão colocados nos tempos mais próximos.

Os 25 anos da CGTP têm sido assinalados com várias iniciativas, a nível central, das regiões e dos sindicatos, desde o princípio do ano. Em Março realizou-se em Lisboa um



colóquio sobre *sindicalismo e os novos caminhos da sociedade*. O balanço do primeiro semestre da campanha nacional de sindicalização, em Abril, apresentou um total de 26 mil novos sócios dos sindicatos e 1004 delegados sindicais eleitos, estando previsto um segundo balanço para o próximo dia 27. Em Maio e

Junho tiveram lugar debates sobre *as raízes da Intersindical e a luta antifascista*, sobre *o período revolucionário e as conquistas do 25 de Abril* e sobre *os direitos dos trabalhadores e a institucionalização do regime democrático*.

Ainda em Outubro, estão previstas mais três realizações: dias 21 e 22, no Pavilhão Car-

los Lopes, a finalíssima do campeonato nacional de futebol de salão, que envolveu mais de 800 trabalhadores-jogadores em todo o País; dia 25, um debate com a participação de *Álvaro Cunhal*; dia 26 outro debate sobre *a participação e a luta das mulheres*. Para 18 de Novembro está marcado um debate sobre *a injustiça e a*

reforma fiscal, que já tem confirmadas as presenças de *Octávio Teixeira*, Medina Carreira e Rodrigues Porto.

As uniões distritais estão a preparar também sessões e colóquios, destacando-se as iniciativas que terão lugar no Porto (dia 13, no Cinema Terço) e em Lisboa (dia 20, no Pavilhão Carlos Lopes).

No calendário da CGTP para os próximos meses incluem-se ainda a *conferência sindical sobre a juventude trabalhadora* (25 de Novembro) e o 8º Congresso da central (31 de Maio e 1 de Junho).

Segundo os números mais recentes divulgados pela sua Comissão Executiva, a Inter tem actualmente uma representatividade que ultrapassa os 735 mil trabalhadores, inscritos em 148 sindicatos, que estão estruturados em 17 federações sectoriais e 22 uniões distritais. Na actividade da CGTP participam ainda regularmente 69 sindicatos não filiados, que representam 142 mil trabalhadores, o que dá à central uma representação, de facto, de 877 mil trabalhadores.

Palestina

O ministro palestino do Trabalho denunciou o adiamento da libertação dos detidos palestinos, sublinhando que a decisão de Israel constitui uma violação do acordo de extensão da autonomia na Cisjordânia.

"Depois de ter violado a Declaração de Princípios (de 1993 sobre a autonomia) não libertando os presos, Israel viola de novo o acordo assinado há alguns dias", declarou Samir Ghoché, que considera este adiamento "um sinal de alarme sobre a falta de vontade de Israel em aplicar o acordo de Taba", assinado pelo chefe da OLP, Yasser Arafat, e o primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin.

Nos termos do acordo, Israel devia libertar no dia da assinatura mais de um milhar de presos palestinos, entre os quais todas as mulheres.

Chiapas

Recomeçaram em Chiapas as conversações entre o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o governo mexicano.

A 11 de Setembro, as delegações do EZLN e governamental chegaram a acordo quanto ao esquema para instalação dos grupos de trabalho, depois mesas-redondas e finalmente sessões plenárias.

A primeira sessão plenária, consagrada aos direitos dos índios, está prevista para 17 de Outubro.

Itália

O tribunal de Milão pediu o julgamento de 127 individualidades do mundo político e económico italiano, incluindo o socialista Bettino Craxi. O pedido foi feito por Francesco Greco, um dos magistrados instrutores do inquérito "Mãos Limpas", no final de três meses de inquéritos sobre um escândalo financeiro, denunciado em primeira mão pelo ex-magistrado italiano do processo "Mãos Limpas", Antonio Di Pietro.

Alguns dos mais importantes nomes da política italiana da última década são agora acusados directamente de corrupção.

Para além de Craxi, o pedido do tribunal atinge, entre outros, o ex-secretário democrata-cristão Arnaldo Forlani, o ex-ministro do Orçamento do mesmo partido, Paolo Cirino Pomicino, e o ex-ministro das Finanças, Gianni Varasi.

Nuclear

O Fórum do Pacífico Sul decidiu suspender todas as relações com Paris, devido ao segundo teste nuclear francês na região. Sir Julius Chan, Primeiro Ministro de Papua-Nova Guiné e Presidente do Grupo de 16 Nações, anunciou esta decisão durante o seu discurso à Assembleia Geral da ONU por ocasião do 50.º aniversário da instituição. Esta decisão foi tomada um dia após a França ter realizado a segunda explosão no atol de

Pacifistas franceses contra os testes nucleares

Paris prossegue com a concretização do seu plano de testes nucleares - apesar dos múltiplos protestos a nível mundial, e na verdade a coberto de outras tantas cumplidades. Significativo é que, na Europa, não se registem críticas por parte do governo português, tal como dos da Grã-Bretanha e da Alemanha.

O segundo teste agora realizado, em Fangataufa, um atol a cerca de 40 quilómetros de Mururoa, equivaleu a cinco bombas de Hiroxima e foi seis vezes mais potente que o realizado a 5 de Setembro.

Esta explosão é apresentada como necessária para testar as cargas que irão equipar a nova geração de mísseis dos submarinos nucleares, o que uma vez mais vem dar destaque à íntima ligação entre a luta contra os testes nucleares e contra a escalada armamentista.

Isso mesmo é destacado por Daniel Durand, secretário nacional do Movimento da Paz em França, em véspera das manifestações realizadas em diversas cidades francesas no passado dia 30 de Setem-



Manifestação em França contra os testes nucleares

bro, contra os testes nucleares.

"É necessário pôr em evidência a ligação entre a recusa do retomar dos testes nucleares e a exigência de abertura de um debate público em França sobre a suspensão do desenvolvimento de novos programas de mísseis,

submarinos e porta-aviões nucleares previstos para 1996", afirma o dirigente pacifista.

O movimento francês pela paz defende:

- o fim dos testes nucleares;
- a assinatura, o mais cedo possível, de um tratado de

interdição de todos os testes, nomeadamente em laboratório. Uma verdadeira "opção zero" para os testes nucleares;

- a abertura de negociações informais no sentido da eliminação e interdição da arma atómica.

Exigências que se apoiam num crescente movimento de

opinião pública. As manifestações de 30 de Setembro foram convocadas por cento e cinquenta organizações. E todas as sondagens indicam uma rejeição dos testes nucleares, da produção de novas armas atómicas e uma exigência de redução das despesas militares.

Comores Mercenários no poder

Na confusa situação que se estabeleceu nas Comores, na sequência do golpe militar que depôs o presidente Said Mohamed Djohar, ressalta o papel decisivo desempenhado por forças mercenárias comandadas por Bob Denard.

Bob Denard iniciou a sua actividade de profissional de actividades golpistas como homem de confiança dos colonialistas franceses, no início dos anos 60, no Katanga (Zaire).

Coloca-se depois ao serviço das forças realistas do iman Badr no Iémen do Norte. Nos anos 70 recruta mercenários para a luta anti-MPLA, em Angola, para operações em Cabinda (1976), e mais tarde na Rodésia (1977).

Aparece pela primeira vez nas Comores em 1975, logo após a independência do arquipélago. A 3 de Agosto de 1975, Ahmed Abdallah é derrubado por um golpe de Estado inspirado por Paris que levou ao poder Ali Soilih. Três anos mais tarde, o governo francês muda de opinião e Bob Denard derruba Ali Soilih (13 de Maio de 1978) e o anterior presidente volta ao

poder. O mercenário francês passa então a comandar a guarda presidencial, um pequeno exército treinado por mercenários da França e da Bélgica e financiado pela África do Sul. Uma força militar que se viria a destacar pela prática de assassinatos e torturas quando dos levantamentos de Novembro de 1987.

Em 1989, quando de um golpe militar que iria levar ao assassinato do presidente Abdallah, a França levanta um processo contra Denard,

pela morte do presidente das Comores. O mercenário refugiou-se então na África do Sul.

Que se passa agora nas Comores? Na verdade, pouco ou nada se sabe. Apenas que prosseguem jogos de poder, em que a participação de mercenários é determinante. Jogos totalmente alheios aos interesses da população e do país.

Numa primeira reacção política à evolução da situação, organizações da oposição, em conjunto com o partido presidencial, divulgaram uma



Bob Denard, golpista profissional

declaração em que se apela à constituição de um "Comité de salvação nacional".

Os objectivos proclamados

são: mobilizar a população contra o "acto de pirataria" conduzido por Bob Denard; "mobilizar os países e povos africanos e árabes irmãos para a solidariedade com o povo" das Comores; levar a França a aplicar os acordos de cooperação, nomeadamente no plano militar.

O comunicado avança uma tripla exigência - libertação do presidente; partida "imediate e incondicional" dos mercenários; regresso do país a um "verdadeiro processo democrático".

Alemanha condenada em Estrasburgo

A Alemanha foi condenada, a semana passada, em Estrasburgo, pelo Tribunal europeu de direitos humanos, por violação dos direitos à liberdade de expressão e à liberdade de associação.

Em causa a prática de interdições profissionais, que no caso concreto atingiu, entre 1986 e 1991, uma professora, com fundamento nas actividades desenvolvidas como membro do Partido Comunista Alemão (DKP).

Dorothea Vogt, membro do DKP desde 1972, foi afastada do seu posto de professora de alemão e francês na Baixa Saxónia. O governo regional entendeu que, pela sua actividade política, ela faltava à sua "obrigação de lealdade política", sendo considerada como um elemento "extremista", que se oporia à Constituição da República Federal Alemã.

A militante comunista foi afastada do ensino em Outubro de

1987 por decisão do Tribunal administrativo de Oldenburg. O Tribunal disciplinar da Baixa Saxónia confirmou esta sanção e o Tribunal constitucional federal recusou o pedido de recurso.

Só em Fevereiro de 1991 Dorothea Vogt voltou a ser professora, quando da anulação - pelo novo governo regional - do "decreto de 1972 sobre o emprego de extremistas na função pública".

O Tribunal europeu dos direitos humanos, condenando embora a Alemanha, limitou-se a considerar que "o único risco inerente ao posto ocupado pela Sra. Vogt seria o doutrinamento dos seus alunos. Ora nenhuma crítica lhe foi dirigida neste aspecto", afirmando que um "Estado democrático tem o direito de exigir lealdade aos seus funcionários". Não é referido o direito a pensar de forma diferente e a defender diversas opções políticas.

Brasil

Prossegue a luta pela reforma agrária

A crescente tensão que se tem vindo a viver nos campos brasileiros, face ao acumular de atrasos e promessas incumpridas na atribuição de terras às famílias camponesas, levou agora à mudança de direcção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pelo presidente do Brasil, Henrique Cardoso. Um medida pontual, para tentar evitar, no imediato, o risco de novos confrontos.

Na longa história da luta dos Sem Terra pela distribuição de terras aos camponeses e pela reforma agrária, múltiplos têm sido os confrontos, de que já resultou, só este ano, segundo cálculos da Comissão Pastoral da Terra, a morte de 33 trabalhadores rurais.

O último grande conflito - que ficou conhecido como o massacre de Rondônia - ocorreu em Corumbiara, em 8 de Agosto passado, e saldou-se na morte de 10 camponeses e 2 polícias.

Segundo o relato divulgado pelo jornal dos Sem Terra, no dia 15 de Julho, 514 famílias sem terra ocuparam a Fazenda Santa Elina, propriedade de um latifundiário local, que mantém metade das terras improdutivas.

Face à recusa dos trabalhadores em cumprir a ordem de despejo, é enviado, em 8 de Agosto, um contingente de 300 polícias militares. Foi então negociada uma tregua de 72 horas para se tentar encontrar uma saída pacífica para o caso.

Mas na madrugada seguinte a polícia militar invade o acampamento camponês, lançando gás lacrimogéneo e disparando tiros sobre os camponeses em pânico.

Dez camponeses foram mortos. Alimentos, roupas e utensílios domésticos destruídos e queimados. Segundo o relatório

médico, muitos dos mortos (entre os quais se contam crianças) foram executados com tiros pelas costas e a curta distância.

O massacre de Rondônia teve repercussões nacionais e levou a manifestações de protesto em diversas cidades brasileiras.

Em Carta dirigida ao "Povo da cidade", quando do 3º Congresso Nacional do MST, expõe-se com clareza a dramática situação que se vive nos campos brasileiros e a necessidade de uma reforma agrária.

"Os grandes proprietários rurais representam menos de 1%, mas possuem 46% de todas as terras do país", afirma-se na Carta, sublinhando que os bancos e empresas multinacionais detêm mais de 30 milhões de hectares.

"Uma família de trabalhado-



Manifestação em São Paulo após o massacre de Rondônia

res rurais necessita apenas de 15 ou 20 hectares para sobreviver na agricultura". Pelo que bastaria a desapropriação dos "latifúndios maiores de mil hectares para que haja terra para todos os brasileiros. E com essa medida, teríamos mais 75 milhões de novos hectares para produção de alimentos".

Actualmente, devido à con-

centração das terras nas mãos dos latifundiários, "apenas 45 milhões de hectares são destinados à produção de alimentos e há 4,8 milhões de famílias de sem terra querendo trabalhar".

Face a esta situação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra defende, no seu Programa de Reforma Agrária:

- Modificar a estrutura da propriedade da terra;
- Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objectivos da sociedade;
- Garantir que a produção da agro-pecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento económico e social dos trabalhadores;
- Apoiar a produção familiar e cooperativa com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;

• Levar a agro-indústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmónico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;

• Aplicar um programa especial de desenvolvimento para região do semiárido;

• Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;

• Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

Actualmente, há no Brasil cerca de 4,5 milhões de famílias camponesas sem terra. Dos 35 milhões de pessoas que vivem no campo, 16 milhões sobrevivem em condições de profunda pobreza.

• As empresas estrangeiras possuem 36 milhões de ha. de terra, o que corresponde a 9,7% das terras do país, ou seja, praticamente o dobro das terras dos pequenos camponeses.

• Em 1970, 22,4% da renda no campo ia para os 50% mais pobres enquanto 1% dos mais ricos ficavam com 10,5% da riqueza produzida.

Em 1980, 1% dos mais ricos detinha 29,3% dessa riqueza, enquanto para os 50% mais pobres ficavam 14,9%.

• 23% das casas da zona rural não têm nenhum sistema de abastecimento de água.

92,5% não possuem fossa séptica nem estão ligadas à rede de esgotos.

PCP saúda comunistas indianos

Por ocasião do 16º Congresso do Partido Comunista da Índia, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou aos comunistas indianos a saudação que transcrevemos.

Queridos camaradas,

Transmitimo-vos as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses e formulamos os melhores votos aos trabalhos do vosso Congresso, na convicção de que ele contribuirá para o fortalecimento do Partido Comunista da Índia e do seu importante papel na luta dos trabalhadores e do povo da Índia em defesa dos seus interesses vitais, contra a pobreza e o subdesenvolvimento, contra as forças reaccionárias, comunistas e separatistas, em defesa da soberania e da integridade da União Indiana.

Conhecemos os perigos e ameaças que pesam sobre o vosso país. O imperialismo e as forças reaccionárias internas nunca se conformaram com a perspectiva de uma Índia verdadeiramente independente, não alinhada, pacífica, trilhando uma via de desenvolvimento e progresso social. Procuram por isso aproveitar a correlação de forças desfavorável resultante da desagregação da URSS e do desaparecimento do socialismo como sistema mundial, para impor a sua política exploradora e opressora. As imposições da GATT, do FMI, do BM e outras instituições supranacionais do imperialismo agravam

brutalmente as condições de vida das massas. O combate e a derrota de uma tal política assume uma importância que ultrapassa as fronteiras do vosso país. Por isso a luta do PCI e de todos os comunistas indianos, a acção desenvolvida pela Frente de Esquerda, os esforços para construir uma verdadeira alternativa democrática e progressista ao governo do Partido do Congresso e ao BJP, são acompanhadas em Portugal com o maior interesse e espírito solidário, representando um estímulo à nossa própria luta.

Nós, comunistas portugueses, prosseguimos com determinação e confiança a luta por uma viragem democrática na vida nacional, contra as imposições supranacionais da União Europeia e da NATO, por uma política orientada pelos interesses dos trabalhadores, da democracia e da independência nacional, por uma Europa de paz e cooperação. Os resultados das eleições para a Assembleia da República do passado dia 1 de Outubro representam uma grande derrota da direita, com o afastamento do PSD do governo e a colocação dos partidos da direita em minoria na Assembleia da República. Apesar das condições de extrema bipolarização em que estas eleições se verificaram, a CDU - Coligação em que os comunistas são a força determinante - manteve no essencial as suas posições. Tudo faremos para impedir que a profunda condenação da política de direita e a profunda vontade de mudança expressa nestas eleições não seja defraudada.

Afirmando com orgulho e convicção a sua identidade comunista, o PCP confirma-se como uma força necessária e indispensável aos trabalhadores e ao povo e tem diante de si amplas perspectivas de crescimento orgânico e influência de massas, particularmente entre a juventude. A nossa própria experiência confirma que o capitalismo não está em condições de vencer as suas contradições e resolver os problemas da Humanidade. Na luta quotidiana em defesa dos interesses do nosso povo, mantemos sempre viva a perspectiva de uma nova sociedade, livre da exploração e da opressão capitalista, a sociedade socialista.

A nossa luta, vêmo-la inserida no processo mundial de emancipação dos trabalhadores e dos povos. Considerando de decisiva importância a luta em cada país, consideramos simultaneamente que o fortalecimento da solidariedade internacionalista dos comunistas, dos progressistas, dos trabalhadores e dos povos é de capital importância para fazer frente e finalmente derrotar as tentativas do imperialismo para estender a todo o mundo o seu sistema hegemónico.

Queridos camaradas,

Desejando os melhores sucessos aos trabalhos do vosso 16º Congresso, expressamos a nossa vontade de agir pelo reforço das tradicionais relações de amizade e solidariedade entre o PCP e o PCI, no interesse da causa comum do progresso social, do socialismo e da paz.

Muroroa. O Fórum do Pacífico Sul é uma organização que afirma como objectivos o desenvolvimento ambiental e social das nações insulares do Pacífico Sul.

População

A população urbana mundial no ano 2.025 duplicará a actual para se situar nos 5.000 milhões de pessoas, afirmou o secretário-geral da Conferência da ONU para os Assentamentos Humanos (UNCHS), Wally N'Dow.

N'Dow, que presidiu aos actos comemorativos do "Dia Mundial do Habitat" na cidade brasileira de Curitiba, afirmou que o rápido crescimento da população das cidades transformará os problemas urbanos nos mais preocupantes para as Nações Unidas.

"As cidades transformar-se-ão em vítimas de um mundo que se está a urbanizar a um ritmo nunca antes imaginado. A nossa população global em áreas urbanas está a crescer duas vezes e meia mais rápido que nas áreas rurais", referiu.

"De 2.400 milhões este ano, o número de pessoas que vive em cidades terá crescido para 5.000 milhões no final do primeiro quarto do próximo século", disse N'Dow, considerando grave o facto de grande parte das pessoas viverem em condições de pobreza, a maioria delas mulheres e crianças.

A Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos - Habitat II - decorrerá em Junho de 1996, em Istambul, na Turquia.

A conferência de Istambul será a última das convocadas pela ONU nos últimos anos sobre questões globais como a Infância (1990, Nova Iorque), Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992, Rio de Janeiro), Direitos Humanos, População e Desenvolvimento (1994, Cairo), Desenvolvimento Social (1995, Copenhaga) e Direitos da Mulher (1995, Pequim).

Vietnam

Cerca de 44.000 pessoas aderiram ao Partido Comunista do Vietnam desde o início deste ano, na sequência de uma campanha implementada para assinalar o 65.º aniversário da fundação do partido.

Iraque

O Programa Alimentar Mundial (organização da ONU com sede em Roma) afirma que a falta de alimentos que se faz sentir no Iraque está a provocar danos irreversíveis em toda uma geração de crianças e afecta directamente quatro milhões de pessoas.

Espanha

Um estudo do banco Bilbao afirma que a protecção social espanhola arrisca-se a atingir o ponto de ruptura no ano 2000. A proposta vai no sentido de diminuir o montante das pensões e estabelecer a reforma aos 70 anos.

Um novo Vietname no coração dos Balcãs

Uma severa crítica à política irracional dominante na Europa que, invocando a paz, contribui para ampliar a violência, marcou a intervenção do nosso camarada Miguel Urbano Rodrigues na sua despedida como deputado comunista na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em nome do Grupo da Esquerda Unitária Europeia.

A intervenção, que a seguir publicamos na íntegra, não reuniu mais consenso do que muitas outras ao longo de um mandato em que o representante comunista foi uma voz quase isolada naquele fórum internacional. Mas na hora da despedida, o presidente da Assembleia prestou a justa homenagem ao lutador pela liberdade e pelos direitos do homem (ver caixa) que o nosso camarada é e sempre foi, e a Assembleia aplaudiu.

«Há quatro anos que discutimos a situação na ex-Jugoslávia e particularmente a guerra na Bósnia. Trata-se cada vez mais de um ritual. O espírito dos discursos dos relatores e o texto do projecto de resolução levam-me a pensar no papel do Conselho da Europa e sobretudo nas responsabilidades das delegações parlamentares das três dezenas de países que são membros efectivos da Organização.

Esta sessão da nossa Assembleia é a última em que participo porque vou pôr termo, dentro de alguns dias, à minha actividade parlamentar. Assim, fiel a posições assumidas desde a juventude, em Portugal e onde quer que o combate pelo homem me levou, sinto-me à vontade para sintetizar em poucas palavras a amargura provocada pelo afastamento progressivo do Conselho da Europa dos objectivos humanistas e dos princípios éticos que são a sua razão de ser.

Um pensador cubano da primeira metade do século XIX falava do sol do mundo moral para exprimir a fome de justiça social dos homens. Jose de Luz y Cavallero lembrou-nos que não pode haver paz durável, progresso autêntico e mudanças sociais capazes de conferir dignidade à existência humana sem uma concepção ética do Estado e da política. Sem esse sol do mundo moral, as ideias e as descobertas da ciência e da técnica não bastam para construir uma sociedade menos injusta do que a actual. As mais ambiciosas estratégias, todas as táticas e tacticismos se tornam poeira da história. A política passa então a ser um jogo de hipocrisia.

O sistema de poder que comanda hoje a evolução da humanidade desenvolve uma política que agrava cada vez mais a injustiça na Terra. As Nações Unidas estão transformadas em caricatura do belo projecto que, finda a guerra mundial, suscitou uma imensa esperança. Tornaram-se um instrumento do poder hegemónico que impõe a sua vontade num mundo unipolar.

A crise bosniaca, da qual aqui se fala sem proveito e de uma maneira farisaica, ofereceu-nos a prova dessa ausência de ética dos governos europeus, da ONU e do Conselho da Europa. A Bósnia, onde há mais de 13 séculos coexistem

quase elogiosos sobre o papel da Croácia e do governo de Alia Izetbegovic expressam a ausência de um sentimento de equidade. Nunca, aliás, ouvi neste hemisfério uma simples referência ao campo de concentração de Jasenovac, na Croácia, onde mais de 600 000 sérvios morreram durante a República fascista de Ante Pavelic, o que faz dele o terceiro campo de extermínio quanto ao total de mortos, depois de Auschwitz e Mathausen.

Quase todos, aqui, aceitaram os bombardeamentos aéreos da NATO como uma boa solução. Alguns saudaram-nos com entusiasmo. Dais assim a vossa adesão a uma política que permite à NATO intervir na Europa como um superpoder. O Conselho da Europa quer ser mais papista do que o Papa. Nos EUA, a imprensa liberal exprime já apreensões no que

ordem jurídica internacional. Porque a NATO foi criada para defender os países membros de eventuais ataques vindos do exterior. Ora os factos da Bósnia demonstram que a NATO, com a sua intervenção militar em conflitos internos de outros países, viola o seu próprio estatuto e introduz na Europa a lei da selva.

Muitos de vós identificais nos bombardeamentos da NATO uma contribuição para a paz. Pergunto-vos, colegas: Que paz? Uma falsa paz imposta pelos bombas e pelos mísseis Tomahawk que explodem sobre o solo europeu!

Desta vez nem sequer convocaram o Conselho de Segurança. Não era necessário!!! Na realidade, a escalada militar na Jugoslávia, comandada pelos EUA e inseparável do jogo eleitoral americano – repito, inseparável do jogo eleitoral americano –, em vez de nos aproximar de uma paz duradoura está a criar condições para um novo Vietname no coração dos Balcãs. A sorte da Europa o seu futuro são cada vez mais decididos em Washington.

Um dia, os nossos bisnetos, ao tentarem compreender a história da Europa no final do segundo milénio, serão certamente severos na condenação de uma política irracional que, invocando a paz, contribuiu para ampliar a violência. Penso que terão vergonha, ao recordar que mísseis de cruzeiro, lançados do Adriático pela esquadra americana, explodiam na terra da Bósnia já tão martirizada.

Senhor Presidente:

Não é fácil votar quase isolado contra a esmagadora maioria de um Parlamento internacional. Fiz isso muitas vezes na nossa Assembleia. Seria, porém, simplista atribuir essa escolha apenas a uma opção ideológica. Não é o caso. O que me dá forças para votar quase só contra vós é a convicção inabalável de que a grande maioria da Assembleia aceita por comodidade uma estratégia de poder que retira ao Conselho da Europa a sua razão de existir e faz dele um instrumento ao serviço de uma concepção imperial do mundo, caricatura de nova ordem internacional.

Repito, para terminar. Sem uma concepção ética da política não se pode contribuir, mesmo modestamente, para a solução dos graves problemas da Europa e para fazer da Terra um lugar compatível com aspirações eternas da condição humana.

Senhor Presidente: o Grupo da Esquerda Unitária Europeia, em nome do qual falo, considera inaceitável o projecto de resolução apresentado pela Comissão Política. Votaremos contra ele.»

A homenagem

Senhor Rodrigues, o senhor teve direito a um tempo de palavra mais longo para a sua última intervenção.

Ao longo do seu mandato, estive muitas vezes em desacordo consigo e estou-o ainda hoje. Contudo, tenho de lhe prestar a minha homenagem.

Nestes últimos anos, considerámos o comunismo, creio que justamente, como uma doutrina de opressão, totalitária e dogmática.

O senhor militou, durante mais de cinquenta anos, pela liberdade, os direitos do homem, a emancipação dos povos explorados pelo colonialismo e pela dignidade dos povos em África e na América Latina. No seu país, Portugal, o seu nome é símbolo de liberdade e de luta pela igualdade.

Hoje deixa-nos e é com muita emoção que lhe agradeço, apesar de a maior parte do tempo termos estado em desacordo.

povos que falam uma língua comum, não é uma nação; o Estado bosniaco é artificial e a sua criação foi o resultado de um jogo político amoral das grandes potências, sobretudo da Alemanha.

Anteontem, o Rei da Jordânia falou-nos aqui dos sofrimentos do povo do Iraque, vítima das sanções e de uma engrenagem monstruosa. Ao ouvi-lo, subiu à minha memória a lembrança de uma engrenagem diferente, mas não menos monstruosa, de cujo funcionamento são vítimas os povos da ex-Jugoslávia. Todos. Porque nessa antiga terra da Europa não há anjos nem demónios. Lamento tanto os mortos de Sarajevo como os da Krajina e os da Eslovénia Ocidental. Recuso-me a aceitar uma hierarquia da etnicidade e da irracionalidade racista.

Entretanto, o discurso que aqui escutámos sobre o tema nega, com poucas excepções, essa evidência. Os comentários

se refere ao desenvolvimento da escalada intervencionista minuciosamente preparada. O «New York Times» sublinhou mesmo que os sérvios da Bósnia já tinham tomado a decisão de negociar em Genebra antes do primeiro bombardeamento, a 29 de Agosto. É chocante que para encontrar um pretexto para a última e maciça intervenção criminosa da NATO tenha sido inventado um relatório assinado pelo general Rupert Smith, com base num inquérito fantasma que nenhum outro oficial da Forproun pôde acompanhar...

Sr. Presidente, caros colegas:

Um acordo secreto entre a ONU e a NATO, muito comentado pela imprensa internacional, abriu o sinal verde para os últimos bombardeamentos da NATO. O Conselho da Europa, porém, finge ignorar a existência desse acordo secreto e imoral. Essa opção nega o que restava na Europa de respeito pela

Moeda Única A dança das datas no baile da indecisão

O ministro das Finanças alemão, Theo Waigel, garantiu, a semana passada, em Bona, que nunca teve a intenção de adiar para depois de 1999 a entrada em vigor da moeda única, desmentindo assim as propostas que lhe foram atribuídas pelo diário Frankfurter Rundschau, segundo as quais o ministro alemão não excluía o adiamento da terceira fase da União Económica e Monetária para depois de 1999. É mais um episódio no baile da indecisão reinante no seio dos Quinze quanto às possibilidades reais de avançar para um objectivo traçado no papel à revelia das realidades (e interesses) nacionais, quando o próprio chanceler Helmut Kohl já não tem pejo em classificar o “dia 1 de Janeiro de 1999” como uma “uma data de importância secundária” para a entrada em vigor da moeda única.

Num encontro com jornalistas, em Bona, Waigel recordou que o Tratado de Maastricht prevê uma primeira avaliação do estado das economias em 1997, e fez questão de esclarecer as suas afirmações anteriores: “Eu disse que, se as condições não estiverem preenchidas em 1997, não será um desastre adiar de um ou dois anos a terceira fase da UEM”, precisou.

É curioso registar que as explicações de Waigel surgiram horas antes do início da reunião informal de ministros das Finanças da União Europeia (UE), realizada no passado dia 30 em Valência, Espanha, e essencialmente destinada a renovar a credibilidade da data de 1999 para a criação da futura moeda única europeia, num momento em que a data é posta em causa em diversos estados-membros, nomeadamente na Alemanha e na Itália.

Waigel adiantou que a entrada em vigor da moeda única deve respeitar três condições, a começar pela sua aceitação pelas opiniões públicas dos Estados-membros. Uma condição ainda muito longe de concretização na própria Alemanha, onde a maioria da população se opõe à moeda única.

Como segunda condição, o ministro defende que apenas devem ser válidas as moedas nacionais durante a fase transitória de impressão da nova divisa, opondo-se assim ao princípio da dupla circulação da moeda única e das moedas nacionais, mesmo por um período limitado.

Por último, o ministro alemão manifestou-se favorável ao estabelecimento de um quadro jurídico para todos os Estados-membros, por forma a que os bancos não sofram distorções de concorrência no momento da transferência das moedas nacionais para a moeda única.

Também o presidente do Instituto Monetário Europeu (IME), Alexandre Lamfalussy, veio a público pronunciar-se sobre esta matéria, mas para defender o alargamento, depois da criação da moeda única, do dispositivo de sanções previsto no Tratado de Maastricht para os Estados-membros que não respeitem os critérios de convergência.

Num discurso proferido em Colónia, Alexandre Lamfalussy declarou que o dispositivo previsto no Tratado de Maastricht para controlar os défices públicos excessivos “parecia demasiado pesado e demasiado longo na sua concretização por forma a ter um efeito dissuasor”, pelo que o presidente do IME, retomando uma proposta do relatório Delors de 1989, preconiza “ancorar a política financeira dos Estados-membros” na duração da União Económica e Monetária.

“Sem o apoio de políticas fiscais e salariais razoáveis, o mais independente dos bancos centrais é incapaz de garantir a sua missão de manter a estabilidade”, disse Lamfalussy.

Considerando que, numa primeira fase, a política monetária do banco central europeu não deverá ser perturbada por uma política financeira “laxista” de um dos Estados fundadores da moeda única, já que “é muito improvável que um Estado, que põs ordem no seu orçamento com o objectivo de se qualificar para a terceira fase, se endivide substancialmente logo a seguir”, Lamfalussy manifesta-se, ao contrário, “prudentemente optimista no que se refere à evolução a longo prazo”.

O Tratado, recorda-se, prevê que a passagem à moeda única se inicie em Janeiro de 1999 para os países que respeitem os critérios de convergência (definidos para os níveis do défice público, dívida pública, taxa de inflação e taxas de juro de longo prazo) nos finais de 1997.

Na reunião de Valência, segundo o porta-voz da Comissão Europeia Klaus Van der Pas, “todos os ministros confirmaram que o Tratado de Maastricht deve ser respeitado”, o que foi considerado “um sinal muito positivo lançado pelos ministros das Finanças”.

Esta preocupação dos Quinze em “confirmaram assim a credibilidade e a irreversibilidade do processo que deve conduzir à moeda única”, parece tanto mais estranha quando no mesmo dia, em Bona, o chanceler alemão, Helmut Kohl classificava o “dia 1 de Janeiro de 1999” como uma “uma data de importância secundária” para a entrada em vigor da terceira fase da União Económica e Monetária, acentuando que “a moeda única não será provavelmente para este século”.

A CGTP-IN tomou entretanto posição sobre esta matéria. O texto, distribuído à imprensa, é publicado na íntegra na página 15 desta edição.

À espera do referendo em 1996

Franceses mais eurocéticos

Três anos depois do referendo sobre o tratado de Maastricht, os franceses estão mais eurocéticos do que nunca, revela um estudo realizado pelo IFOP (Instituto Francês de Opinião Pública) o mês passado e divulgado há dias pelo semanário L'Express. De acordo com os dados agora vindos a público, 67 por cento dos franceses estão contra a construção 'desta' União Europeia e apenas 33 por cento vê vantagens na aventura dos Quinze. Para a maioria (64 por cento), a Europa não progrediu com a entrada em vigor do tratado, e a vida dos franceses não melhorou com Maastricht (89 por cento).

O estudo do IFOP reparte os franceses em quatro "famílias" (pró-europeus, europeus por conveniência, europeus cépticos e antieuropeus) e foi feito a partir das opiniões expressas sobre uma quinzena de afirmações, de que L'Express reproduziu as mais significativas. Obteve-se desta forma um retrato-robot de cada grupo, cujos membros partilham os mesmos motivos de rejeição ou adesão à União Europeia (UE), e cuja evolução revela a tentação da sociedade francesa de se fechar sobre si própria.

Se, por um lado, a proporção dos franceses favoráveis à União não diminuiu, é sintomático, por outro lado, que o número dos pró-europeus de conveniência tenha diminuído para metade, enquanto as duas "famílias" hostis à UE crescem, agrupando dois terços dos franceses.

Vejamos então o que caracteriza cada grupo:

* **Pró-europeus** (27 por cento dos franceses) - são os únicos para quem a França não é mais importante do que a Europa, e os únicos também que não temem

as consequências da União Europeia em matéria de imigração ou de protecção social. Os elementos que integram este grupo disseram "sim" a Maastricht em 1992, votaram Lionel Jospin em 1995, são sobretudo homens, na maioria jovens. É hoje um grupo relativamente isolado.

* **Europeus por conveniência** (6 por cento) - são meia dúzia, globalmente favoráveis à moeda única e a uma política externa comum, embora duvi-

dem das consequências da abertura de fronteiras, nomeadamente no respeitante à imigração. Votaram "sim" a Maastricht, em Chirac em 1995 e são sobretudo idosos.

* **Europeus cépticos** (25 por cento) - Uma pequena maioria deste grupo pensa que a França tem mais a ganhar do que a perder na aventura a quinze. São indecisos; manifestam grandes inquietações em todos os domínios, receando por exemplo que a Alemanha domine a Europa.

Estes eleitores votaram "não" a Maastricht, depois Balladur, Villiers ou mesmo Le Pen nas presidenciais.

* **Antieuropeus** (42 por cento) - Formam o grupo mais importante e estão em nítida progressão (mais 9 por cento), manifestando o seu antieuropeísmo em relação a todos os assuntos. São os únicos a opor-se maioritariamente à moeda única e a prever um futuro negro: segundo estes eleitores, os problemas com o desemprego, a

imigração, a protecção social, agravar-se-ão com a Europa. Estes eleitores votaram em bloco "não" a Maastricht, e em Le Pen ou em Ilue em 1995; entre eles contam-se muitas mulheres, empregados e operários.

Segundo a análise de L'Express, é possível que esta atitude cada vez mais negativa dos franceses face à UE resulte do balanço negativo que fazem de Maastricht: para eles, não se passou nada de importante depois da entrada em vigor do tratado; a Europa não progrediu e nem a França nem a sua vida pessoal evoluíram verdadeiramente. Como refere o semanário francês, pode ver-se isso como *um copo meio cheio*: as catástrofes tão temidas ou anunciadas não se verificaram, mas os esperados benefícios tão-pouco. E nestes casos, garante o jornal, os franceses têm tendência a ver *o copo meio vazio*.

Cabe ainda assinalar que a progressão do sentimento de desconfiança face à União Europeia é acompanhada de um outro fenómeno: a radicalização de posições. Nos dois campos, pró e antieuropeu, são os mais convictos que dominam o grupo. Aquando da primeira sondagem, em Junho de 1991, a proporção de franceses indiferentes (os 'nim-nim', nem muito pró nem muito anti) ascendia a 59 por cento. Em Setembro de 1993, um ano após o referendo, essa proporção não ia além dos 40 por cento. Actualmente, cifra-se nos 31 por cento. Um sério aviso a Jacques Chirac, que prometeu fazer um referendo sobre a União Europeia após a cimeira intergovernamental de 1996.

As dívidas crescentes dos franceses

| Concorda ou não com as seguintes frases? | Confiança dominante face à Europa | | Principal evolução desde 1993 |
|---|-----------------------------------|--------------|-------------------------------|
| | De acordo | Desconfiança | |
| • É necessário resolver primeiro os problemas dos franceses antes de um maior empenhamento na Europa. | 81 | 18 | +1 |
| • A abertura das fronteiras europeias vai favorecer a diminuição do desemprego. | 23 | 75 | +3 |
| • Com a abertura das fronteiras na Europa não é possível controlar eficazmente a imigração. | 67 | 32 | +2 |
| • Os governos delegaram demasiado poder na Comissão de Bruxelas. | 57 | 36 | +10 |
| • A construção europeia põe em perigo o nosso sistema de protecção social. | 57 | 40 | +7 |
| • Sou favorável a que o ecu substitua definitivamente o franco. | 49 | 48 | +5 |
| • A prazo, a Alemanha dominará a Europa. | 45 | 52 | +6 |
| • A França tem mais a ganhar do que a perder com a construção europeia. | 59 | 38 | +5 |
| • O exemplo da Jugoslávia demonstra que é preciso acelerar a construção europeia para garantir uma paz duradoura no continente. | 71 | 26 | +3 |
| • A Europa é o melhor meio de lutar contra a concorrência japonesa | 72 | 26 | +5 |

* Sondagem realizada pelo IFOP para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a 7 e 8 de Setembro de 1995, a um grupo de 957 pessoas representativas da população francesa maior de 18 anos. Método dos quantas

As diferenças em relação aos 100% correspondem aos sem opinião

A CGTP e o Livro Verde

Relativamente ao Livro Verde, datado de 31 de Maio, e ao cenário privilegiado, «cenário de massa crítica», que aponta para a passagem à moeda única em três fases, a CGTP-IN toma a seguinte posição:

1. As grandes e fundamentais questões da UEM não radicam nos aspectos técnico-jurídicos da transição para uma situação de moeda única ou do convencimento mediático e social da opinião pública europeia sobre as alegadas virtualidades deste processo. E, no entanto, são estas questões «formais» e os respectivos cenários que constituem a substância do Livro Verde.

2. Uma União Monetária exige que previamente os países que a integram sejam suficientemente similares ao nível das suas realidades económicas e sociais.

Mas a realidade da União Europeia não é essa: o que existe é um centro economicamente desenvolvido rodeado por uma periferia em atraso relativo de desenvolvimento.

Por isso o que se exige previamente a qualquer eventual avanço para uma União Monetária é a atribuição de toda a prioridade à coesão económica e social entre os Estados-membros, isto é, a aproximação entre os respectivos níveis de desenvolvimento e das estruturas económicas e sociais, entre os rendimentos disponíveis, os sistemas de segurança social e de relações laborais.

É na realidade actual de todos os Estados-membros, a prioridade primeira deve ser atribuída ao combate estrutural ao desemprego.

3. Essa prioridade, essencial, ao combate ao desemprego, à criação de emprego e à coesão económica e social é inconciliável com a prio-

ridade à União Monetária e à moeda única (ou à fixação irrevogável das paridades entre moedas, já que os seus efeitos económicos são idênticos aos da moeda única).

Porque sendo bastante amplo o consenso existente sobre o facto de a União Económica, tal qual está pensada, beneficiar fundamentalmente os países e regiões mais desenvolvidos e poder vir a penalizar os países e regiões desfavorecidos, é igualmente certo que a União Monetária tenderá a amplificar os riscos resultantes do mercado interno.

A União Monetária, quer na sua vertente moeda única, quer na sua vertente paridades fixas, potencialmente reflecte, não a situação média das várias moedas, mas sim a situação das moedas mais fortes, daí resultando que a taxa de câmbio ficará sobreavaliada relativamente às regiões menos desenvolvidas, com as correspondentes consequências a nível económico e social.

Porque a exigência da redução do défice implica o corte nas despesas orçamentais, as despesas sociais nos orçamentos públicos são, inevitavelmente, um dos alvos visados pelas reduções de despesas. Ao mesmo tempo, isto leva a reduzir o emprego público. Acrescendo que a adopção de uma política monetária restritiva, inerente à União Monetária, tenderá igualmente a aumentar o desemprego.

As últimas decisões do Conselho ECOFIN, cingindo a entrada da UEM à verificação específica da restrição orçamental (ignorando, portanto, os restantes critérios de convergência nominal, assim como a observação global e tendencial da economia), potenciam a instituição de uma Europa a duas velocidades que a CGTP-IN não pode aceitar.

4. Não se percebe que sejam ignoradas questões capazes de mobilizar os cidadãos para o aprofundamento da União Europeia, tais como: a vertente social, a salvaguarda dos direitos socialmente adquiridos, a manutenção da segurança social e do sistema de saúde suportados pelo Estado, a existência de transferências comunitárias significativas que corrijam as desigualdades internas do impacto do livre comércio e da livre circulação de capitais, a democraticidade e a participação dos cidadãos nos processos de decisão e finalmente, o respeito pelas diferenças culturais.

5. Num país como Portugal, que precisa de crescer mais que os seus parceiros comunitários, que apresenta uma função social do Estado diminuta e onde se constata a ausência de infra-estruturas básicas, qualquer política de redução do défice orçamental, ignorando a evolução e a tendência evolutiva da economia, impedirá a prossecução do objectivo de convergência real.

6. Em suma, não descortinamos como é que a União Monetária poderá avançar e, por maioria da razão, como é que poderá avançar em termos de progresso social se, previamente, não for dada a prioridade necessária ao crescimento económico e ao emprego como objectivos determinantes da União Europeia.

7. Estes são os problemas e questões fundamentais na óptica da CGTP-IN e aos quais o Livro Verde não dá resposta.

O que deve estar em causa e em debate são os objectivos essenciais e prioritários da União Europeia numa perspectiva de progresso económico e social. E não o debate de cenários que assentam no princípio da prioridade absoluta à concretização da terceira fase da UEM.

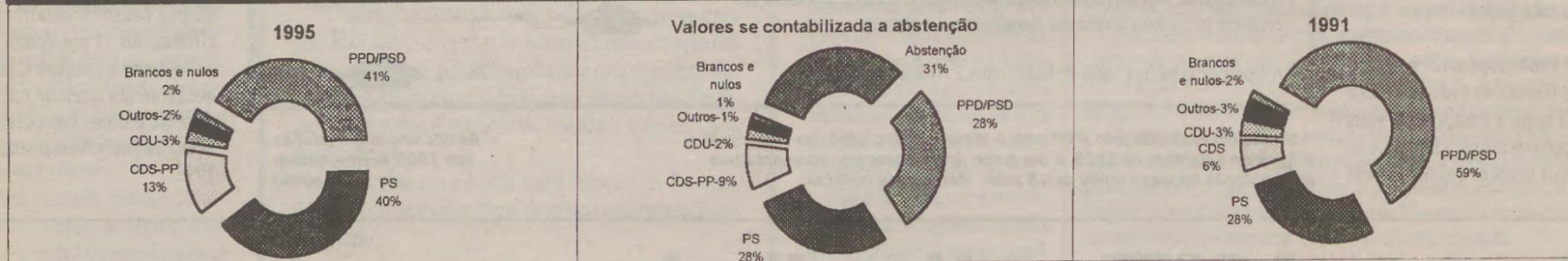
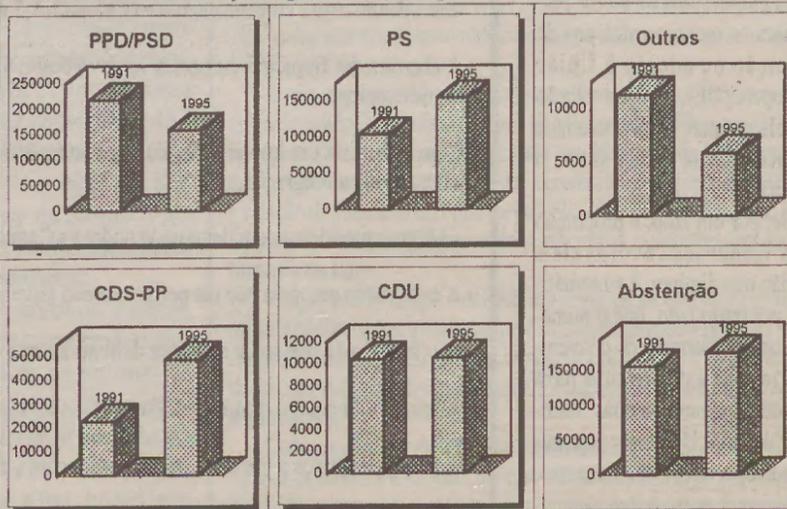
RESULTADOS ELEITORAIS DISTRITO A DISTRITO

Em quinze freguesias do País registaram-se boicotes populares ao acto eleitoral: em Silva e Lordelo (distrito de Braga); Benafim (Faro); Olo, São Romão do Coronado e Medas (Porto); Sedielos e Covelinhas (Vila Real); Izeda (Bragança); Teixeira, Cidadelhe e Pinhel (Guarda); Chãs de Tavares e Nespereira (Viseu) e, finalmente, Tubaral no distrito de Santarém. Nos números provisórios divulgados pelo STAPE consideram-se concluídas as votações em todas aquelas freguesias excepto nas duas de Braga, dado que são os únicos locais que influenciam a eleição de deputados (dois). O acto eleitoral será ali repetido no próximo domingo. Faltam ainda apurar os resultados dos círculos da Europa e Fora da Europa, cuja contagem se efectuará no próximo dia 11.

AVEIRO

| 1995 | | | | | 1991 | | | | | |
|------------|--------|--------|-----------------------|--------|---------|------------|--------|---------|---------|--------|
| | Votos | % | Evolução (n.º. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | |
| PPD/PSD | 158108 | 41,19 | -59352 | -17,4 | 6 | PPD/PSD | 217460 | 58,63 | 9 | |
| PS | 154454 | 40,24 | 51162 | 12,4 | 6 | PS | 103292 | 27,85 | 4 | |
| CDS-PP | 48373 | 12,6 | 25760 | 6,5 | 2 | CDS | 22613 | 6,1 | 1 | |
| CDU | 10531 | 2,74 | 125 | -0,1 | | CDU | 10406 | 2,81 | | |
| PCIP/MRPP | 1422 | 0,37 | -220 | -0,07 | | PSN | 4537 | 1,22 | | |
| PSR | 1408 | 0,37 | -747 | -0,21 | | PSR | 2155 | 0,58 | | |
| UDP | 1126 | 0,29 | | | | PCTP/MRPP | 1642 | 0,44 | | |
| PSN | 846 | 0,11 | -576 | -0,26 | | PPM | 1393 | 0,38 | | |
| PPM-MPT | 612 | 0,16 | -234 | 0,05 | | PRD | 1108 | 0,3 | | |
| PG | 457 | 0,12 | | | | FER | 448 | 0,12 | | |
| BRANCOS | 2831 | 0,74 | 442 | 0,1 | | BRANCOS | 2389 | 0,64 | | |
| NULOS | 3678 | 0,96 | 216 | 0,03 | | NULOS | 3462 | 0,93 | | |
| Inscritos: | 559527 | | Votos: | 383846 | | Inscritos: | 526727 | | Votos: | 370905 |
| Abstenção | | 31,4 % | | | | Abstenção | | 29,58 % | | |

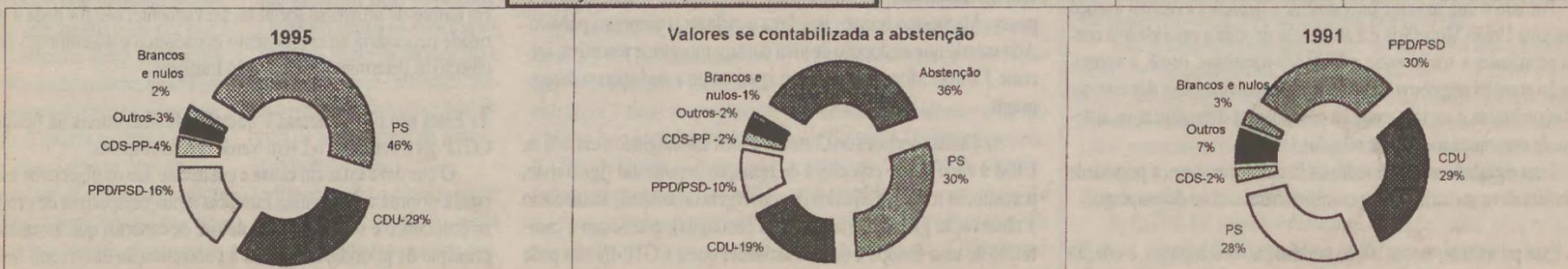
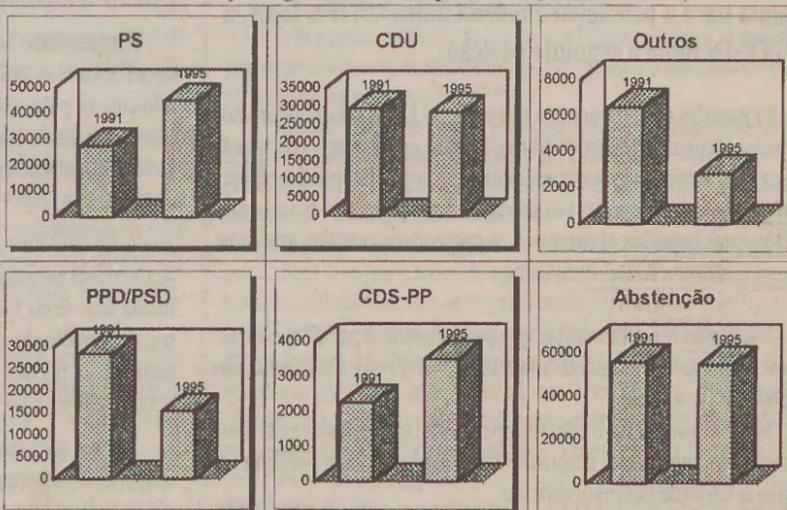
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



BEJA

| 1995 | | | | | 1991 | | | | | |
|------------|--------|--------|-----------------------|-------|---------|------------|--------|---------|---------|-------|
| | Votos | % | Evolução (n.º. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | |
| PS | 44703 | 45,83 | 17233 | 15,45 | 2 | CDU | 29429 | 30,38 | 2 | |
| CDU | 28372 | 29,09 | -1057 | -0,2 | 1 | PPD/PSD | 28408 | 29,33 | 1 | |
| PPD/PSD | 15376 | 15,77 | -13032 | -12,6 | 1 | PSR | 27470 | 28,36 | 1 | |
| CDS-PP | 3515 | 3,6 | 1260 | 1,21 | | PSR | 2312 | 2,39 | | |
| PCIP/MRPP | 2206 | 2,26 | 378 | -0,07 | | CDS | 2255 | 2,33 | | |
| UDP | 1001 | 1,03 | | | | PCIP/MRPP | 1828 | 1,89 | | |
| PSR | 571 | 0,59 | -1741 | -0,43 | | PSN | 990 | 1,02 | | |
| BRANCOS | 624 | 0,64 | -370 | -0,39 | | PRD | 790 | 0,82 | | |
| NULOS | 1163 | 1,19 | -632 | -0,66 | | PPM | 366 | 0,38 | | |
| | | | | | | PDA | 217 | 0,22 | | |
| | | | | | | BRANCOS | 994 | 1,03 | | |
| | | | | | | NULOS | 1795 | 1,85 | | |
| Inscritos: | 152166 | | Votos: | 97531 | | Inscritos: | 152597 | | Votos: | 96854 |
| Abstenção | | 35,9 % | | | | Abstenção | | 36,53 % | | |

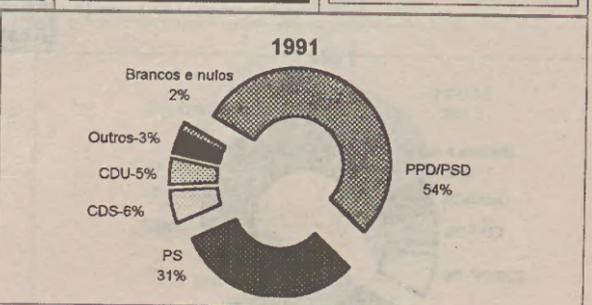
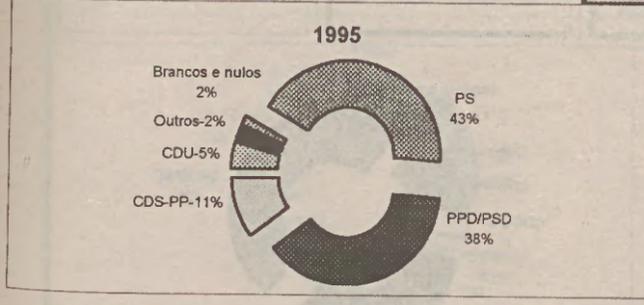
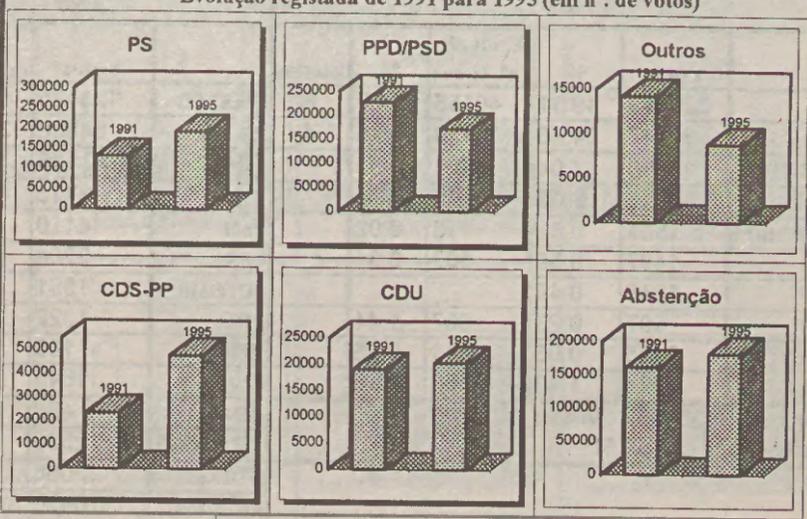
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



BRAGA

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | |
|---------------------------------|--------|-------|---------------------|-------|---------|---------------------------------|--------|-------|---------|--|--|
| | Votos | % | Evolução (n. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | |
| PS | 192618 | 42,87 | 60642 | 11,6 | 7 | PPD/PSD | 226053 | 53,65 | 9 | | |
| PPD/PSD | 172023 | 38,29 | -54030 | -15,4 | 6 | PS | 131976 | 31,32 | 5 | | |
| CDS-PP | 47742 | 10,63 | 24126 | 5,02 | 1 | CDS | 23616 | 5,61 | 1 | | |
| CDU | 20369 | 4,53 | 1303 | 0 | | CDU | 19066 | 4,53 | | | |
| UDP | 2187 | 0,49 | | | | PSR | 3404 | 0,81 | | | |
| PCTP/MRPP | 2090 | 0,47 | -1133 | -0,29 | | PCTP/MRPP | 3223 | 0,76 | | | |
| PSR | 1800 | 0,4 | -1604 | -0,41 | | PSN | 3210 | 0,76 | | | |
| PSN | 1492 | 0,33 | -308 | -0,07 | | PRD | 1684 | 0,4 | | | |
| PG | 1127 | 0,25 | | | | PPM | 1325 | 0,31 | | | |
| BRANCOS | 2408 | 0,54 | 166 | 0,01 | | PDA | 1293 | 0,31 | | | |
| NULOS | 5423 | 1,21 | 1185 | 0,2 | | BRANCOS | 2242 | 0,53 | | | |
| Inscritos: 630383 Votos: 449279 | | | | | | Inscritos: 582768 Votos: 421330 | | | | | |
| Abstenção 28,73 % | | | | | | Abstenção 27,7 % | | | | | |
| Faltam apurar 2 freguesias | | | | | | | | | | | |

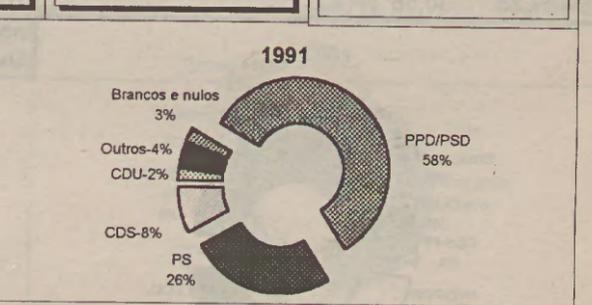
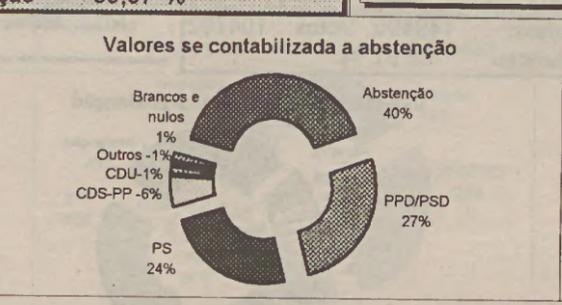
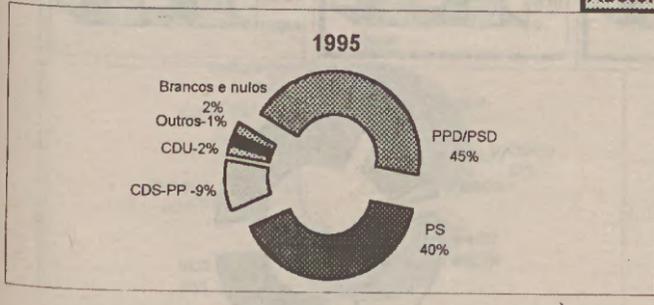
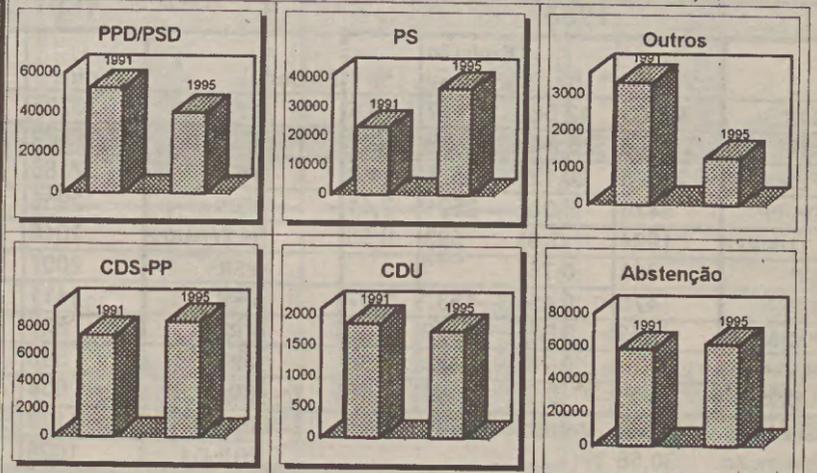
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



BRAGANÇA

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | |
|--------------------------------|-------|-------|---------------------|-------|---------|--------------------------------|-------|------|---------|--|--|
| | Votos | % | Evolução (n. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | |
| PPD/PSD | 40551 | 44,76 | -11978 | -13,1 | 2 | PPD/PSD | 52529 | 57,9 | 3 | | |
| PS | 36509 | 40,3 | 13282 | 14,7 | 2 | PS | 23227 | 25,6 | 1 | | |
| CDS-PP | 8506 | 9,39 | 1050 | 1,17 | | CDS | 7456 | 8,22 | | | |
| CDU | 1736 | 1,92 | -131 | -0,1 | | CDU | 1867 | 2,06 | | | |
| PSR | 488 | 0,54 | 63 | 0,07 | | PSN | 1386 | 1,53 | | | |
| PCTP/MRPP | 392 | 0,43 | -145 | -0,16 | | PCTP/MRPP | 537 | 0,59 | | | |
| UDP | 388 | 0,43 | | | | PRD | 535 | 0,59 | | | |
| BRANCOS | 641 | 0,71 | -22 | -0,02 | | PPM | 438 | 0,48 | | | |
| NULOS | 1393 | 1,54 | -261 | -0,28 | | PSR | 425 | 0,47 | | | |
| Inscritos: 151845 Votos: 90604 | | | | | | Inscritos: 148876 Votos: 90717 | | | | | |
| Abstenção 40,33 % | | | | | | Abstenção 39,07 % | | | | | |

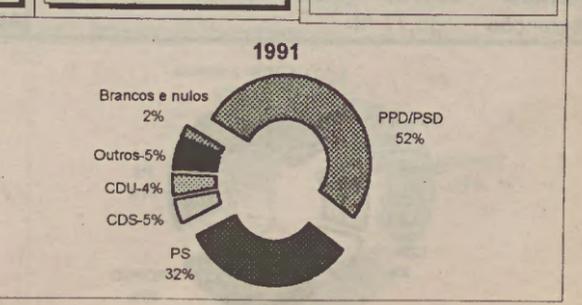
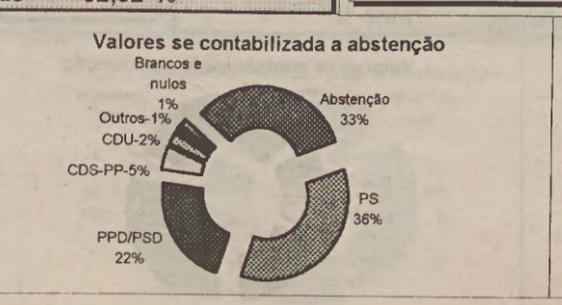
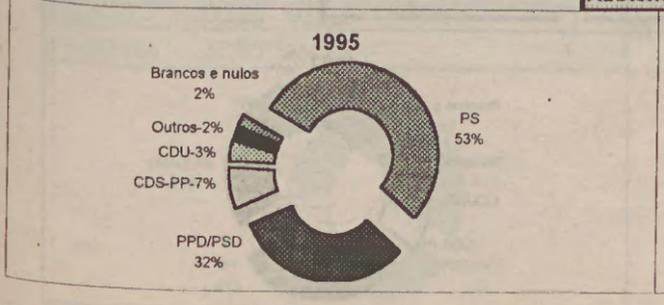
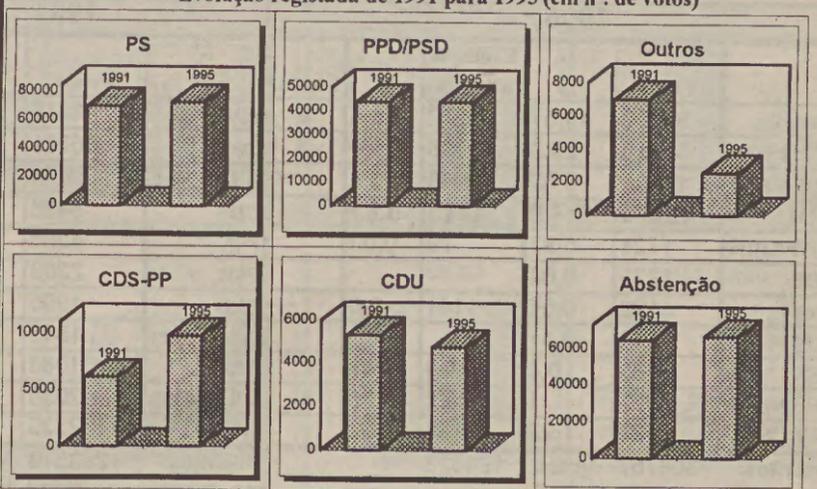
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



CASTELO BRANCO

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | |
|---------------------------------|-------|-------|---------------------|-------|---------|---------------------------------|-------|-------|---------|--|--|
| | Votos | % | Evolução (n. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | |
| PS | 72663 | 53,2 | 2776 | 1,48 | 3 | PPD/PSD | 69887 | 51,72 | 3 | | |
| PPD/PSD | 43830 | 32,09 | -3 | -0,35 | 2 | PS | 43833 | 32,44 | 2 | | |
| CDS-PP | 9834 | 7,2 | 4533 | 3,28 | | CDU | 6141 | 4,54 | | | |
| CDU | 4752 | 3,48 | -1389 | -1,1 | | CDS | 5301 | 3,92 | | | |
| UDP | 776 | 0,57 | | | | PSN | 3130 | 2,32 | | | |
| PCTP/MRPP | 665 | 0,49 | -342 | -0,26 | | PRD | 1241 | 0,92 | | | |
| PSR | 612 | 0,45 | -294 | -0,22 | | PCTP/MRPP | 1007 | 0,75 | | | |
| PPM-MPT | 493 | 0,36 | -361 | -0,27 | | PSR | 906 | 0,67 | | | |
| BRANCOS | 854 | 0,63 | -296 | -0,22 | | PPM | 673 | 0,5 | | | |
| NULOS | 2097 | 1,54 | 233 | 0,16 | | BRANCOS | 1150 | 0,85 | | | |
| Inscritos: 203039 Votos: 136576 | | | | | | Inscritos: 199654 Votos: 135133 | | | | | |
| Abstenção 32,73 % | | | | | | Abstenção 32,32 % | | | | | |

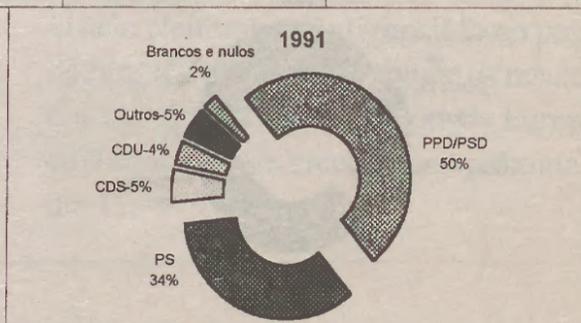
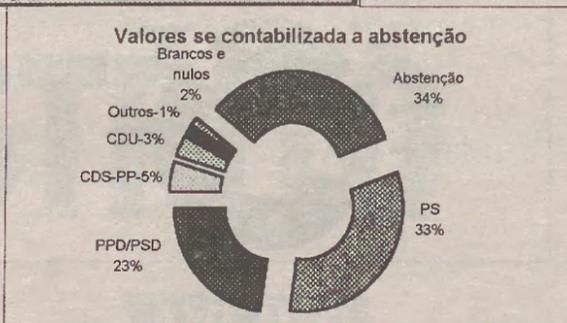
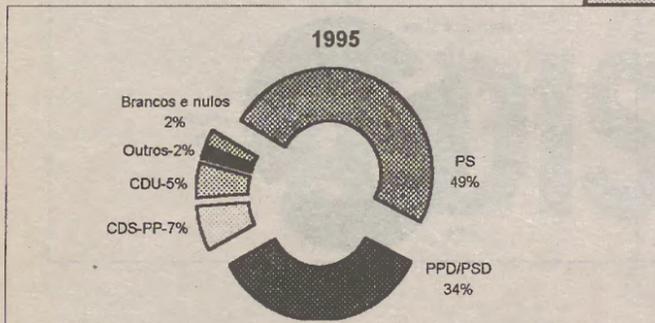
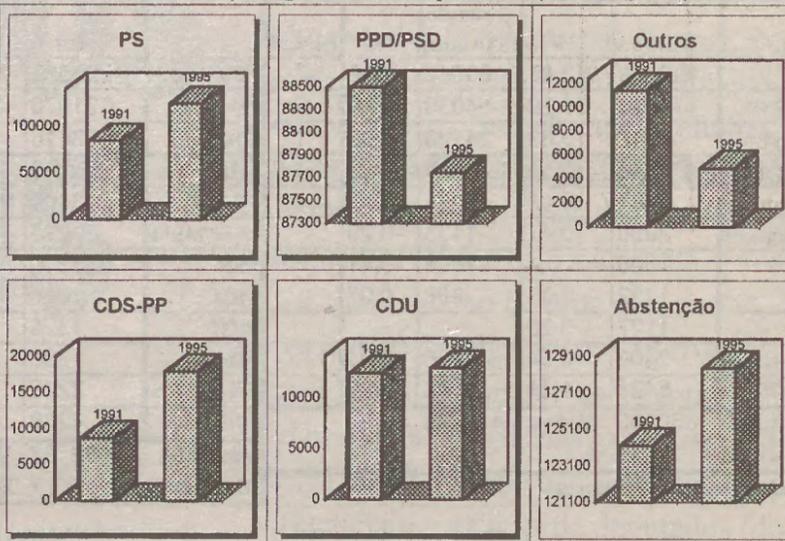
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



COIMBRA

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | | | |
|---------------------------------|--------|-------|-----------------------|-------|---------|---------------------------------|--------|-------|---------|-----------|---------|-------|---|
| | Votos | % | Evolução (n.º. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | Eleitos | | |
| PS | 125043 | 49,11 | 40155 | 14,7 | 6 | PPD/PSD | 123175 | 49,93 | 6 | PS | 84888 | 34,41 | 4 |
| PPD/PSD | 87747 | 34,46 | -35428 | -15,5 | 4 | PS | 84888 | 34,41 | 4 | CDU | 12439 | 5,04 | |
| CDS-PP | 17916 | 7,04 | 9201 | 3,51 | | CDU | 12439 | 5,04 | | CDS | 8715 | 3,53 | |
| CDU | 12938 | 5,08 | 499 | 0,04 | | CDS | 8715 | 3,53 | | PSN | 4110 | 1,67 | |
| PCTP/MRPP | 1564 | 0,61 | 13 | -0,02 | | PSN | 4110 | 1,67 | | PSR | 2304 | 0,93 | |
| PSR | 1497 | 0,59 | -807 | -0,34 | | PSR | 2304 | 0,93 | | PCTP/MRPP | 1551 | 0,63 | |
| UDP | 1248 | 0,49 | | | | PCTP/MRPP | 1551 | 0,63 | | PRD | 1322 | 0,54 | |
| PSN | 597 | 0,23 | -967 | -1,44 | | PRD | 1322 | 0,54 | | PPM | 1100 | 0,45 | |
| BRANCOS | 2425 | 0,95 | -111 | -0,08 | | PPM | 1100 | 0,45 | | FER | 1043 | 0,42 | |
| NULOS | 3624 | 1,42 | 556 | 0,18 | | FER | 1043 | 0,42 | | PDA | 455 | | |
| Inscritos: 383057 Votos: 254599 | | | | | | Inscritos: 370925 Votos: 246706 | | | | | | | |
| Abstenção 33,53 % | | | | | | Abstenção 33,49 % | | | | | | | |

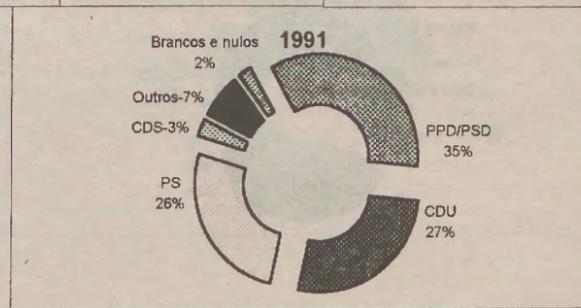
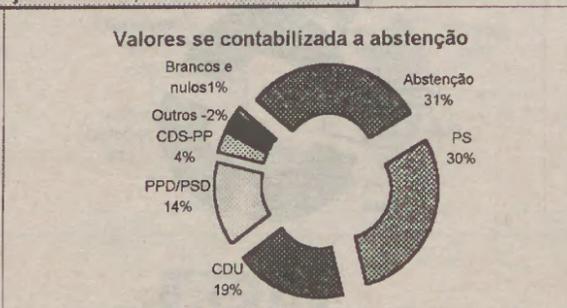
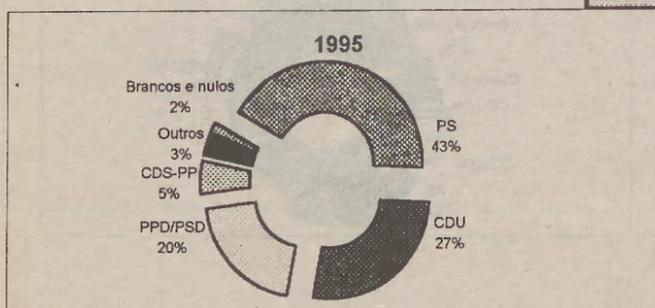
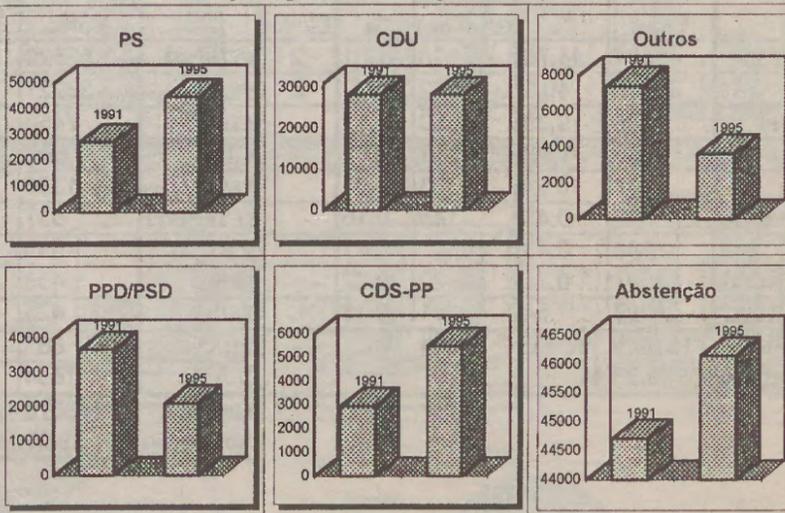
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



ÉVORA

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | | | |
|---------------------------------|-------|-------|-----------------------|-------|---------|---------------------------------|-------|-------|---------|-----------|---------|-------|---|
| | Votos | % | Evolução (n.º. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | Eleitos | | |
| PS | 44603 | 42,58 | 17417 | 16,6 | 2 | PPD/PSD | 36701 | 35,03 | 2 | PPD/PSD | 36701 | 35,03 | 2 |
| CDU | 28223 | 26,94 | -99 | -0,1 | 1 | CDU | 28322 | 27,03 | 1 | CDU | 28322 | 27,03 | 1 |
| PPD/PSD | 21076 | 20,12 | -15625 | -14,9 | 1 | PS | 27186 | 25,95 | 1 | PS | 27186 | 25,95 | 1 |
| CDS-PP | 5476 | 5,23 | 2521 | 2,41 | | CDS | 2955 | 2,82 | | CDS | 2955 | 2,82 | |
| PCTP/MRPP | 1994 | 1,9 | 583 | 0,55 | | PCTP/MRPP | 2018 | 1,93 | | PCTP/MRPP | 2018 | 1,93 | |
| UDP | 783 | 0,75 | | | | PSR | 2007 | 1,92 | | PSR | 2007 | 1,92 | |
| PSR | 470 | 0,45 | -1537 | -1,47 | | PSN | 1411 | 1,35 | | PSN | 1411 | 1,35 | |
| PPM-MPT | 375 | 0,36 | -439 | -0,42 | | PRD | 825 | 0,79 | | PRD | 825 | 0,79 | |
| BRANCOS | 814 | 0,78 | -363 | -0,34 | | PPM | 598 | 0,57 | | PPM | 598 | 0,57 | |
| NULOS | 946 | 0,9 | -82 | -0,08 | | PDA | 554 | 0,53 | | PDA | 554 | 0,53 | |
| Inscritos: 150898 Votos: 104760 | | | | | | Inscritos: 149495 Votos: 104782 | | | | | | | |
| Abstenção 30,58 % | | | | | | Abstenção 29,91 % | | | | | | | |

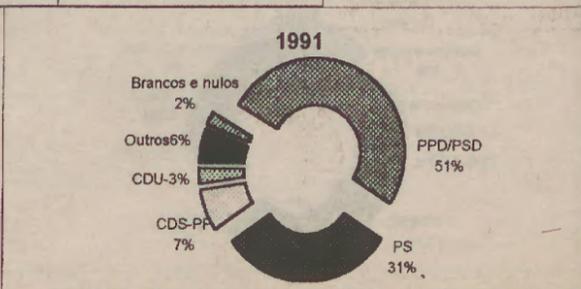
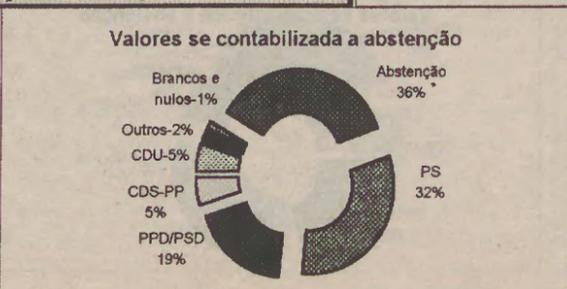
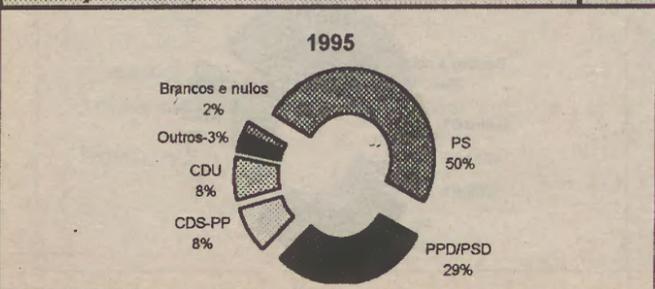
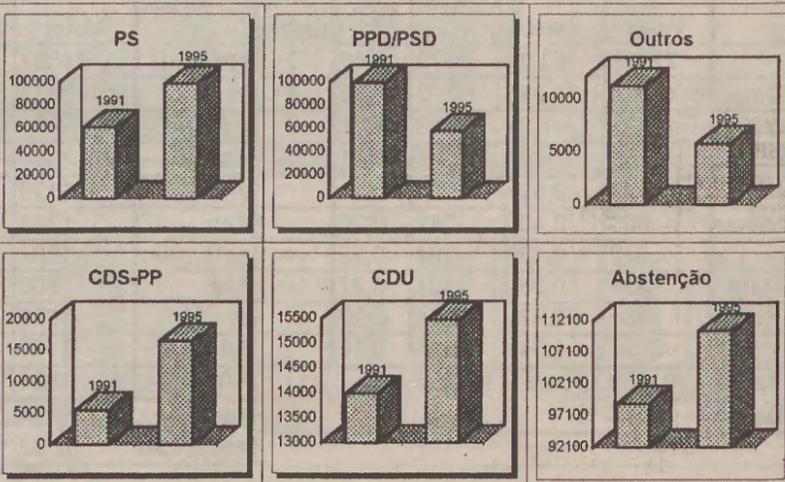
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



FARO

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | | | |
|---------------------------------|-------|-------|-----------------------|-------|---------|---------------------------------|-------|-------|---------|-----------|---------|-------|---|
| | Votos | % | Evolução (n.º. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | Eleitos | | |
| PS | 98313 | 49,57 | 37542 | 18,4 | 5 | PPD/PSD | 98816 | 50,77 | 5 | PPD/PSD | 98816 | 50,77 | 5 |
| PPD/PSD | 57918 | 29,2 | -40898 | -21,6 | 3 | PS | 60771 | 31,22 | 3 | PS | 60771 | 31,22 | 3 |
| CDS-PP | 16491 | 8,32 | 10993 | 5,5 | | CDU | 13979 | 7,18 | | CDU | 13979 | 7,18 | |
| CDU | 15474 | 7,8 | 1495 | 0,62 | | CDS | 5498 | 2,82 | | CDS | 5498 | 2,82 | |
| PCTP/MRPP | 1724 | 0,87 | 79 | 0,02 | | PSN | 4290 | 2,2 | | PSN | 4290 | 2,2 | |
| UDP | 1275 | 0,64 | | | | PSR | 2269 | 1,17 | | PSR | 2269 | 1,17 | |
| PSR | 1128 | 0,57 | -1141 | -0,6 | | PRD | 1905 | 0,98 | | PRD | 1905 | 0,98 | |
| MPT | 815 | 0,41 | | | | PCTP/MRPP | 1645 | 0,85 | | PCTP/MRPP | 1645 | 0,85 | |
| PSN | 785 | 0,4 | -939 | -0,47 | | PPM | 1083 | 0,56 | | PPM | 1083 | 0,56 | |
| BRANCOS | 1977 | 1 | -62 | -0,05 | | BRANCOS | 2039 | 1,05 | | BRANCOS | 2039 | 1,05 | |
| NULOS | 2423 | 1,22 | 88 | 0,02 | | NULOS | 2335 | 1,2 | | NULOS | 2335 | 1,2 | |
| Inscritos: 308767 Votos: 198323 | | | | | | Inscritos: 293573 Votos: 194630 | | | | | | | |
| Abstenção 35,77 % | | | | | | Abstenção 33,7 % | | | | | | | |

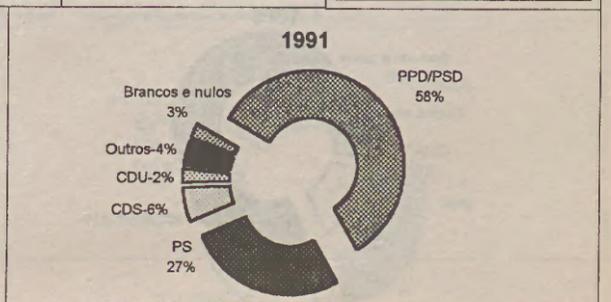
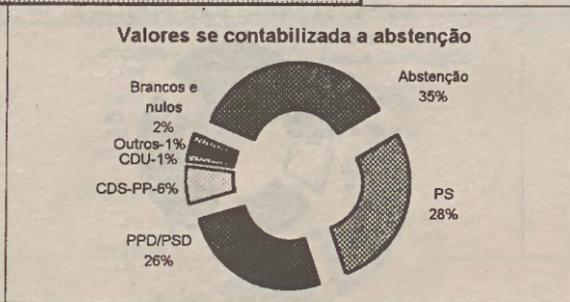
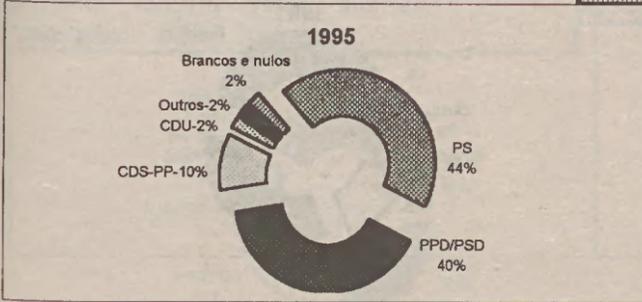
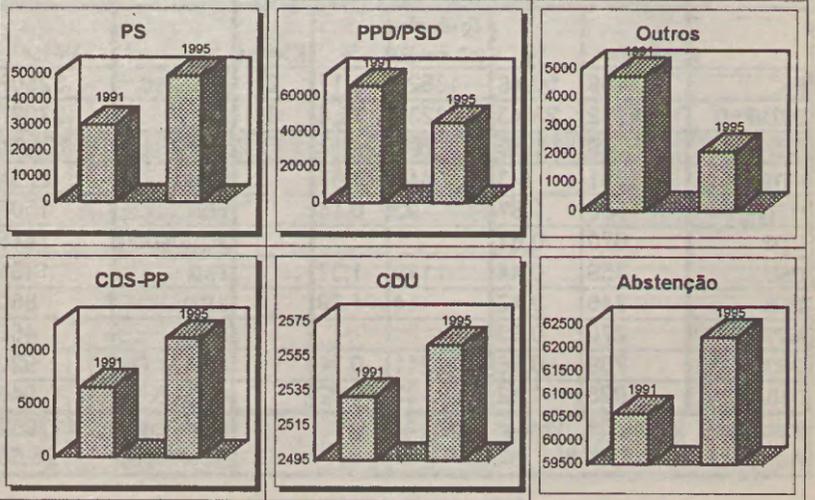
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



GUARDA

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | | | |
|-----------|-------|-------|-----------------------|-------|---------|------------|---------|--------|---------|-----------|---------|-------|---|
| | Votos | % | Evolução (n.º. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | Eleitos | | |
| PS | 49470 | 43,64 | 19207 | 16,9 | 2 | PPD/PSD | 65988 | 58,37 | 3 | PS | 30263 | 26,77 | 1 |
| PPD/PSD | 45201 | 39,87 | -20787 | -18,5 | 2 | CDS | 6639 | 5,87 | | CDU | 2532 | 2,24 | |
| CDS-PP | 11246 | 9,92 | 4607 | 4,05 | | PSN | 1463 | 1,29 | | PSR | 1066 | 0,94 | |
| CDU | 2562 | 2,26 | 30 | 0,02 | | PRD | 859 | 0,76 | | PCTP/MRPF | 651 | 0,58 | |
| UDP | 573 | 0,51 | | | | PPM | 391 | 0,35 | | PDA | 309 | 0,27 | |
| PSR | 527 | 0,46 | -539 | -0,48 | | BRANCOS | 916 | 0,81 | | NULOS | 1971 | 1,74 | |
| PSN | 501 | 0,44 | -962 | -0,85 | | Inscritos: | 173630 | Votos: | 113048 | | | | |
| PCTP/MRPF | 478 | 0,42 | -95 | -0,09 | | Abstenção | 34,89 % | | | | | | |
| BRANCOS | 813 | 0,72 | -103 | -0,09 | | | | | | | | | |
| NULOS | 1996 | 1,76 | 25 | 0,02 | | | | | | | | | |

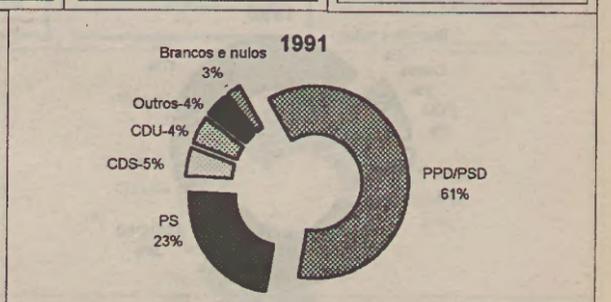
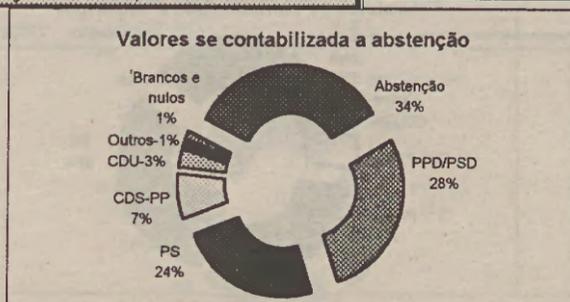
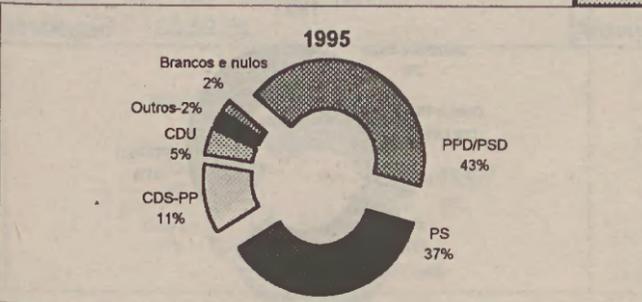
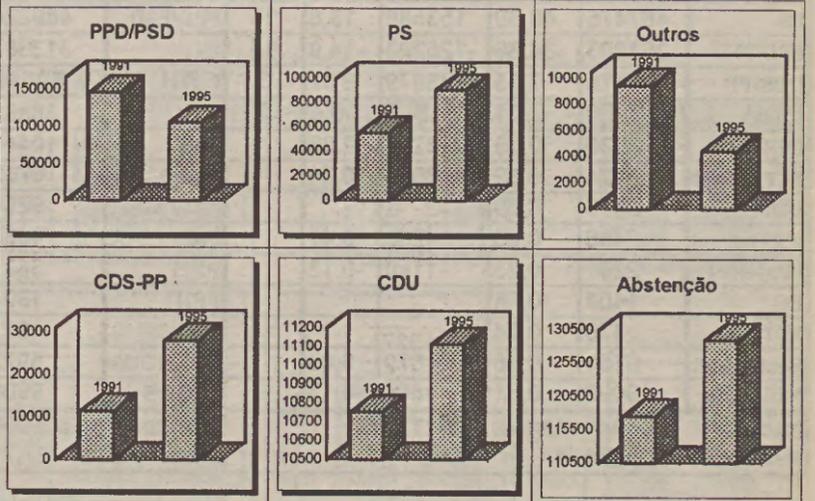
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



LEIRIA

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | | | |
|-----------|--------|-------|-----------------------|-------|---------|------------|---------|--------|---------|-----------|---------|-------|---|
| | Votos | % | Evolução (n.º. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | Eleitos | | |
| PPD/PSD | 106565 | 43,35 | -40711 | -17,9 | 5 | PPD/PSD | 147276 | 61,21 | 7 | PS | 55441 | 23,04 | 3 |
| PS | 90263 | 36,71 | 34822 | 13,7 | 4 | PS | 55441 | 23,04 | 3 | CDS | 11437 | 4,75 | |
| CDS-PP | 28002 | 11,39 | 16565 | 6,64 | 1 | CDS | 11437 | 4,75 | | CDU | 10752 | 4,47 | |
| CDU | 11113 | 4,52 | 361 | 0,06 | | PSN | 3446 | 1,43 | | PSR | 1841 | 0,77 | |
| PCTP/MRPF | 1458 | 0,59 | 235 | 0,08 | | PRD | 1466 | 0,61 | | PCTP/MRPF | 1223 | 0,51 | |
| PSR | 1204 | 0,49 | -637 | -0,28 | | PPM | 875 | 0,36 | | PDA | 590 | 0,25 | |
| UDP | 1135 | 0,46 | | | | BRANCOS | 2375 | 0,99 | | NULOS | 3880 | 1,61 | |
| MUT | 660 | 0,27 | | | | Inscritos: | 358145 | Votos: | 240602 | | | | |
| BRANCOS | 2474 | 1,01 | 99 | 0,02 | | Abstenção | 32,82 % | | | | | | |
| NULOS | 2977 | 1,21 | -903 | -0,4 | | | | | | | | | |

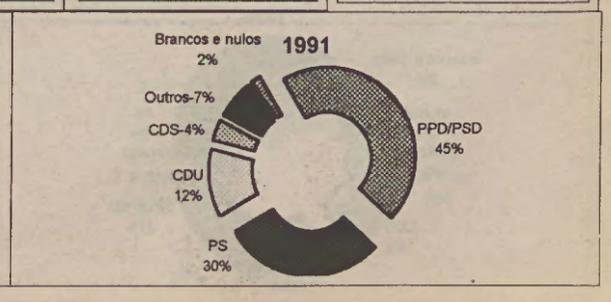
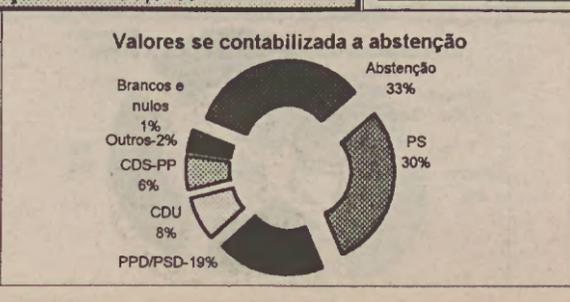
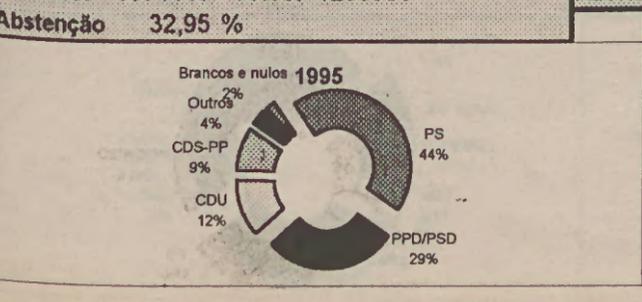
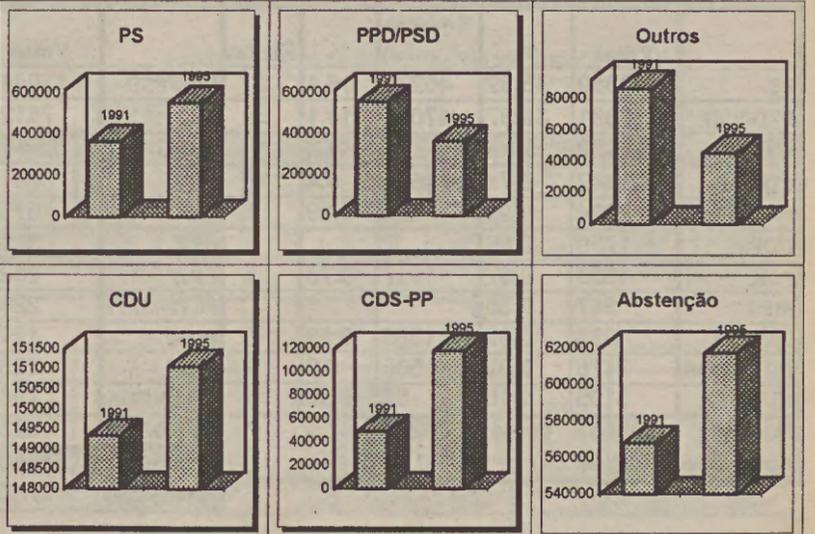
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



LISBOA

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | | | |
|-----------|--------|-------|-----------------------|-------|---------|------------|---------|--------|---------|-----------|---------|-------|----|
| | Votos | % | Evolução (n.º. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | Eleitos | | |
| PS | 554244 | 44,1 | 189037 | 14,4 | 24 | PPD/PSD | 556598 | 45,29 | 25 | PS | 365207 | 29,71 | 16 |
| PPD/PSD | 365032 | 29,04 | -191566 | -16,3 | 15 | PS | 365207 | 29,71 | 16 | CDU | 149325 | 12,2 | 6 |
| CDU | 151056 | 12,02 | 1731 | -0,1 | 6 | CDU | 149325 | 12,2 | 6 | CDS | 49216 | 4 | 2 |
| CDS-PP | 118197 | 9,4 | 68981 | 5,4 | 5 | CDS | 49216 | 4 | 2 | PSN | 32094 | 2,61 | 1 |
| PSR | 16724 | 1,33 | -5332 | -0,46 | | PSN | 32094 | 2,61 | 1 | PSR | 22056 | 1,79 | |
| PCTP/MRPF | 9057 | 0,72 | -4210 | -0,36 | | PRD | 7430 | 0,6 | | PCTP/MRPF | 13267 | 1,08 | |
| UDP | 7864 | 0,63 | | | | PPM | 6703 | 0,55 | | PDA | 2291 | 0,19 | |
| MPT | 5453 | 0,43 | | | | PDA | 2291 | 0,19 | | FER | 2236 | 0,18 | |
| PG | 2342 | 0,19 | | | | BRANCOS | 11653 | 0,95 | | NULOS | 10961 | 0,89 | |
| PSN | 1881 | 0,15 | -30213 | -2,46 | | Inscritos: | 1796885 | Votos: | 1229037 | | | | |
| PDA | 1044 | 0,08 | -1247 | -0,11 | | Abstenção | 31,6 % | | | | | | |
| MUT | 945 | 0,08 | | | | | | | | | | | |
| BRANCOS | 11689 | 0,93 | 36 | -0,02 | | | | | | | | | |
| NULOS | 11373 | 0,9 | 412 | 0,01 | | | | | | | | | |

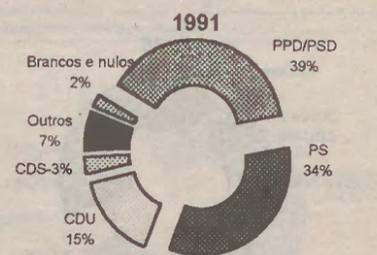
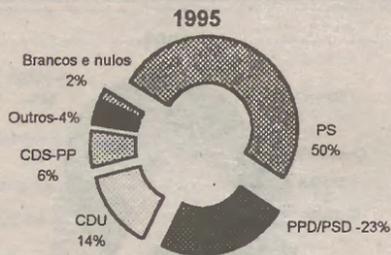
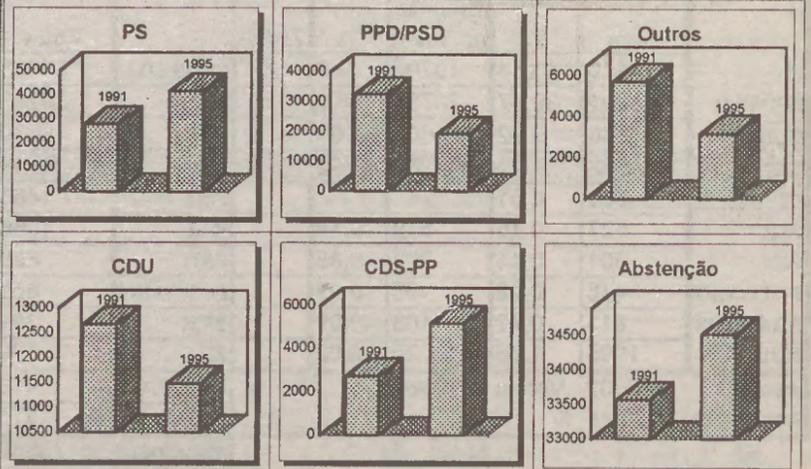
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



PORTALEGRE

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | | | |
|------------|---------|--------|-----------------------|-------|---------|------------|---------|--------|---------|-----------|---------|-------|---|
| | Votos | % | Evolução (n.º. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | Eleitos | | |
| PS | 41499 | 50,46 | 13522 | 17 | 2 | PPD/PSD | 32507 | 38,94 | 2 | PS | 27977 | 33,51 | 1 |
| PPD/PSD | 19272 | 23,43 | -13235 | -15,5 | 1 | PS | 27977 | 33,51 | 1 | CDU | 12664 | 15,19 | |
| CDU | 11479 | 13,96 | -1205 | -1,2 | | CDU | 12664 | 15,19 | | CDS | 2734 | 3,27 | |
| CDS-PP | 5181 | 6,3 | 2447 | 3,03 | | CDS | 2734 | 3,27 | | PSN | 1508 | 1,81 | |
| PCTP/MRPP | 1538 | 1,87 | 92 | 0,14 | | PSN | 1508 | 1,81 | | PCTP/MRPP | 1446 | 1,73 | |
| UDP | 670 | 0,81 | | | | PCTP/MRPP | 1446 | 1,73 | | PSR | 1431 | 1,71 | |
| PSN | 359 | 0,44 | -1149 | -1,37 | | PSR | 1431 | 1,71 | | PRD | 869 | 1,04 | |
| PSR | 345 | 0,42 | -14 | -1,29 | | PRD | 869 | 1,04 | | PPM | 458 | 0,55 | |
| MPT | 270 | 0,33 | | | | PPM | 458 | 0,55 | | BRANCOS | 920 | 1,1 | |
| BRANCOS | 709 | 0,86 | -211 | -0,24 | | BRANCOS | 920 | 1,1 | | NULOS | 948 | 1,14 | |
| NULOS | 925 | 1,12 | -23 | -0,02 | | NULOS | 948 | 1,14 | | | | | |
| Inscritos: | 116764 | Votos: | 82247 | | | Inscritos: | 117052 | Votos: | 83482 | | | | |
| Abstenção | 29,56 % | | | | | Abstenção | 28,68 % | | | | | | |

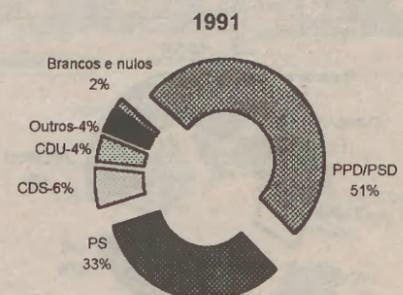
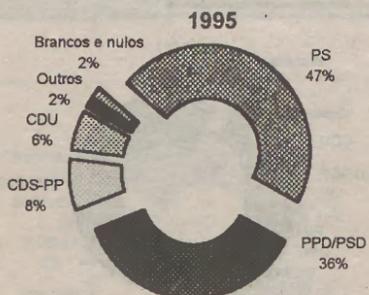
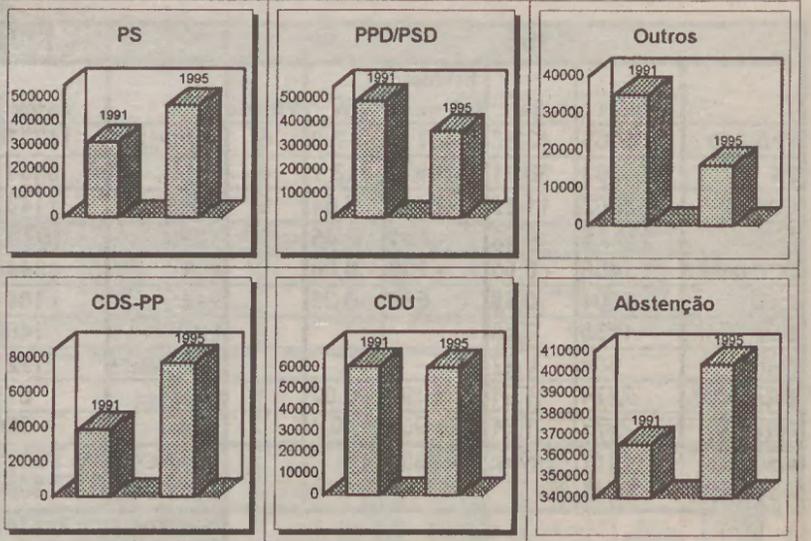
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



PORTO

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | | | |
|------------|---------|--------|-----------------------|-------|---------|------------|---------|--------|---------|-----------|---------|-------|----|
| | Votos | % | Evolução (n.º. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | Eleitos | | |
| PS | 467475 | 46,69 | 153588 | 13,8 | 18 | PPD/PSD | 489226 | 51,3 | 21 | PS | 313887 | 32,92 | 13 |
| PPD/PSD | 364003 | 36,36 | -125223 | -14,9 | 14 | PS | 313887 | 32,92 | 13 | CDU | 60679 | 6,36 | 2 |
| CDS-PP | 77570 | 7,75 | 38679 | 3,67 | 3 | CDU | 60679 | 6,36 | 2 | CDS | 38891 | 4,08 | 1 |
| CDU | 60170 | 6,01 | -509 | -0,4 | 2 | CDS | 38891 | 4,08 | 1 | PSN | 10448 | 1,1 | |
| PSR | 3530 | 0,35 | -3205 | -0,36 | | PSN | 10448 | 1,1 | | PSR | 6735 | 0,71 | |
| PCTP/MRPP | 3224 | 0,32 | -3035 | -0,34 | | PSR | 6735 | 0,71 | | PCTP/MRPP | 6259 | 0,66 | |
| UDP | 2876 | 0,29 | | | | PCTP/MRPP | 6259 | 0,66 | | PRD | 4436 | 0,47 | |
| PSN | 2466 | 0,25 | -4269 | -0,46 | | PRD | 4436 | 0,47 | | PPM | 3431 | 0,36 | |
| PPM-MPT | 2291 | 0,23 | -1140 | -0,13 | | PPM | 3431 | 0,36 | | FER | 1904 | 0,2 | |
| PG | 1404 | 0,14 | | | | FER | 1904 | 0,2 | | PDA | 1817 | | |
| MUT | 378 | 0,04 | | | | PDA | 1817 | | | BRANCOS | 5972 | 0,63 | |
| BRANCOS | 6651 | 0,66 | 679 | 0,03 | | BRANCOS | 5972 | 0,63 | | NULOS | 9906 | 1,04 | |
| NULOS | 9098 | 0,91 | -808 | -0,13 | | NULOS | 9906 | 1,04 | | | | | |
| Inscritos: | 1404949 | Votos: | 1001136 | | | Inscritos: | 1319056 | Votos: | 953591 | | | | |
| Abstenção | 28,74 % | | | | | Abstenção | 27,71 % | | | | | | |

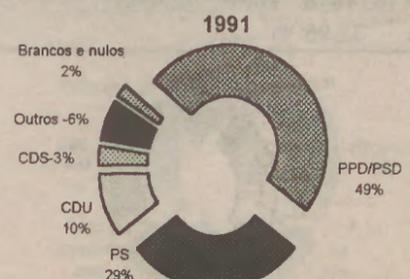
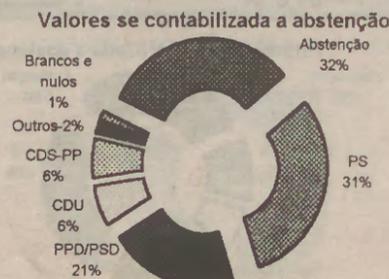
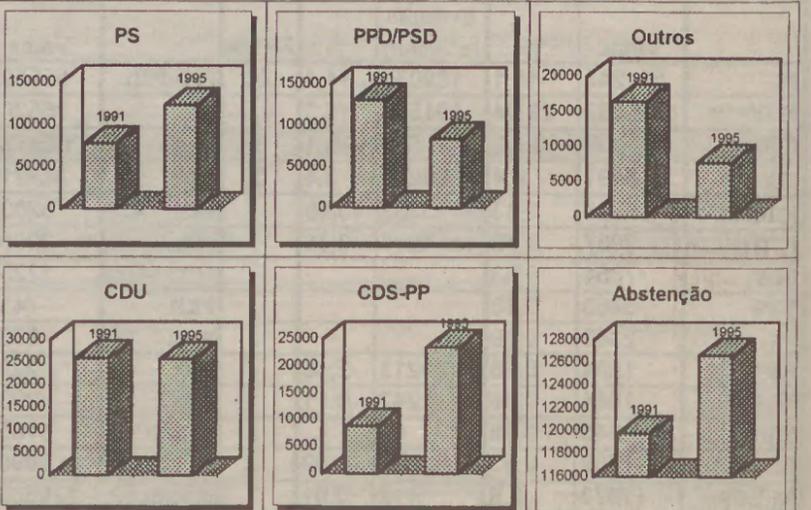
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



SANTARÉM

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | | | |
|------------|---------|--------|-----------------------|-------|---------|------------|---------|--------|---------|-----------|---------|-------|---|
| | Votos | % | Evolução (n.º. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | Eleitos | | |
| PS | 123359 | 45,82 | 45236 | 16,4 | 5 | PPD/PSD | 130444 | 49,07 | 6 | PS | 78123 | 29,39 | 3 |
| PPD/PSD | 83391 | 30,97 | -47053 | -18,1 | 3 | PS | 78123 | 29,39 | 3 | CDU | 25913 | 9,75 | 1 |
| CDU | 25639 | 9,52 | -274 | -0,2 | 1 | CDU | 25913 | 9,75 | 1 | CDS | 8812 | 3,31 | |
| CDS-PP | 23442 | 8,71 | 14630 | 5,4 | 1 | CDS | 8812 | 3,31 | | PSN | 5750 | 2,16 | |
| PCTP/MRPP | 2534 | 0,94 | 266 | 0,09 | | PSN | 5750 | 2,16 | | PSR | 3450 | 1,3 | |
| UDP | 1790 | 0,66 | | | | PSR | 3450 | 1,3 | | PRD | 2620 | 0,99 | |
| PSR | 1533 | 0,57 | -1917 | -0,73 | | PRD | 2620 | 0,99 | | PCTP/MRPP | 2268 | 0,85 | |
| MPT | 947 | 0,35 | | | | PCTP/MRPP | 2268 | 0,85 | | PPM | 1193 | 0,45 | |
| PSN | 939 | 0,35 | -1595 | -0,59 | | PPM | 1193 | 0,45 | | PDA | 1050 | 0,39 | |
| BRANCOS | 2476 | 0,92 | -505 | -0,2 | | PDA | 1050 | 0,39 | | BRANCOS | 2981 | 1,12 | |
| NULOS | 3196 | 1,19 | -37 | -0,03 | | BRANCOS | 2981 | 1,12 | | NULOS | 3233 | 1,22 | |
| Inscritos: | 395852 | Votos: | 269246 | | | Inscritos: | 385602 | Votos: | 265837 | | | | |
| Abstenção | 31,98 % | | | | | Abstenção | 31,06 % | | | | | | |

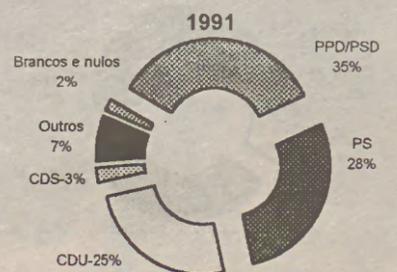
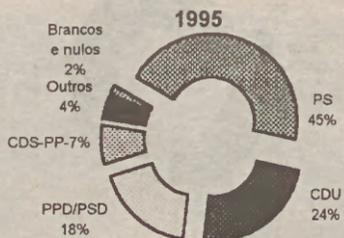
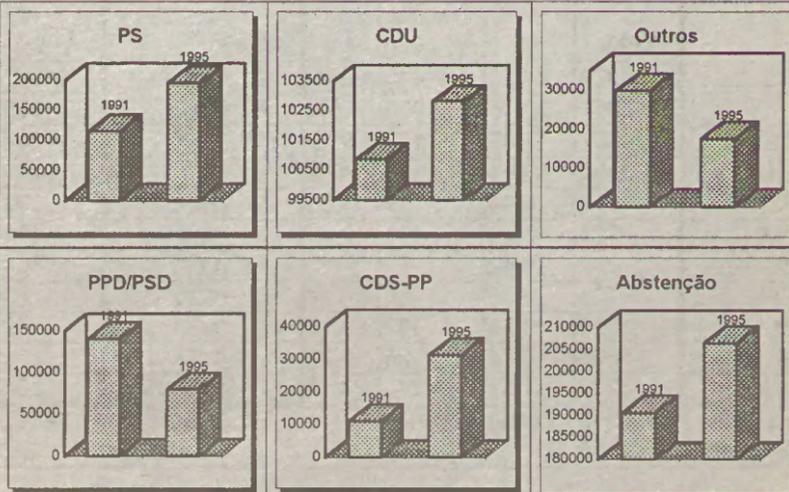
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



SETÚBAL

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | |
|------------|--------|--------|----------------------|-------|---------|------------|--------|--------|---------|--|--|
| | Votos | % | Evolução (n.º votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | |
| PS | 194319 | 44,91 | 79453 | 16,6 | 9 | PPD/PSD | 140420 | 34,68 | 6 | | |
| CDU | 102816 | 23,76 | 1943 | -1,2 | 4 | PS | 114866 | 28,36 | 5 | | |
| PPD/PSD | 79572 | 18,39 | -60848 | -16,3 | 3 | CDU | 100873 | 24,91 | 5 | | |
| CDS-PP | 31248 | 7,22 | 20341 | 4,53 | 1 | CDS | 10907 | 2,69 | | | |
| PCTP/MRPP | 7125 | 1,65 | 759 | 0,08 | | PSN | 9461 | 2,34 | | | |
| UDP | 3828 | 0,88 | | | | PSR | 7440 | 1,84 | | | |
| PSR | 2651 | 0,61 | -6810 | -1,73 | | PCTP/MRPP | 6366 | 1,57 | | | |
| PPM-MPT | 1686 | 0,39 | 679 | 0,16 | | PRD | 3765 | 0,93 | | | |
| PG | 1007 | 0,23 | | | | PPM | 1727 | 0,43 | | | |
| PSN | 662 | 0,15 | -6463 | -1,5 | | FER | 934 | 0,23 | | | |
| MUT | 397 | 0,09 | | | | BRANCOS | 4454 | 1,1 | | | |
| BRANCOS | 3637 | 0,84 | -817 | -0,26 | | NULOS | 3744 | 0,92 | | | |
| NULOS | 3782 | 0,87 | 38 | -0,05 | | Inscritos: | 595534 | Votos: | 404957 | | |
| Inscritos: | 639142 | Votos: | 432730 | | | Abstenção | 32 % | | | | |
| Abstenção | 32,3 % | | | | | | | | | | |

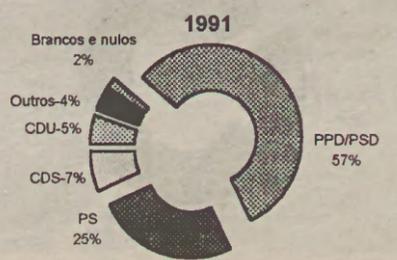
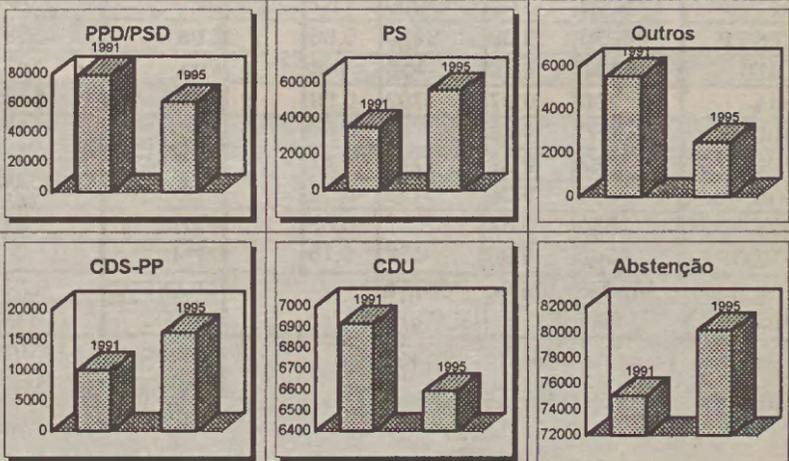
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



VIANA DO CASTELO

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | |
|------------|---------|--------|----------------------|-------|---------|------------|---------|--------|---------|--|--|
| | Votos | % | Evolução (n.º votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | |
| PPD/PSD | 60928 | 42 | -18384 | -14,8 | 3 | PPD/PSD | 79312 | 56,77 | 4 | | |
| PS | 56083 | 38,66 | 20898 | 13,5 | 3 | PS | 35185 | 25,19 | 2 | | |
| CDS-PP | 16238 | 11,19 | 6181 | 3,99 | | CDS | 10057 | 7,2 | | | |
| CDU | 6593 | 4,54 | -324 | -0,4 | | CDU | 6917 | 4,95 | | | |
| PCTP/MRF | 736 | 0,51 | -161 | -0,13 | | PSN | 1691 | 1,21 | | | |
| UDP | 497 | 0,34 | | | | PRD | 1489 | 1,07 | | | |
| PSR | 480 | 0,33 | -280 | -0,21 | | PCTP/MRPP | 897 | 0,64 | | | |
| PPM-MPT | 475 | 0,33 | -234 | -0,18 | | PSR | 760 | 0,54 | | | |
| PG | 314 | 0,22 | | | | PPM | 709 | 0,51 | | | |
| BRANCOS | 944 | 0,65 | -81 | -0,08 | | BRANCOS | 1025 | 0,73 | | | |
| NULOS | 1780 | 1,23 | 126 | 0,05 | | NULOS | 1654 | 1,18 | | | |
| Inscritos: | 225243 | Votos: | 145068 | | | Inscritos: | 214800 | Votos: | 139696 | | |
| Abstenção | 35,59 % | | | | | Abstenção | 34,96 % | | | | |

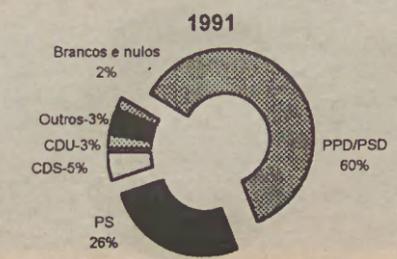
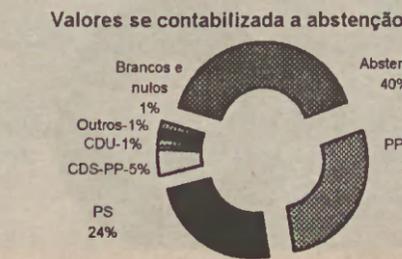
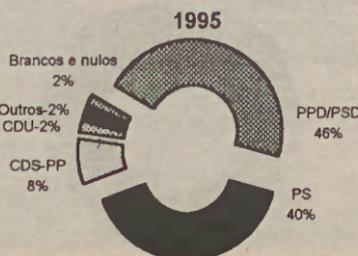
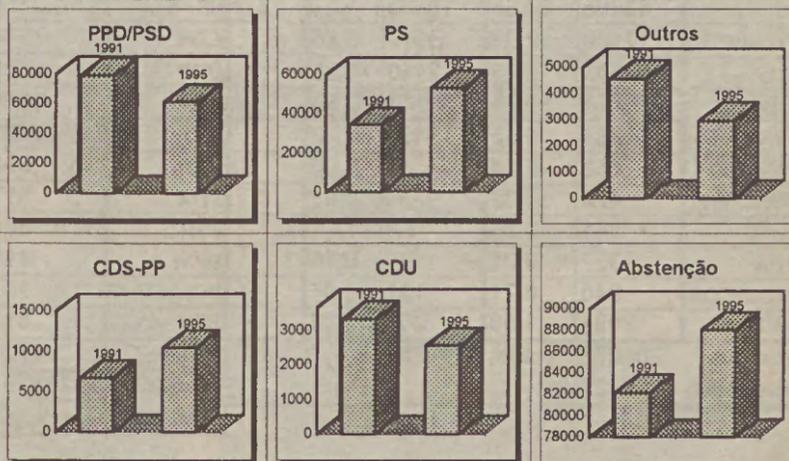
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



VILA REAL

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | |
|------------|---------|--------|----------------------|-------|---------|------------|---------|--------|---------|--|--|
| | Votos | % | Evolução (n.º votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | |
| PPD/PSD | 61255 | 45,97 | -18026 | -14,5 | 3 | PPD/PSD | 79281 | 60,45 | 4 | | |
| PS | 53254 | 39,97 | 18955 | 13,8 | 2 | PS | 34299 | 26,15 | 2 | | |
| CDS-PP | 10416 | 7,82 | 3730 | 2,72 | | CDS | 6686 | 5,1 | | | |
| CDU | 2581 | 1,94 | -783 | -0,6 | | CDU | 3364 | 2,56 | | | |
| PCTP/MRPP | 761 | 0,57 | 154 | 0,11 | | PSN | 1571 | 1,2 | | | |
| PSR | 678 | 0,51 | -383 | -0,3 | | PSR | 1061 | 0,81 | | | |
| PSN | 524 | 0,39 | -1047 | -0,81 | | PPM | 766 | 0,58 | | | |
| PG | 515 | 0,39 | | | | PCTP/MRPP | 607 | 0,46 | | | |
| UDP | 482 | 0,36 | | | | PRD | 538 | 0,41 | | | |
| BRANCOS | 777 | 0,58 | -48 | -0,05 | | BRANCOS | 825 | 0,63 | | | |
| NULOS | 1995 | 1,5 | -166 | -0,15 | | NULOS | 2161 | 1,65 | | | |
| Inscritos: | 221292 | Votos: | 133238 | | | Inscritos: | 213334 | Votos: | 131159 | | |
| Abstenção | 39,79 % | | | | | Abstenção | 38,52 % | | | | |

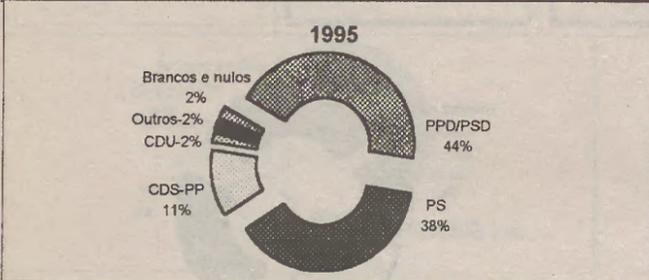
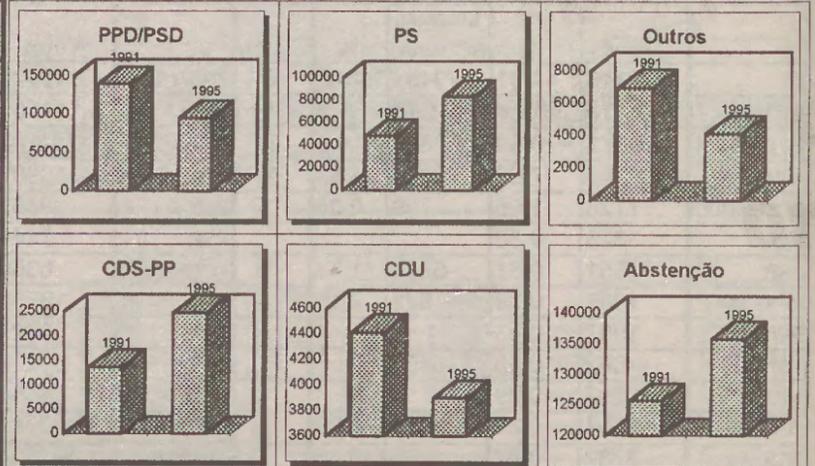
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



VISEU

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | |
|------------|---------|-------|-----------------------|--------|---------|------------|--------|-------|---------|--------|---------|
| | Votos | % | Evolução (n.º. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | Eleitos |
| PPD/PSD | 95822 | 44,23 | -44848 | -20,1 | 4 | PPD/PSD | 140670 | 64,31 | 7 | | |
| PS | 83086 | 38,35 | 34736 | 16,3 | 4 | PS | 48350 | 22,1 | 2 | | |
| CDS-PP | 24851 | 11,47 | 11177 | 5,22 | 1 | CDS | 13674 | 6,25 | | | |
| CDU | 3900 | 1,8 | -514 | -0,2 | | CDU | 4414 | 2,02 | | | |
| PCTP/MRPP | 947 | 0,44 | 149 | 0,08 | | PSN | 2907 | 1,33 | | | |
| PSR | 924 | 0,43 | -435 | -0,19 | | PSR | 1359 | 0,62 | | | |
| PG | 902 | 0,42 | | | | PPM | 1048 | 0,48 | | | |
| UDP | 763 | 0,35 | | | | PRD | 836 | 0,38 | | | |
| PSN | 565 | 0,26 | -382 | -0,18 | | PCTP/MRPP | 798 | 0,36 | | | |
| BRANCOS | 1605 | 0,74 | -25 | -0,01 | | BRANCOS | 1630 | 0,75 | | | |
| NULOS | 3293 | 1,52 | 246 | 0,13 | | NULOS | 3047 | 1,39 | | | |
| Inscritos: | 352553 | | Votos: | 216658 | | Inscritos: | 344478 | | Votos: | 218733 | |
| Abstenção | 38,55 % | | | | | Abstenção | 36,5 % | | | | |

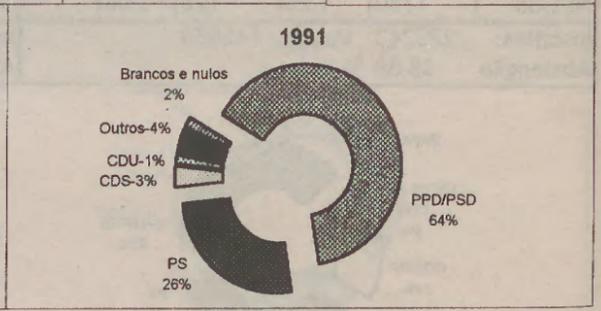
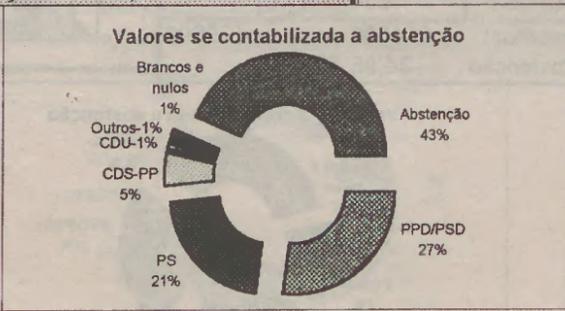
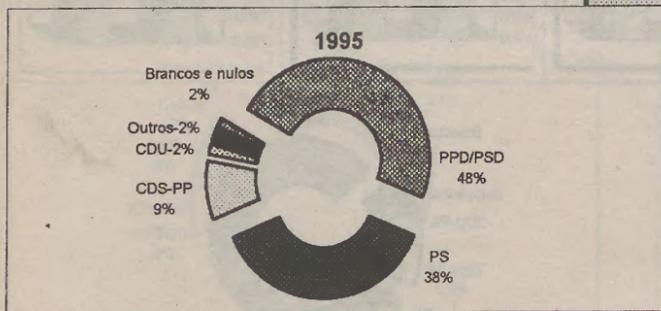
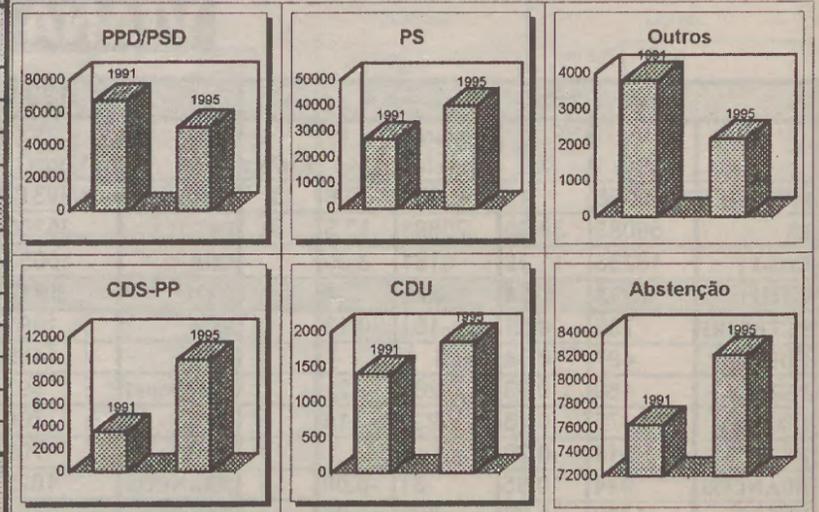
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



AÇORES

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | |
|------------|--------|------|-----------------------|--------|---------|------------|---------|-------|---------|--------|---------|
| | Votos | % | Evolução (n.º. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | Eleitos |
| PPD/PSD | 51014 | 47,8 | -16143 | -16,3 | 3 | PPD/PSD | 67157 | 64,12 | 4 | | |
| PS | 40022 | 37,5 | 13000 | 11,7 | 2 | PS | 27022 | 25,8 | 1 | | |
| CDS-PP | 10020 | 9,39 | 6429 | 5,96 | | CDS | 3591 | 3,43 | | | |
| CDU | 1857 | 1,74 | 456 | 0,4 | | PDA | 1632 | 1,56 | | | |
| PDA | 930 | 0,87 | -702 | -0,69 | | CDU | 1401 | 1,34 | | | |
| UDP | 460 | 0,43 | 84 | 0,07 | | PSR | 570 | 0,54 | | | |
| PSR | 393 | 0,37 | -177 | -0,17 | | PCTP/MRPP | 504 | 0,48 | | | |
| PCTP/MRPP | 388 | 0,36 | -116 | -0,12 | | UDP | 376 | 0,36 | | | |
| BRANCOS | 581 | 0,54 | -7 | -0,02 | | PRD | 375 | 0,36 | | | |
| NULOS | 1049 | 0,98 | -136 | -0,15 | | PPM | 342 | 0,33 | | | |
| Inscritos: | 188868 | | Votos: | 106714 | | Inscritos: | 181018 | | Votos: | 104743 | |
| Abstenção | 43,5 % | | | | | Abstenção | 42,14 % | | | | |

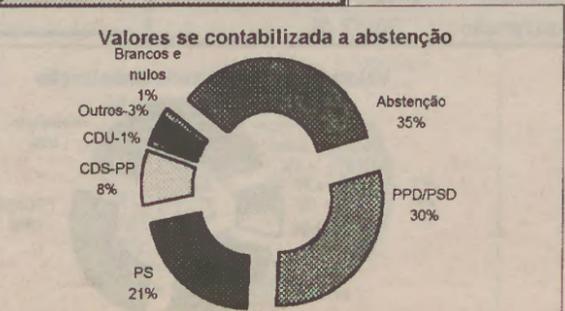
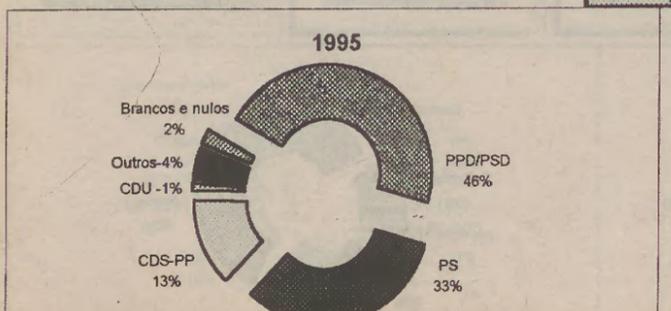
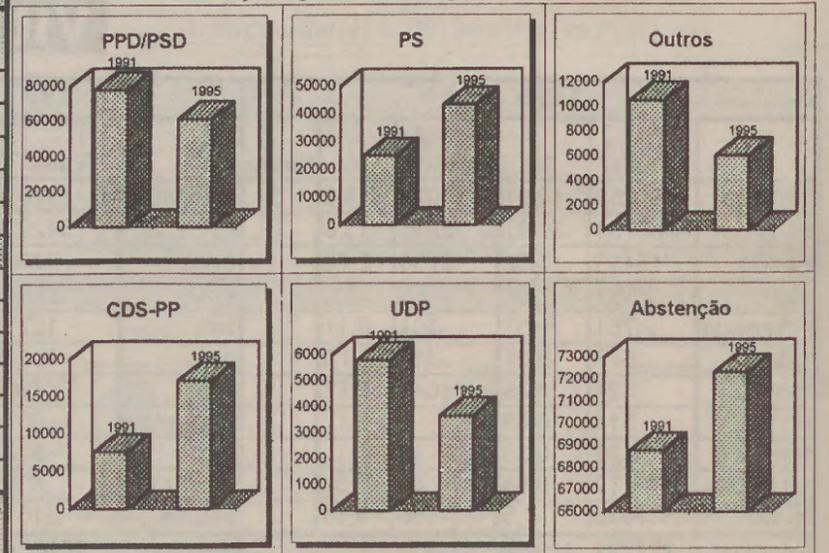
Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



MADEIRA

| 1995 | | | | | | 1991 | | | | | |
|------------|---------|-------|-----------------------|--------|---------|------------|---------|-------|---------|--------|---------|
| | Votos | % | Evolução (n.º. votos) | % | Eleitos | | Votos | % | Eleitos | | Eleitos |
| PPD/PSD | 61163 | 46,07 | -16783 | -16,3 | 3 | PPD/PSD | 77946 | 62,36 | 4 | | |
| PS | 43605 | 32,85 | 18386 | 12,7 | 2 | PS | 25219 | 20,18 | 1 | | |
| CDS-PP | 17150 | 12,92 | 9576 | 6,86 | | CDS | 7574 | 6,06 | | | |
| UDP | 3653 | 2,75 | -2140 | -1,88 | | UDP | 5793 | 4,63 | | | |
| CDU | 1734 | 1,31 | 543 | 0,36 | | PSN | 2314 | 1,85 | | | |
| PSN | 864 | 0,65 | -1450 | -1,2 | | CDU | 1191 | 0,95 | | | |
| PSR | 453 | 0,34 | -48 | -0,06 | | PRD | 594 | 0,48 | | | |
| PCTP/MRPP | 420 | 0,32 | 37 | 0,01 | | PDA | 517 | 0,41 | | | |
| MPT | 341 | 0,26 | | | | PSR | 501 | 0,4 | | | |
| PDA | 327 | 0,25 | -190 | -0,16 | | PPM | 418 | 0,33 | | | |
| BRANCOS | 945 | 0,71 | 131 | 0,06 | | PCTP/MRPP | 383 | 0,31 | | | |
| NULOS | 2097 | 1,58 | 368 | 0,2 | | BRANCOS | 814 | 0,65 | | | |
| Inscritos: | 205088 | | Votos: | 132752 | | Inscritos: | 193763 | | Votos: | 124993 | |
| Abstenção | 35,27 % | | | | | Abstenção | 35,49 % | | | | |

Evolução registada de 1991 para 1995 (em n.º. de votos)



Entusiasmo e confiança no encerramento da campanha

A campanha da CDU encerrou em grande na passada sexta-feira, com um verdadeira enchente do Largo S. João Batista, em Almada. Entretanto, por todo o país muitas outras iniciativas realizadas nos últimos dias deram um forte contributo para a divulgação da mensagem e dos objectivos eleitorais da CDU. Foi o culminar de uma animada campanha que contou com a forte participação, o empenho e entusiasmo de muitos militantes, activistas e simpatizantes da CDU. As fotos que publicamos referem-se a acções decorridas em Viana do Castelo, Bragança, Alverca, Lisboa e Almada.



Arruada em Lisboa



Comício na Praça da Figueira



Alverca



Bragança



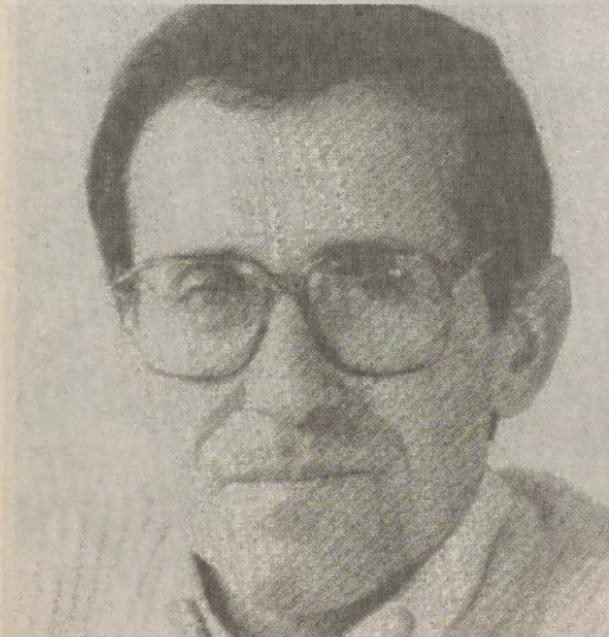
O encerramento em Almada com uma forte presença da juventude que aliás marcou toda a campanha da CDU



Viana do Castelo

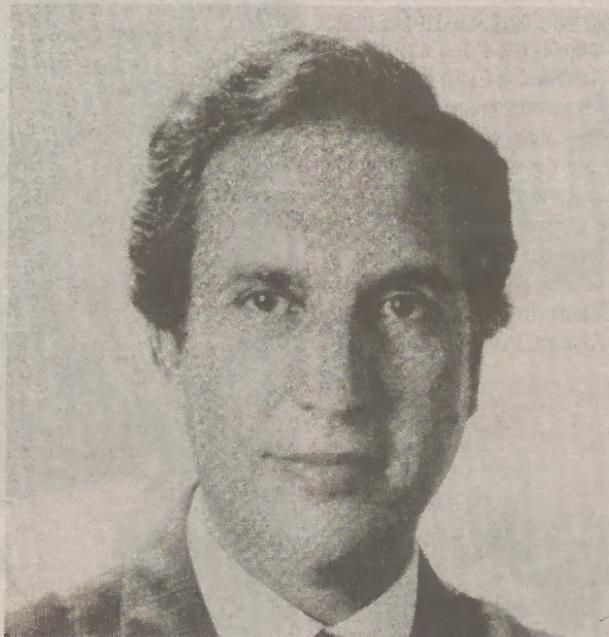
Deputados eleitos pela CDU

BEJA



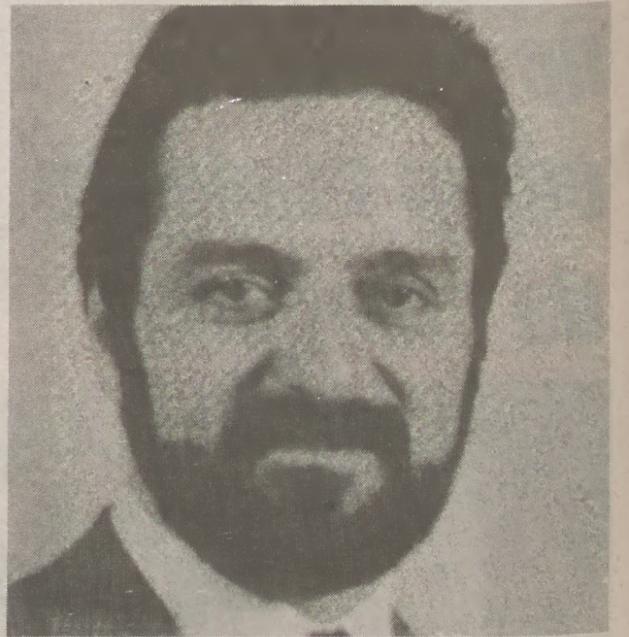
José Batista Mestre Soeiro - 47 anos. Operário agrícola. Responsável pelas Organizações Regionais do PCP no Alentejo. Membro da Comissão Política do PCP. Foi fundador, em Maio de 1974, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja e seu dirigente até Maio de 1978. A partir de 1978, desempenhou funções de responsabilidade partidária no Alentejo e nas Beiras. Foi eleito membro do Comité Central do PCP a partir do IX Congresso, em 1979.

LISBOA



Carlos Alberto do Vale Carvalhas - 53 anos. Economista. Deputado na Assembleia da República. Secretário-Geral do PCP.

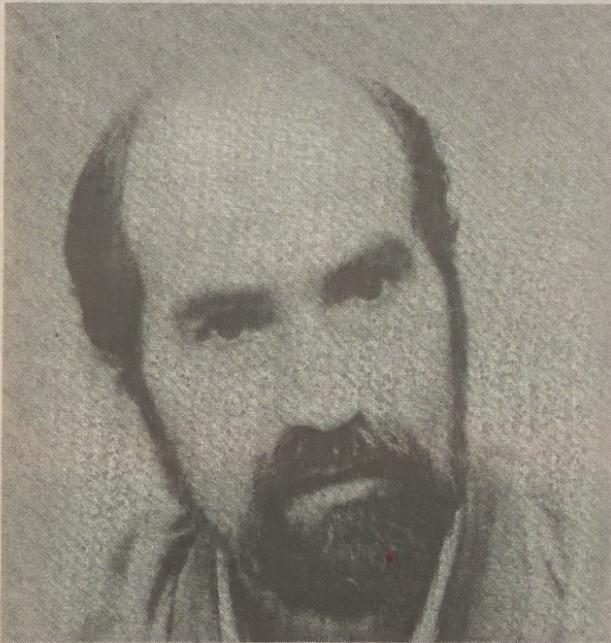
Participou no movimento estudantil, nas campanhas eleitorais de 1965, 1969 e 1973. Foi fundador do Conselho Português para a Paz e Cooperação e integra a sua Presidência. Após o 25 de Abril foi Secretário de Estado do Trabalho em cinco Governos Provisórios e Vice-Presidente do Conselho Nacional do Plano. Foi deputado do Parlamento Europeu e deputado no Conselho da Europa (onde foi Presidente do Grupo Comunista).



Luís Manuel da Silva Viana de Sá - 43 anos. Licenciado em Direito e Mestrado em Ciência Política. Prepara a tese de doutoramento sobre "O Estado, a Administração Pública e a Comunidade Europeia". Deputado na Assembleia da República. Membro da Comissão Política do PCP.

Foi Adjunto do Gabinete do Ministro dos Transportes e Comunicações em 1975 (IV e V Governos Provisórios) e Adjunto do Gabinete do Ministro das Obras Públicas em 1975-1976 (VI Governo Provisório). Foi membro da Comissão Nacional de Eleições entre 1977 e 1997. Director de "Poder Local - Revista de Administração Democrática", desde 1977.

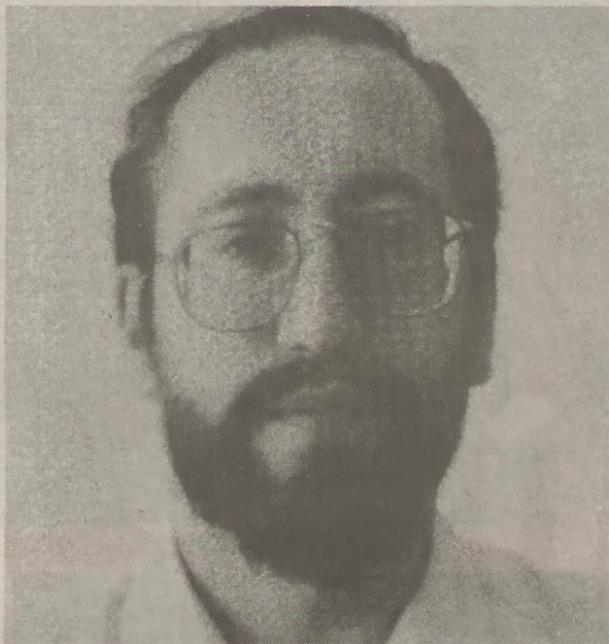
ÉVORA



Lino António Marques de Carvalho - 48 anos. Técnico de Contas. Deputado na Assembleia da República. Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PCP. Membro da Assembleia Municipal de Évora. Membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Évora. Integra o Comité Central do PCP desde Dezembro de 1988.

Antes do 25 de Abril foi activista do movimento associativo estudantil e teve participação activa no movimento de Oposição Democrática, designadamente na CDE.

É Vice-Presidente da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção (FENCA) e foi activo interveniente no processo da Reforma Agrária.



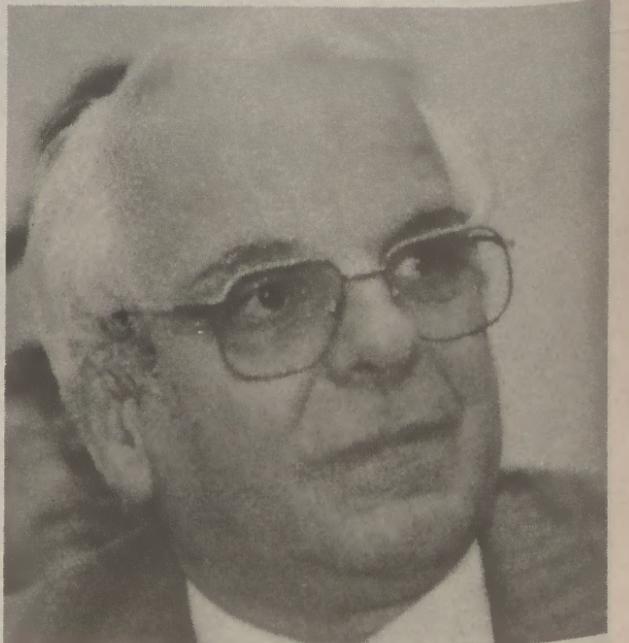
António Filipe - 32 anos, licenciado em Direito. Deputado. Membro da Direcção Nacional da JCP e do Comité Central do PCP.



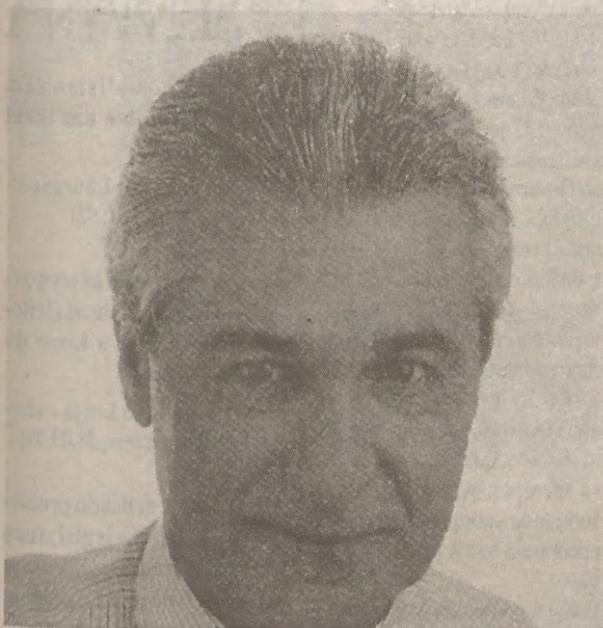
Isabel de Castro - 40 anos. Deputada. Membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista "Os Verdes".



Bernardino Soares - 23 anos. Licenciado em Direito. Membro da Comissão Concelhia de Loures do PCP e da Direcção Nacional da JCP. Integra o Gabinete de Juventude de Camarate. Eleito na Assembleia de Freguesia de Camarate.



João Corregedor da Fonseca - 56 anos. Jornalista. Deputado. Membro do Conselho Geral da Intervenção Democrática.

PORTO


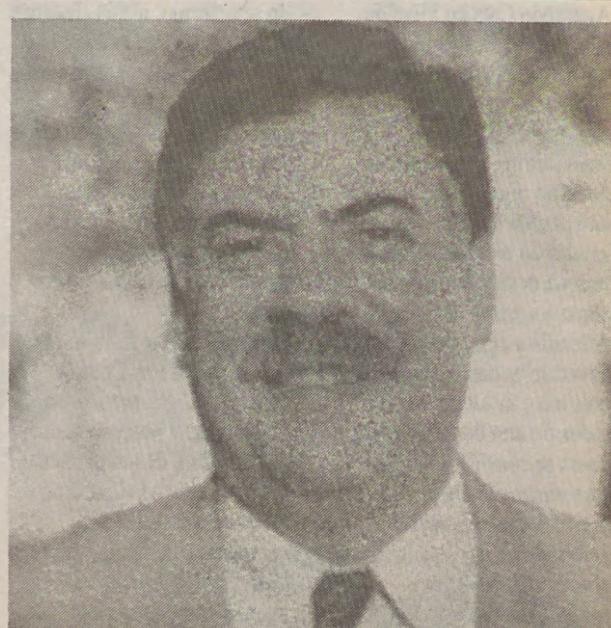
João Amaral - 51 anos. Licenciado em Direito. Deputado na Assembleia da República. Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PCP. Membro do Comité Central do PCP. Em 1973/74 exerceu as funções de Assessor da Direcção e de Chefe de Serviços do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, tendo acompanhado de perto a fundação da União dos Sindicatos do Porto.

Após o 25 de Abril, ocupou durante a vigência dos Governos Provisórios o lugar de Chefe de Gabinete no Ministério do Trabalho e na Secretaria de Estado da Estruturação Agrária.

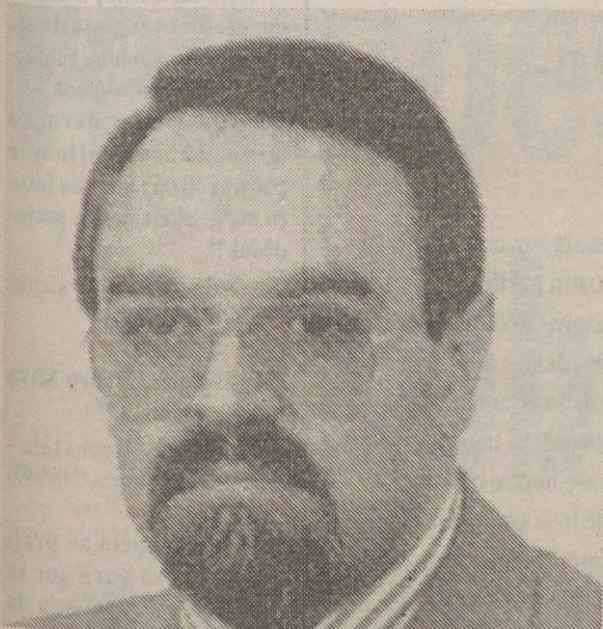
SETÚBAL


Octávio Augusto Teixeira - 50 anos. Economista. Deputado na Assembleia da República. Presidente do Grupo Parlamentar do PCP. Membro da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano, Presidente da Subcomissão de Contas Públicas e da Conferência de Representantes dos Grupos Parlamentares. Membro da Comissão Política do PCP. É técnico-consultor do Banco de Portugal.

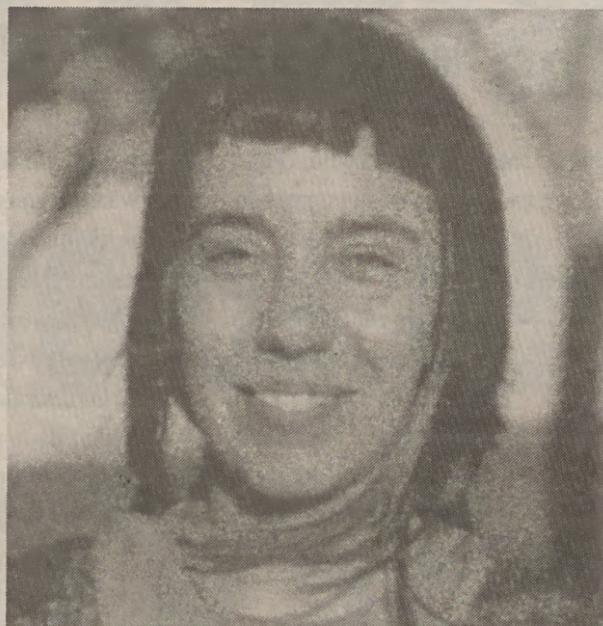
Foi activista estudantil e em 1964/65 fez parte da direcção da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Participou nas campanhas eleitorais da CDE em 1969 e 1973.



Rogério de Brito - 49 anos. Engenheiro Agrário. Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal. Presidente da Associação dos Municípios do Litoral Alentejano. Membro das Direcções da Organização Regional de Setúbal do PCP. Ex-deputado da Assembleia da República e do Parlamento Europeu.



José Calçada - 48 anos. Inspector Pedagógico. Presidente do Sindicato dos Inspectores de Ensino. Consultor Técnico da CNA-Confederação Nacional da Agricultura. Membro do PCP.



Heloísa Apolónia - 26 anos. Advogada. Deputada na Assembleia da República. Membro da Assembleia Municipal da Moita. Membro da Comissão Executiva e do Conselho Nacional do Partido Ecologista "Os Verdes".



Odete Santos - 54 anos. Advogada. Deputada na Assembleia da República. Membro da Assembleia Municipal de Setúbal e da Assembleia Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa. Membro da Comissão Concelhia de Setúbal e da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP.

SANTARÉM


Maria Luísa Raimundo Mesquita - 46 anos. Professora do Ensino Secundário. Licenciada em Filologia Românica e Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa. Membro da Assembleia Municipal de Santarém. Membro da Comissão Concelhia de Santarém do PCP.

Foi deputada à Assembleia da República entre 1983 e 1985 tendo integrado a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura. Foi dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.



CDU

A Esquerda necessária



PCP-PEV




O «cristão»...

Acusando Cavaco Silva de não ter tido «a sensibilidade política» para entender que «a política não pode ser igual aos manuais de finanças», Alberto João Jardim, presidente do governo regional da Madeira, não perdeu tempo a mudar a camisa ao discurso. Com a mesma desfaçatez com que ainda a semana passada defendia a agressão física dos adversários como argumento político e insultava tudo e todos do alto da arrogância de quem se considera impune, esta semana já diz que «o défice democrático está enterrado» e vai ao extremo de confessar que «estava profundamente convicto de que ia haver uma vitória do PS», acrescentando: «Houve que fazer contra-informação e dizer que as sondagens não representavam nada, mas esta contra-informação não tinha o mínimo de força, dada uma

certa unanimidade das sondagens». Quanto à derrota do seu partido, não hesita em afirmar - ao arrepio de tudo o que dissera antes, a garantir que o governo do PSD era a coisa melhor que acontecera aos portugueses - que tal derrota veio traduzir «um certo descontentamento social que se vinha manifestando, pelo menos de há dois anos para cá». E desculpava-se Jardim: «O que lá vai, lá vai. Como cristão que sou, perdoo tudo.» Quer dizer: o homem dá o dito por não dito, de um momento para o outro abandona o chefe até aí indiscutível e trai completamente, hoje, o que ele próprio disse e fez até ontem, e ainda por cima afirma-se «cristão» e diz que... perdoa! Se estamos aí, adaptemos as cristãs palavras, pelo que em verdade vos dizemos, ó Jardim: é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma

PONTOS CARDEAIS

agulha, que um «cristão» da sua estirpe...

... e o «pecador»

Mas se o exemplo de Alberto João Jardim mostra como se recupera de uma derrota eleitoral pela via do oportunismo, o deputado e autarca do PSD, Manuel Baptista Cardoso, mostrou como se tenta fugir à derrota pela via da vigarice. Segundo rezam as crónicas destas eleições, o referido deputado laranja - um dos que, até há pouco tempo, se sentava disciplinadamente na última fila do hemiciclo de S. Bento - foi apanhado em flagrante pelos membros da mesa de voto da freguesia de Gião, no Concelho da Feira, a votar várias vezes, confessando que o fizera para

contrariar as previsões anunciadas pela SIC, uma hora antes do fecho das urnas, que davam uma vitória ao PSD. O prevaricador incorre, agora, numa pena de seis meses a dois anos de prisão. Quanto aos responsáveis da SIC, será que ainda têm a lata de dizer que a divulgação de previsões antes do fecho das urnas não influencia o eleitorado?

Os princípios

Entretanto, no PSD, cresce e alastra como mancha de óleo a incomodidade pela pesada derrota eleitoral. Embora (ainda) sem o oportunismo flagrante de Alberto João Jardim (apesar de tudo, a «coragem» da sem-vergonha total não se encontra por aí aos pontapés, nem mesmo no

PSD), levantam-se por todo o lado vozes lastimosas e acusadoras, olhando já de soslaio o líder até aqui incontestado - Cavaco Silva. Multiplicam-se, no laranjal, os remoques que associam abertamente a derrota eleitoral ao Governo do PSD e a quem o dirigiu, e não faltará muito para que os remoques se transformem em acusações directas - que, aliás, têm muitos factos concretos onde se fundamentar. Só é pena, neste surto de afrontamento ao chefe idolatrado, que as acusações só apareçam quando, e sobretudo «porque», se encontram todos na mó de baixo. É assim que a vida mostra, na crueza dos factos, como a natureza humana se reparte em dois grandes grupos de intervenção: o dos que se governam por princípios, e o dos que têm, por único princípio, governarem-se....

FRASES da SEMANA

«O consensualismo sem princípios não é um ideal democrático.»

☞ (Eduardo Lourenço - «Público», 01.10.95)

«Seria arrogante antecipar-me ao balanço que os eleitores poderão vir a fazer do meu mandato.»

☞ (Francisco Louçã - «Jornal de Notícias», 28.09.95)

«(...) o mais delicado problema da próxima legislatura será o das contas públicas: se o Governo dispuser de algum dinheiro terá algum poder efectivo; se não, não o terá. No Estado moderno, a política é feita em 80% com dinheiro e só em 20% com engenho e arte.»

☞ (Medina Carreira, citado em «Semanário», 20.09.95)

«Neste momento, estamos em eleições legislativas. Estou a dar a minha colaboração leal e empenhada. (...) Qualquer consideração minha sobre aquilo que poderia ou não fazer no futuro seria, obviamente, prejudicial.»

☞ (Durão Barroso - «Semanário», 29.09.95)

«Penso que Cavaco Silva não se candidata.»

☞ (Manuela Ferreira Leite - «O Independente», 29.09.95)

«Faço um apelo ao prof. Cavaco Silva para que se candidate à Presidência da República.»

☞ (Durão Barroso, 01.10.95)

«(A decisão do juiz) foi muito infeliz. Não respeita o Estado de direito. Não honra a justiça portuguesa.»

☞ (Proença de Carvalho, advogado de Leonor Belezza, citado em «Público», 30.09.95)

«Será que a simples exclusão daquilo que não tem qualidade resolveria o problema de haver uma procura crescente do que não tem qualidade e, inversamente, de haver cada vez menos público a exigir qualidade - na televisão, nos jornais, nas salas de teatro, nos cinemas? Isto é, se matarmos o mensageiro, ficará a mensagem sem efeito?»

☞ (Miguel Sousa Tavares - «Público», 29.09.95)

«Os leitores que me perdoem, mas deixem-me, ao menos uma vez na vida, alinhavar nesta rasquice generalizada: olha, Baião, sabes que mais? Vai bardamerda!»

☞ (Guilherme de Melo - «Diário de Notícias», 29.09.95)

PONTOS NATURAIS

Seis notas sobre a TV

Aumentam os estudos sobre o carácter da televisão e da sua influência na sociedade. Antigamente discutia-se se ela tinha uma linguagem própria ou servia apenas de veículo. Poucos hoje ainda irão nessa. Teatro ou cinema feitos para a televisão exigem outra linguagem. Ponto assente.

Hoje avança-se para outra questão: ela não modifica a natureza mas sim e unicamente os comportamentos. Será?

O resultado das eleições veio provar a acção do TV na influência dos comportamentos?

Vejamos. Todas as estações dedicaram imenso tempo à propaganda do governo, considero como um valor acrescentado ao tempo de antena oficial. Veja-se a frequência com que Nogueira se apresentava acompanhado de Ferreira do Amaral, «o sucesso do betão».

Ora o próprio Cavaco Silva reconheceu que «o governo também esteve em julgamento nestas eleições».

O governo projectava

uma imagem de antipatia e de repúdio. O que não beneficiava nada os que davam a imagem dele.

Uma imagem que se queria positiva, teve assim um efeito negativo. A audiência entrou numa espécie de pânico, como um doente angustiado que, em vez de um comprimido, engolissem o frasco todo.

A CDU já contava com esse efeito, mas não tanto, evidentemente. Daí o seu precioso contributo para a derrota do Cavaco. Daí a sua preocupação com o «voto útil» no PS. A realidade veio mostrar que esse voto seria perigoso como talvez ninguém esperasse. Nem mesmo os que, ping, ping, enchiam as urnas. E andam os bombeiros há tantos anos a aconselhar que evitem o pânico...

A TV tem maneiras mais sofisticadas de influenciar os comportamentos.

Por exemplo: ao limitar os debates apenas a

dois partidos, não se estaria a querer beneficiar objectivamente um ou outro partido.

Mas, não o dizendo explicitamente, a TV estava a meter na cabeça das pessoas que não havia mais ninguém, que só se devia votar num ou noutro, o que, para a TV atrelada ao poder também pouco se lhe dava que fosse noutro ou num.

Difícilmente se pode lutar contra uma ideia que, do exterior e sem darmos conta disso, construíram dentro da nossa cabeça.

O Tempo de Antena é o reconhecimento do direito que têm os partidos a apresentar a sua imagem na televisão.

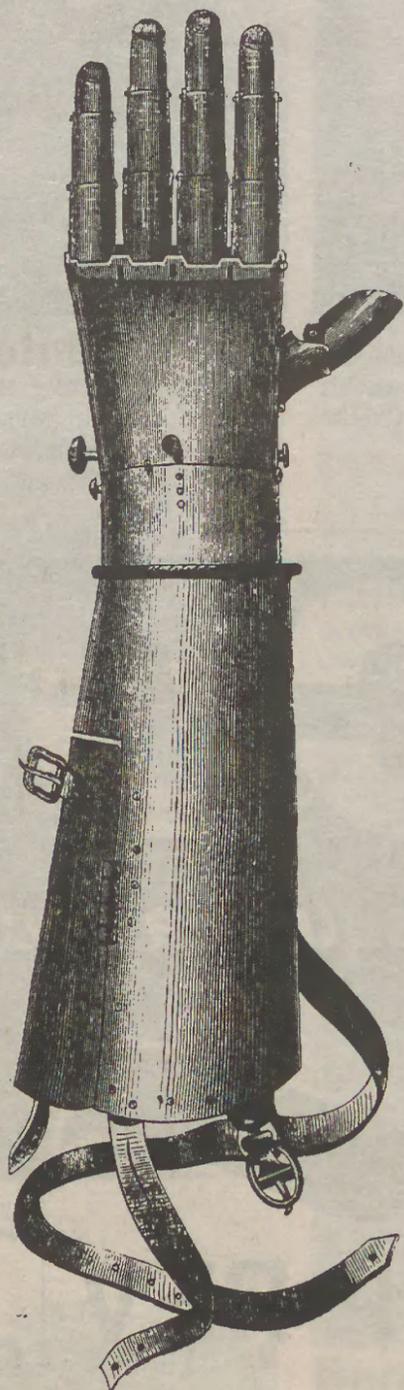
Mas quando a SIC se recusa a cumprir a lei. Quando a RTP o coloca a hora de pouca audiência. Quando a TVI e a TV2 o removem para horas incertas ou proibitivas — isso quer dizer que nos devemos estar marimbando para os partidos, para a democracia...

Melhor: é isso que eles, na Televisão, querem.

Há outras formas, essas mais explícitas, de influenciar comportamentos.

«Praça Pública». Sexta-feira, dia 28. Microfone para o porta-voz de uma comissão de utentes numa freguesia de Santiago do Cacém. Textualmente: «A autarquia daqui não está ao serviço das populações, está ao serviço do Partido Comunista Português.»

Assim mesmo. Sexta-feira. Na véspera do dia para reflexão...



Mário Castriou

Plenários das Direcções das Organizações Regionais, reuniões e sessões sobre os resultados eleitorais e as próximas tarefas do Partido



No seguimento da Reunião do Comité Central, realizada na passada terça-feira, e das suas Conclusões, realizam-se nos próximos dias em todo o País reuniões de âmbito diverso de todas as organizações do Partido, que além da apreciação dos resultados eleitorais decidirão da sua intervenção concreta nas tarefas gerais e sectoriais que todo o Partido é chamado a prosseguir.

As circunstâncias em que o "Avante!" foi feito, dois dias após as eleições e em véspera de um feriado, não permitiram que muitas organizações nos fizessem chegar, como é seu hábito, as actividades já agendadas.

Ainda assim, chamamos a atenção das respectivas organizações para as seguintes:

Plenário de Militantes da Organização Concelhia de Setúbal

Na próxima segunda-feira, 9, às 21h, terá lugar no CT da Organização Concelhia de Setúbal um plenário geral de militantes para análise do trabalho e resultados eleitorais.

Sector de Saúde da ORL

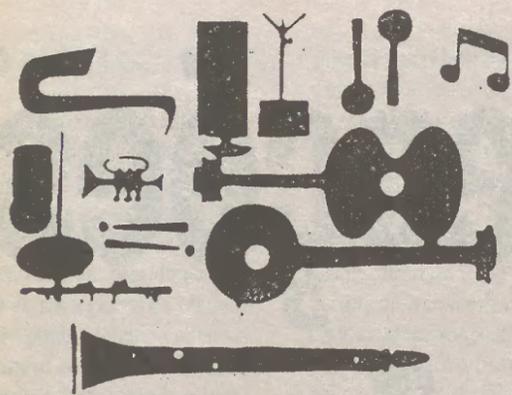
No próximo dia 11, quarta-feira, realiza-se no Centro de Trabalho Vitória, às 17h30, uma reunião dos camaradas dos vários grupos profissionais do Sector da Saúde da ORL. No dia seguinte, às 20h, no mesmo CT, reúnem-se os camaradas enfermeiros.

Plenários em Cascais

No próximo sábado, os militantes das freguesias de Cascais e Estoril reúnem-se em plenário, às 15h30, no Centro de Trabalho de Cascais; o plenário da freguesia de S. Domingos de Rana, por seu lado, terá lugar no domingo, a partir das 15h30, no CT de Tires.

Plenário de Quadros em Sintra

Igualmente para apreciação dos resultados eleitorais, realiza-se, na segunda-feira, no Centro de Trabalho de Rio de Mouro, a partir das 21h30, um plenário de Quadros de Direcção do PCP e JCP do concelho de Sintra. Neste plenário participa o camarada Jorge Cordeiro.



Mês da Música começa hoje no Barreiro

«A Cidade e a Música» é o lema que acompanha o mês de Outubro no Barreiro, tradicionalmente dedicado à música. O primeiro dia da iniciativa é hoje preenchido com Eduardo Lála (Trombone), Nuno Cunha (Trompa) e Luís Pinto (Piano) que vão interpretar por volta das 21.30 horas no Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, obras de Eugéne Bozza, Paul Dukas e Bernardino David.



Pintura de Teresa de Sena

Desde o próximo dia 11, quarta-feira, até 3 de Novembro, está patente ao público no Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, a exposição de pintura «Germinações da Cor», que pode ser visitada das 10 às 19 horas.

TEATRO

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1-A. Tel. 3961515. A PRISÃO, de Edward Bond, pelo Teatro da Cornucópia (até 15 de Out.)

TEATRO DA MALAPOSTA

Odivelas, Rua de Angola (Olival Basto). Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A ÚLTIMA SEMANA ANTES DA FESTA, de Carlos Coutinho, encenação de Mário Jacques, pelo Teatro da Mala-posta.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cascais, no Cruzeiro (Monte Estoril). Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. INVENTÁRIOS, de Philippe Minyana, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. FILOPÓPOLIS - Uma Lição de Política, de Virgílio Martins, encenação de Joaquim Benite, pelo elenco do Teatro de Almada.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. A LOUCA DE CHAILLOT, de Jean Giraudoux, encenação de Rui Mendes, pelo elenco do Teatro Nacional D. Maria II.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Lg. da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16.00. A DISPUTA, de Marivaux, direcção de João Perry.

PALAVRAS CRUZADAS

Grid for crossword puzzle with numbers 1-15 indicating starting positions.

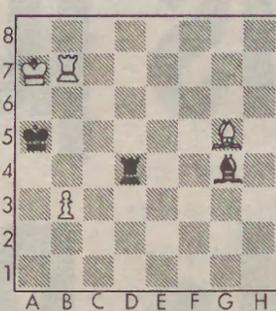
HORIZONTAIS: 1 - Doença que ataca as cabras e lhes faz cair a pele, causando-lhes a morte; planta leguminosa, papilionácea, de valor medicinal (pl.). 2 - Carta de jogar; enguia; lavrar; uma (ant.). 3 - Discursa; lamentos; o rubor das faces. 4 - Americio (s.q.); acrescente; utensílio de cozinha (pl.); Bário (s.p.). 5 - Parceiro; transferidas para outro dia; oceano. 6 - Desmiolados; tostou; flecha. 7 - Paixão; determina o peso. 8 - Rezam; pequeno povoado; fêmea do rato. 9 - Chefe étiope; costuraram; o tio americano. 10 - Antemeridiano (abrev.); infúteis; órgão que segrega a urina; isolado. 11 - Substância fabricada pelas abelhas; àzeues; forma apocopa de muito. 12 - O mais (ant.); país da Indochina, a oeste do Vietname; cóleras; saudável. 13 - Vestimenta rústica; corporação dos vereadores (pl.).

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR... HORIZONTAIS: 1 - Ba; abadígios; Ac. 2 - Emalado. 3 - Nota; omite; cela. 4 - Imana; asa; calor. 5 - Nó, Ora; Sam; Aa. 6 - Inato; zonas. 7 - Acima; laréu. 8 - Amaro; fadas. 9 - Pé; Ada; ror; má. 10 - Evito; cal; sinos. 11 - Raro; iates; oiro. 12 - Tálamos. 13 - Ré; demoraram; má.

XADREZ

DXXXI - 5 DE OUTUBRO DE 1995 PROPOSIÇÃO N.º 1995X075 Por THEODOR NISSE Akad. Monatsheft f. Schach, 1910

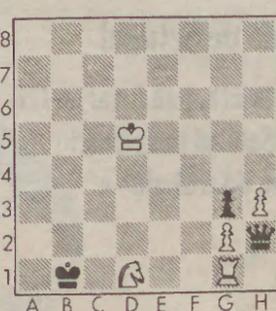
Pr. [3]: Bg4 - Td4 - Ra5 Br. [4]: Pb3 - Bg5 - Tb7 - Ra7



Mate em 6 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1995X076 Por FILIPP SIEMONOVITCH BONDARIENKO Deutsche Schachzeitung, 1958

Pr. [3]: Pg3 - Dh2 - Rb1 Br. [5]: Ps, g2, h3 - Cd1 - Tg1 - Rd5



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXXXI

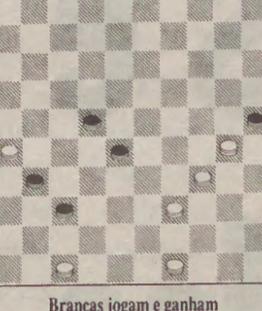
Nº 1995X075 [Th. N.]: 1. Bh4! Td1; 2. Bg3, Tc1; 3. Bf4, Tc2; 4. Bg5! ... e#

A. de M. M.

DAMAS

DXXXI - 5 DE OUTUBRO DE 1995 PROPOSIÇÃO N.º 1995D075 Por HENRI CHILAND In Secrets et merveilles du Jeu de Dames, Paris, Stock, 1968

Pr. [5]: 22-25-28-31-37 Br. [6]: 26-30-34-39-47-49

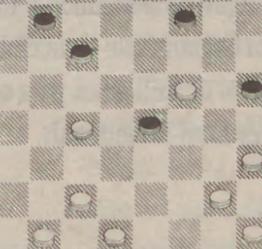


Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1995D076 GOLPE N.º 140 Por HERMÍNIO MEDALHA DA SILVA Campeonato interno do Almada A.C./S4 [Contra J.L.G./20.X.1984]

In Boletim N.º 1 da A.D.S./Dez. 1984

1. 9-13, 21-17; 2. 5-9, 25-21; 3. 2-5, 22-19; 4. 12-16, 24-20; 5. 13-18, 21-14; 6. 11-18, 19-14; 7. 10-19, 23-14; 8. 16-23, 28-19; 9. 6-11, 27-23; 10. 11-15, 19-12; 11. 8-15, 32-28 Diagrama [Pr. [8]: 14-17-23-26-28-29-30-31; Br. [8]: 1-3-4-5-7-9-15-18; Br. +]



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DXXXI

Nº 1995D075 [H.Ch.]: 1. 47-41. (37:46=D); 2. 26:37, (46:32); 3. 39:33, (28:39); 4. 34:43, 25:34; 5. 43:39, 34:43; 6. 49:18 + Nº 1995D076 [H.M. da S.]: 1. 12-15, 20-23; 16; 13. 17-12, 26:19; 14. 9-13, 17:10; 15. 7-11, 14:7; 16. 5:32=D+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 5

Charlie Brown «Race For Your Life, Charlie Brown» (EUA/1977). Real.: Bill Melendez. Vozes: Duncan Watson, Greg Felton, Stuart Brotman. Cor. 75 min. Infantil / Animação. (09.00, SIC)

A Força dos Músculos «Stay Hungry» (EUA/1976). Real.: Bob Rafelson. Int.: Jeff Bridges, Sally Field, Arnold Schwarzenegger, R. G. Armstrong, Robert Englund. Cor. 96 min. Ver Destaque. (15.00, SIC)

Flashdance «Flashdance» (EUA/1983). Real.: Adrian Lyne. Int.: Jenifer Beals, Michael Nouri, Lília Skala, Sunny Johnson, Kyle T. Heffner. Cor. 94 min. Ver Destaque. (16.45, Canal 1)

A Missão «The Mission» (Gr.Br./1986). Real.: Roland Joffe. Int.: Jeremy Irons, Robert De Niro, Ray McAnally, Liam Neeson, Aidan Quinn. Cor. 124 min. Ver Destaque. (17.35, TVI)

O Gigante «Giant» (EUA/1956). Real.: George Stevens. Int.: Rock Hudson, James Dean, Elizabeth Taylor, Jane Withers, Chill Wills, Mercedes McCambridge, Carroll Baker, Dennis Hopper. Cor. 190 min. Ver Destaque. (22.50, TV2)

O Intruso «L'Innocente» (It/1976). Real.: Luchino Visconti. Int.: Giancarlo Giannini, Laura Antonelli, Jennifer O'Neill. Cor. 135 min. Ver Destaque. (01.00, SIC)

A Dívida «La Deuda Interna» / «The Debt» (RFA/Gr.Br./1987). Real.: Miguel Pereira. Int.: Juan José Campes, Gonzalo Morales, René Olaguivel. Cor. 96 min. Drama. (01.20, Canal 1)

Não Dou Beijos «J'Ambrasse Pas» - nenhuma informação recebida sobre este filme. (03.15, SIC)

SEXTA, 6

O Miúdo da Bica (Port./1963). Real.: Constantino Esteves. Int.: Fernando Farinha, Leónia Mendes, Ruy Furtado. (08.30, SIC)

A Culpa foi do Macaco/Aguilha no Palheiro «Monkey Business» (EUA/1931). Real.: Norman Z. McLeod. Int.: Groucho, Harpo, Chico e Zeppo Marx, Thelma Todd, Ruth Hall. P/B, 75 min. Ver Destaque. (15.00, SIC)

A Besta da Guerra «The Beast» (EUA/1988). Real.: Kevin Reynolds. Int.: George Dzundza, Jason Patric, Steven Bauer, Stephen Baldwin, Don Harvey. Cor. 109 min. Guerra. (22.00, TVI)

Como era Gostoso o meu Francês (Brasil/1970). Real.: Nelson Pereira dos Santos. Int.: Arduino Colasanti, Ana Maria Magalhães, Eduardo Imbassahy, Filho, Manfred Colasanti. Cor. 82 min. Ver Destaque. (23.50, TV2)

A Gaivota «The Sea Gull» (EUA/1968). Real.: Sidney Lumet. Int.: James Mason, Simone Signoret, Vanessa Redgrave, David Warner. Cor. 142 min. Drama. (00.35, TVI)

Os Bóinas Verdes «The Green Berets» (EUA/1968). Real.: John Wayne. Int.: John Wayne, Ray Kellogg, David Jassen. Cor. 141 min. Guerra. (02.00, SIC)

Ecos de Guerra «Distant Thunder» (EUA/Can./1988). Real.: Rick Sosenenthal. Int.: John Lightgow, Ralph Macchio, Kerrie Keane, Reb Brown. Cor. 110 min. Drama / Guerra. (02.25, Canal 1)

Casanova 70 «Casanova 70» (Fr./It./1965). Real.: Mario Monicelli. Int.: Marcello Mastroianni, Virna Lisi, Michèle Mercier, Marisa Mell, Marco Ferreri. Cor. 131 min. Comédia. (04.25, SIC)

SÁBADO, 7

Contra Tudo «Love Field» (EUA/1992). Real.: Jonathan Kaplan. Int.: Michelle Pfeiffer, Dennis Haysbert, Stephanie MacFadden. Cor. 100 min. Drama. (16.30, SIC)

Barbarosa «Barbarosa» (EUA/1982). Real.: Fred Schepisi. Int.: Gary Busey, Willie Nelson, Gilbert Roland, Isela Vega, Danny De La Paz. Cor. 87 min. Ver Destaque. (17.15, Canal 1)

Delilah: A Mulher-Robot «Running Delilah» (EUA/1992). Real.: Richard Franklin. Int.: Kim Cattrall, Billy Zane, Diana Rigg, François e Yorgo Voyagis. Cor. 85 min. Ficção Científica. (17.30, TVI)

Gente Nova «Follow Me, Boys!» (EUA/1966). Real.: Norman Tokar. Int.: Fred MacMurray, Vera Miles, Lillian Gish, Charlie Ruggles, Elliott Reid. Cor. 127 min. Drama. (18.50, TV2)

Gigantes do Mar «The Long Ships» (Gr.Br./1964). Real.: Jack Cardiff. Int.: Richard Widmark, Sidney

Poitier, Russ Tamblyn, Rosanna Schiaffino. Cor. 120 min. Aventuras. (01.10, TVI)

Uma Mulher Ambiciosa «Hard Country» (EUA/1981). Real.: David Greene. Int.: Kim Basinger, Jan-Michael Vincent, Michael Parks, Gailard Sertain. Cor. 105 min. Drama. (01.30, Canal 1)

Sirga, O Rapaz-Leão «L'Enfant Lion / Sirga» (Fr./1993). Real.: Patrick Granperret. Int.: Mathurin Sinze, Sophie-Véronique Tagbe, Souleyman Koly. Cor. 87 min. Aventuras. (01.40, TV2)

Star Trek II / Star Trek III «Star Trek II» / «Star Trek III» (EUA/1990/1992). Real.: Nicolas Meyer/Leonard Nimoy. Int.: William Shatner, Leonard Nimoy, Ricardo Montalban, DeForest Kelley, James Doohan. Cor. 113/115 min. Ver Destaque. (a partir das 02.15, SIC)

Um Campo de Férias «Starlight, A Musical Movie» (EUA/1988). Real.: Orin Webbeby. Int.: Micki Barnett, Kario Salem, Jean Taylor, Pamela Payton-Wright. Cor. 74 min. Musical. (03.15, Canal 1)

Um Bairro em Nova Iorque «A Bronx Tale» (EUA/1993). Real.: Robert De Niro. Int.: Robert De Niro, Chazz Palminteri, Lillo Brancatto, Francis Capra. Cor. 118 min. Ver Destaque. (16.50, SIC)

DOMINGO, 8

Viagem ao Centro da Terra «Journey to the Center of the Earth» (EUA/1993). Real.: William Dear. Int.: David Dundara, Farrah Fokke, Francis Gui- nard. Cor. 91 min. Aventuras. (17.30, TVI)

Tarzan no Deserto Misterioso «Tarzan's Desert Mystery» (EUA/1943). Real.: William Toele. Int.: Johnny Weissmuller, Nancy Kelly, Johnny Sheffield, Otto Kruger. P/B, 68 min. Aventuras. (19.35, TV 2)

Vermelho e Negro «The Scarlet and the Black» (EUA/1983). Real.: Jerry London. Int.: Gregory Peck, Christopher Plummer, John Gielgud, Raf Vallone. Cor. 137 min. Ver Destaque. (00.30, TV2)

SEGUNDA, 9

Terra Distante «The Far Country» (EUA/1955). Real.: Anthony Mann. Int.: James Stewart, Ruth Roman, Corinne Calvet, Walter Brennan, Jay C. Flippen. Cor. 94 min. Ver Destaque. (15.00, SIC)

Código de Silêncio «Code of Silence» (EUA/1985). Real.: Andrew Davis. Int.: Chuck Norris, Henry Silva, Bert Remsen, Molly Hagan, Joseph Guzaldo. Cor. 97 min. Ver Destaque. (22.40, SIC)

Cadeia de Mulheres «Slammer Girls» (EUA/1987). Real.: Chuck Vincent. Int.: Devon Jenkin, Jeff Eagle, Jane Hamilton. Cor. 79 min. Drama. (01.00, Canal 1)

TERÇA, 10

Dois Gémeos em Roma «Remo e Romolo» (It/1976). Real.: Pier Francesco Pingitore. Int.: Enrico Montesano, Gabriella Ferri, Pippo Franco. Cor. 89 min. (15.00, SIC)

Ghost - O Espírito do Amor «Ghost» (EUA/1990). Real.: Jerry Zucker. Int.: Patrick Swayze, Demi Moore, Whoopi Goldberg, Tony Goldwyn, Rick Aviles. Cor. 112 min. Fantasia / Romance. (22.15, Canal 1)

Prisão no Espaço «Spaceage» (EUA/1986). Real.: Conrad Palmisano. Int.: Michael Pare, Richard Farnsworth, Lee Purcell. Cor. 97 min. Ficção Científica. (00.35, Canal 1)

QUARTA, 11

O Homem que eu Matei «Broken Lullaby» (EUA/1932). Real.: Ernst Lubitsch. Int.: Philips Holmes, Lionel Barrymore, Nancy Carroll, ZaSu Pitts. P/B, 75 min. Ver Destaque. (15.00, SIC)

A Força da Ilusão «Radio Flyer» (EUA/1992). Real.: Richard Donner. Int.: Lorraine Bracco, John Heard, Elijah Wood, Adam Baldwin. Cor. 109 min. Drama. (22.45, TVI)

Vampirosos «Sundown: The Vampire Retreat» (EUA/1989). Real.: Anthony Hickox. Int.: David Carradine, Morgan Brittany, Bruce Campbell. Cor. 100 min. Comédia / Terror. (01.40, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

JIMES

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 5

CANAL 1
08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.15 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.35 Culinária
11.50 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.45 Malha de Intrigas
15.45 Edera
16.45 Flashdance
(ver «Filmes na TV»)
18.20 Kananga do Japão
18.45 Lotaria Nacional
18.55 A Minha Vida Dava um Filme
19.25 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 A Idade da Loba
21.30 Futebol: Porto-Boavista
23.30 Roberto Leal
00.30 24 Horas
01.00 Remate
01.20 A Dívida
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
16.35 NBA
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
18.40 Star Trek - O Caminho das Estrelas
19.00 Basquetebol: Benfica-Partisan
20.35 D. Quixote
21.30 Dinheiro em Caixa
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 O Gigante
(ver «Filmes na TV»)
02.00 Ver Artes
02.30 Prémios da Música Americana 1995 (I)

SIC
09.00 Charlie Brown
10.20 Agora É a Sua Vez
11.25 Café do Surdo
12.05 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 A Força dos Músculos
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buéréré
17.55 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Tieti do Agreste
20.00 Jornal da Noite
20.50 Trapalhões em Portugal
21.30 A Próxima Vítima
22.30 Surprise
23.55 A Noite da Má-Língua
00.45 Último Jornal
01.00 O Intruso
(ver «Filmes na TV»)
03.15 Não Dou Beijos
(ver «Filmes na TV»)
05.15 Whitney Huston
07.15 A Noite das Rainhas

TVI
10.00 Clube da Manhã
11.45 Morena Clara
13.10 Primeira Mão
13.30 Jornal da Uma
14.05 Quem Sai aos Seus...
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.05 Notícias
17.35 A Missão
19.55 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
21.42 Tempo de Antena
22.00 Models
24.00 TVI Jornal + Primeira Fila

Sexta, 6

CANAL 1
08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.35 Culinária
11.50 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.45 Malha de Intrigas
15.45 Edera
16.45 Capricho dos Deuses
17.40 Kananga do Japão
18.55 A Minha Vida Dava Um Filme
19.25 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 A Idade da Loba
21.35 Isto é Agildo
22.35 Corrida de Toiros
00.05 Murphy Brown
00.35 24 Horas
01.05 Remate
01.25 Marginalidades
02.25 Ecos de Guerra
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
16.35 Motociclismo
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
18.50 Três Dias para Ganhar
19.25 Artes e Letras: «O Século do Cinema» - III
20.20 Irmãs
21.10 Máquinas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Reportagem
23.50 Como Era Gostoso o Meu Francês
(ver «Filmes na TV»)

SIC
08.30 O Miúdo da Bica
(ver «Filmes na TV»)
10.00 Infantil
10.30 Agora É a Sua Vez
11.30 O Café do Surdo
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 A Culpa Foi do Macaco / Agulha no Palheiro
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buéréré
17.55 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Tieti do Agreste
20.00 Jornal da Noite
20.50 Os Malucos do Riso
21.30 A Próxima Vítima
22.30 Luna Parque
00.30 Os Donos da Bola
01.45 Último Jornal
02.00 Os Bóinas Verdes
(ver «Filmes na TV»)
04.25 Casanova 70
(ver «Filmes na TV»)
06.10 Gala Sabroson
07.00 Moda Mar em Porto Fino

TVI
10.30 Caixa de Perguntas
11.10 Telhados de Vidro
11.45 Morena Clara
13.15 Primeira Mão
13.30 Jornal da Uma
14.05 Quem Sai aos Seus...
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.55 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.00 A Besta da Guerra
(ver «Filmes na TV»)
00.05 TVI Jornal
00.45 A Gaivota
(ver «Filmes na TV»)



«Picket Fences», mais uma série premiada que regressa

Sábado, 7

CANAL 1
08.00 Programa Infantil/Juvenil
11.30 Clube Disney
12.30 Praça de Touros
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Top +
14.35 Beverly Hills
15.35 A «Outra» Senhora Greenville
16.25 Outras Guerras
17.15 Barbarosa
(ver «Filmes na TV»)
18.45 Kananga do Japão
19.50 Totoloto
20.00 Telejornal
21.00 Lady Chatterley
22.30 Lotaria Europeia
22.45 Parabéns
00.55 24 Horas
01.30 Uma Mulher Ambiciosa
(ver «Filmes na TV»)
03.15 Um Campo de Férias
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Forum Musical
13.00 A Verdadeira História de Alcatraz
13.50 Euronews
15.00 TV2 Desporto
18.00 Arsène Lupin
18.50 Gente Nova
(ver «Filmes na TV»)
21.00 Esta Cativa Que Me Tem Cativo
22.00 TV2 Jornal
22.30 Cantares de Amigo
23.25 Remate
23.40 Jogo Falado
00.45 Tribunal de Polícia
01.40 Sirga, o Rapaz-Leão
(ver «Filmes na TV»)

SIC
09.00 Buéréré
12.30 Portugal Radical
13.00 Quatro por Quatro
14.00 Agora É a Sua Vez
15.00 O Café do Surdo
15.30 Muita Lóco
16.30 Contra Tudo
(ver «Filmes na TV»)
18.30 Tieti do Agreste
20.00 Jornal da Noite
20.50 História de Amor
22.00 Big Show Sic
01.05 Último Jornal
01.15 Minas e Armadilhas
02.15 Star Trek II / Star Trek III
(ver «Filmes na TV»)
06.00 Gala: Esta Noite Quero-te
07.00 Moda Roma

TVI
10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.30 Novos Ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 Jornal da Boa Notícia
15.40 Hora do Recreio
16.45 O Céu Como Horizonte
17.50 Delilah, Mulher-Robot
(ver «Filmes na TV»)
20.00 Telejornal
21.05 Feita à Medida
21.35 Doido Por Ti
22.10 Picket Fences
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.40 Últimas Notícias
01.05 Gigantes do Mar
(ver «Filmes na TV»)



Cinco bailados notáveis pelos bailarinos «menos jovens» do Nederlans Dans Teater, de Jiri Kylian - terça à noite na TV2

Domingo, 8

CANAL 1
08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.00 Tampinhas
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Made In Portugal
14.05 Emoções Fortes
14.35 Beverly Hills
15.30 86-60-86
16.15 Heróis de Snowy
17.15 Robocop
18.00 A Festa dos Preços
18.55 Casa Cheia
19.50 Joker
20.00 Telejornal
21.00 Nico d' Obra
21.35 Isto Só Vídeo
22.10 Lady Chatterley
23.50 24 Horas
00.25 Paixões
02.00 No Calor da Noite

TV 2
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
12.00 Regiões
13.00 Vida por Vida
13.15 Euronews
14.00 TV2 Desporto
19.00 O Homem e a Cidade
19.35 Tarzan no Deserto Misterioso
(ver «Filmes na TV»)
20.45 Portugal Sem Fim
22.00 TV2 Jornal
22.30 Domingo Desportivo
23.20 Vidas a Meias
23.00 Domingo Desportivo
00.30 Vermelho e Negro
(ver «Filmes na TV»)

SIC
09.00 Buéréré
13.00 BBC - Vida Selvagem
14.00 Internacional SIC
14.40 Agora É a Sua Vez
15.50 O Príncipe de Belair
16.50 Um Bairro em Nova Iorque
(ver «Filmes na TV»)
19.00 Cenas de um Casamento
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
21.45 Chuva de Estrelas
23.00 Ligações Sujas (Longa Metragem)
01.20 Último Jornal
01.35 A Rota da Seda

TVI
10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.30 Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
16.00 Olho Popular!
18.00 Viagem ao Centro da Terra
(ver «Filmes na TV»)
19.55 Telejornal
20.35 Detectives na Onda
21.30 Jogo do Ganso
00.05 Últimas Notícias

Segunda, 9

CANAL 1
08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Maria José
14.45 Malha de Intrigas
15.45 Edera
16.25 Kananga do Japão
17.35 A Minha Vida Dava Um Filme
18.05 Pantanal
19.30 Golo!
20.00 Telejornal
20.45 A Idade da Loba
21.15 Casados de Fresco
23.00 Jovens Rebeldes
24.00 24 Horas
00.30 Remate
01.00 Cadeia de Mulheres
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
16.30 Uma Família Feliz
17.30 Rua Sésamo
17.55 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Comandante Migalhas
19.20 O Mundo em Guerra
20.20 Corpo e Alma
21.15 À Roda do Mundo
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.20 Musical - «In Concert», com Sting, George Michael, Roxette
(ver «Filmes na TV»)

SIC
11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 Terra Distante
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buéréré
17.50 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Sinhá Moça
20.00 Jornal da Noite
20.45 A Próxima Vítima
21.50 Ponto de Encontro
22.40 Código de Silêncio
(ver «Filmes na TV»)
00.45 Último Jornal
01.00 Flash Back

TVI
10.30 Novos Ventos
11.10 Telhados de Vidro
11.45 Morena Clara
13.10 Primeira Mão
13.30 Jornal da Uma
14.05 Quem Sai aos Seus...
14.30 Esquadrão Classe A
15.30 A Escolha É Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.55 Novo Jornal
20.40 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
21.50 Marés Vivas
22.00 Vida Adiada - I
00.20 TVI Contacto
00.50 Negócios em Dia

Terça, 10

Canal 1
08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Maria José
14.45 Malha de Intrigas
15.45 Edera
16.25 Kananga do Japão
17.35 A Minha Vida Dava Um Filme
17.55 Futebol: Áustria-Portugal
19.30 Golo!
20.50 A Idade da Loba
21.35 Isto Só Vídeo
22.15 Ghost - O Espírito do Amor
(ver «Filmes na TV»)
00.20 24 Horas
00.50 Remate
01.10 Prisão no Espaço
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
16.30 Golo Europa
17.30 Rua Sésamo
17.55 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Star Trek - O Caminho das Estrelas
19.20 Rotações
20.20 O Programa Discovery
21.10 Lendas e Narrativas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.50 Bailado - Nederlans Dans Theater
23.55 A Par e Passo

SIC
11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 Dois Gémeos em Roma
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buéréré
17.50 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Sinhá Moça
20.00 Jornal da Noite
20.50 Camilo e Filho, Lda.
21.20 A Próxima Vítima
23.45 Casos de Polícia
01.00 Último Jornal
01.20 No Fim do Mundo

TVI
10.30 Vida Selvagem
11.10 Telhados de Vidro
11.45 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.55 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.00 Vida Adiada - II
23.50 TVI Jornal
00.20 Jornal de Negócios

Quarta, 11

Canal 1
08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
09.00 Notícias
09.05 Corpo Santo
10.00 Praça da Alegria
11.25 Culinária
11.40 Cortina de Vidro
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Maria José
14.40 Malha de Intrigas
15.35 Edera
16.25 Kananga do Japão
17.35 A Minha Vida Dava Um Filme
18.05 Pantanal
19.15 Golo!
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.30 Futebol: Áustria-Portugal
22.30 A Idade da Loba
23.20 Falhas e Fifiás
23.50 Amores Perfeitos
00.50 24 Horas
01.20 Remate
01.40 Vampirosos
(ver «Filmes na TV»)

TV 2
16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Lí, Tá
19.05 O Menor Verão Secreto
20.05 Comboios Como Não Há Outros
21.30 Planeta Terra
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Documentário - «África Selvagem»
23.45 Pavarotti e Amigos

SIC
11.00 Por Amar-te Tanto
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Imigrantes
14.30 Os Donos do Jogo
15.00 O Homem Que Eu Matei
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Buéréré
17.50 Notícias
18.00 Praça Pública
18.30 O Juiz Decide
19.00 Sinhá Moça
20.00 Jornal da Noite
20.50 Barba e Cabelo
21.20 A Próxima Vítima
22.20 Número Um
00.25 Último Jornal
00.45 No Fim do Mundo

TVI
10.30 Informação Religiosa
11.10 Telhados de Vidro
11.45 Morena Clara
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.30 Esquadrão Classe A
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Notícias
18.00 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.55 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.00 A Força da Ilusão
(ver «Filmes na TV»)
00.05 TVI Jornal
00.35 Jornal do Mundo



Pavarotti e os seus «amigos de ouro» em Modena

Por isto e por aquilo...

A Força dos Músculos (Quinta, 15.00, SIC)

Um jovem descendente de uma família da aristocracia de Alabama pretende fazer um negócio sobre uma propriedade, acabando por descobrir que ela pertence ao dono de um ginásio. Mas, ao visitar o clube, fica fascinado pelo mundo desconhecido dos clubes de musculação e acaba por apaixonar-se por uma das jovens que ali descobre. Até que começa a receber cartas de um seu tio que se mostra preocupado com a possibilidade muito provável de o seu sobrinho se transformar em mais uma das ovelhas ronzosas da família... Um filme ligeiro e divertido, em tom de comédia, com a revelação, ao lado de **Jeff Bridges** e **Sally Field**, de um **Arnold Schwarzenegger** no seu primeiro papel propriamente dito...

Flashdance (Quinta, 16.45, Canal 1)

Se os argumentos dos «musicais» clássicos de Hollywood deixavam com frequência muito a desejar quanto à sua coerência, verosimilhança e originalidade, que dizer deste outro «musical» moderno em que a principal personagem feminina trata de arranjar espaço e oportunidade para dar saída aos dois lados opostos (diurno e nocturno) da sua personalidade? Uma certa eficácia da realização, a inegável energia de alguns números musicais e a funcionalidade da música (**Georgio Moroder**) não disfarçam o principal problema do filme - o de, esteticamente, **Adrian Lyne** nunca se libertar dos estereótipos de um *videoclip* de longuíssima duração...

A Missão (Quinta, 17.35, TVI)

Já passou várias vezes nos diversos canais, entre os quais este. Com acção situada em plena América Latina, em meados do séc. XVIII, o filme conta-nos a história das relações entre um traficante de escravos e o padre de uma missão na sua luta contra a anexação dos territórios índios pelas tropas dos invasores espanhóis. Mas, para além da excelência da admirável sequência final do ataque à aldeia, todo o grandioso enquadramento paisagístico (que serve de base a uma sincera, mas por vezes ingénua, mensagem ecológica) reduz as personagens à pequenez de simples elementos do cenário envolvente, o que constitui frequentes motivos de desilusão.



Os Irmãos Marx, em «A Culpa Foi do Macaco», de Norman Z. McLeod

O Gigante (Quinta, 22.50, TV2)

Em tempos exaltada como uma grande obra, há que reconhecer que, neste filme caríssimo, adaptado do romance homónimo de **Edna Ferber** e realizado com desproporcionados meios de produção, o único elemento de verdadeiro interesse para a memória cinéfila é a presença incontornável de **James Dean**, num dos seus papeis mais carismáticos. Quando ao resto, esta história de traições e golpes baixos no seio da riquíssima família dos **Benedict**, proprietários petrolíferos no Texas, não passa de um enorme *Dallas* «avant la lettre»... Com música de **Dmitri Tiomkin**, pois claro...

O Intruso (Quinta, 01.00, SIC)

Obra quase testamentária - e primeira em que o realizador se decide a adaptar ao cinema **Gabrielle D'Annunzio** - tudo o que de grandioso teve a arte cinematográfica de **Lucchino Visconti** se encontra neste seu último filme: os cenários fabulosos, a sua «imoralidade» e recusa dos valores estabelecidos, a dura crítica à grande burguesia. Mais uma obra em que o pano de fundo é a



Um fotograma «Star Trek II», de Nicolas Meyer

sociedade italiana dos finais do século XIX - que tanto ajudou a desvendar e escarpelizar - com os encontros e desencontros amorosos de um grande burguês e de sua esposa e a perturbadora intromissão, na vida de ambos, de um escritor jovem e famoso.



Elizabeth Taylor e James Dean, numa cena de «O Gigante», de George Stevens

A Culpa foi do Macaco/Agulha no Palheiro (Sexta, 15.00, SIC)

Esta conhecida comédia clássica é um excelente representante do *burlesco* na cinematografia americana. O destaque vai para a participação dos **Irmãos Marx** - no terceiro filme da sua carreira (e no primeiro em que puderam dispor de meios confortáveis para a produção) - na pele de quatro passageiros clandestinos a bordo de um navio, constantemente metidos nas maiores tropelias e confusões. Um dos momentos mais impagáveis do filme é aquele em que os quatro irmãos imitam, um após o outro, a voz e os *tiques* de **Maurice Chevalier**.

Como era Gostoso o meu Francês (Sexta, 23.50, TV 2)

Um cidadão francês é capturado por uma tribo indígena na qual faz os possíveis por se integrar, até que um belo dia, numa cerimónia antropófaga em que os índios se alimentam dos seus inimigos para melhor se apoderarem da sua força, acaba por ser comido... Um filme de intensa ironia anticolonialista, realizado no início dos anos 70 pelo cineasta **Nelson Pereira dos Santos**, ao qual a TV 2 continua a dedicar um importante ciclo.

Barbarosa (Sábado, 17.15, Canal 1)

Um interessante *western* australiano que nos conta, com todos os condimentos habituais no género, as aventuras de um fora-da-lei lendário em fuga na companhia de um seu protegido. Duas boas interpretações de **Willie Nelson** e **Gary Busy**.

Star Trek II / Star Trek III (Sábado, a partir das 02.15, SIC)

Trata-se de mais dois dos inúmeros filmes com que a SIC preenche a sua emissão «non-stop» de aniversário. Estes - apresentados de seguida até às seis da matina - são os números II e III das sequelas da primeira versão, para o cinema, da célebre série de ficção científica televisiva, em que funcionam todos os actores da série, sendo até que o segundo apresentado hoje é realizado por **Leonard Nimoy**, o famoso **Dr. Spock** - o que não é para admirar já que, neste género de produção industrializada em série, basta a um sujeito sentar-se na cadeira do realizador e dizer «Acção!», para que toda a máquina se ponha em impecável e eficaz movimento.

Um Bairro em Nova Iorque (Domingo, 16.50, SIC)

Aqui sim, a coisa fia mais fino. É que o actor que, desta vez, não apenas funciona à frente das câmaras como atrás delas - **Robert De Niro** - revela-se senhor do indispensável talento para o fazer. O filme fala-nos das nostálgicas memórias de um jovem crescendo, nos anos 60, na cidade de Nova Iorque, acompanhando e convivendo com as diabruras de um pequeno grupo de aprendizes de *gangsters* até ser ele próprio sorvido



Gary Busy e Willie Nelson, em «Barbarosa», de Fred Schepisi

pelo mundo do crime. Recheado de interpretações magníficas e atento aos pormenores da narrativa, que ajudam a criar o enquadramento social de uma dada situação (embora o início seja catastrófico, pelo pleonasma existente entre a narração da voz *off* e a duplicação das imagens e situações que essa voz descreve), o filme de **De Niro** é como que uma sequência de um outro filme anterior de **Martin Scorsese** - *GoodFellas*.

Vermelho e Negro (Domingo, 00.30, TV 2)

Um interessante e bem acabado *telefilme*, em forma de «thriller» - a primeira aparição num dramático televisivo por parte de **Gregory Peck** desempenhando o papel de um dignitário do Vaticano que se preocupa em dar abrigo e esconderijo a prisioneiros de guerra fugitivos clandestinos na ocupada cidade de Roma, enquanto um oficial nazi (**Christopher Plummer**) procura descobrir a sua cumplicidade nessas acções.

Terra Distante (Segunda, 15.00, SIC)

Um criador de gado, **Jeff Webster**, transporta uma manada de gado em direcção ao Alasca. Mas ele é acusado de ter morto dois homens e, assim, tem de encontrar guarida junto de **Rhonda Castle** até apanhar o barco que o conduzirá até ao Canadá. É então que, ali chegado, se mete em fortes sarilhos com o bando de um grande senhor local, **Gannon**, que acabará por liquidar. Um **James Stewart** a matar, num *western* interessante e pleno de humor realizador por um notável especialista - **Anthony Mann**.

Código de Silêncio (Segunda, 22.40, SIC)

Por uma vez, pode dizer-se que este filme «estrelado» por uma dos canastrões mais caros aos programadores de cinema da SIC - **Chuck Norris** - até nem desmerece uma visão, já que, no género, parece ter alguns condimentos que fogem ao trivial e mais que visto. **Norris** desempenha de novo o papel de um polícia solitário, o qual (ultrapassando as burocracias e outros empecilhos da estrutura policial) tem de se ocupar da caça aos criminosos. Mas o que as referências apontam como interessante e invulgar neste tipo de filmes - para além das inúmeras cenas em que destemidos duplos se encarregam de, nas condições mais inimagináveis e assustadoras, «dobrar» a personagem de **Norris** - é podermos assistir a presença de um par de personagens de alguma consistência humana e dramática. A confirmar.

O Homem que eu Matei (Quarta, 15.00, SIC)

Chegada a paz, um jovem francês, desesperado pelo remorso de ter morto um jovem alemão durante a guerra, parte em busca da família deste com a intenção de pedir perdão pelo seu acto. Mas é tratado como um filho e apaixonou-se pela noiva do jovem que matara, acabando por nada dizer sobre aquilo que ali o trazia. Adaptando ao cinema um romance de **Maurice Rostand**, o cineasta **Ernst Lubitsch** transforma num drama cruel aquilo que inicialmente não era mais do que um melodrama, embora seja apontada ao filme uma certa ambiguidade quanto à mensagem final a extrair.

Miguel e as imposturas

■ Correia da Fonseca

Na antevéspera das eleições, não ficaria bem a Miguel Sousa Tavares disparar contra os comunistas mais uma daquelas diatribes ferozes e toscas que o consagraram como o mais irracional dos anticomunistas entre todos os «independentes» que cintilam no firmamento mediático: Já semanas antes, de resto, tinha pago o seu tributo com um artigo em estilo que já não se usa e que lhe grangeou respostas em tom vário, desde o pedagógico, que Tavares já nem merece, até ao galhofeiro, porventura mais indicado. Assim, em véspera de tempo de reflexão, optou por exercer a segunda das suas vocações aparentemente mais profundas, que é a de arremeter contra a crítica de TV em indirecta defesa do telelixo da sua dama, a SIC. E escreveu «sua dama», não porque considere que Miguel Sousa Tavares esteja por conta dela, mas sim porque o serviço que lhe presta (na acepção arcaica do cavaleiro ao serviço da castelã, entendendo-se) o tem arrastado para posições desvairadas e extremas.

Arrastou-o desta vez para a produção de algumas imposturas que convirá descascar aqui, enquanto prossegue nos quatro canais da TV portuguesa a chuva miudinha e rala de novas rubricas em estreia que, sendo embora insuficientes para substanciar uma alteração minimamente interessante no quadro global da Televisão que temos, porventura virão justificar, dentro de dias, alguns comentários e avaliações. É que o tom teorizante utilizado por Sousa Tavares, acrescentado à reputação de credibilidade e isenção que o ar trombudo e os modos desabridos lhe grangearam, pode enganar alguns espíritos de boa-fé e induzir em erro acerca de uma questão tão importante como a presença da TV nas sociedades actuais e, mais grave ainda, nas imediatamente futuras.

Televisão e ovos podres

Não me sobra o espaço nem a pachorra para fazer o inventário completo das mistificações propostas por Sousa Tavares na área relativamente acanhada de meia página do «Público»,

em número tal que corresponde a uma interessante densidade de equívocos por centímetro quadrado. Limitar-me-ei, portanto, a referir as mais estrondosas ou as que pior me caíram, o que já será bastante. E começarei, talvez um pouco ao acaso, por uma aldrabice que já é habitual mas só costuma ser utilizada por gentes de engenho mais tosco: «os nossos críticos de Televisão só se ocupam do que é mau. Criticar, para eles, é apenas dizer mal». É mentira. O próprio Miguel Sousa Tavares é prova disso, pois já tem sido generosamente aplaudido até pelos críticos de TV mais qualificados: O homem, pelos vistos, adiciona a ingratidão ao gosto pela inverdade; há gente assim. Umhas linhas antes, escrevera que «tornou-se moda convidar figuras públicas para as funções de críticos de televisão». Também não é verdade: nem sequer o jornalista que actualmente desempenha as funções de chefe da Casa Civil da Presidência da República se tornou, por causa disso, figura pública. Dir-se-ia que Miguel foi mordido pela vespazinha da inveja, oxalá me engane.

Noutro passo, escreve Sousa Tavares que «nem Popper (cujo texto sobre os malefícios da televisão só foi editado cá após a sua morte) nem Alfredo Barroso entendem o que quer que seja sobre televisão», sentença que depois se completa com a alegação de que o exercício da crítica de TV exige um «conhecimento específico» e «suficiente» «da sua linguagem própria e da sua parafernália tecnológica», pelo que se tornaria evidente que «nem Popper nem Barroso «sabem do que falam».

Passo por cima da sobrançeria que as palavras denunciam, aliás tão próprias do estilo habitual de Tavares, e sublinhou que o seu vocabulário pomposo não faz mais que retomar o argumento paupérrimo usado por muitos que há anos arrastam mediocridades afrontosas pelos estúdios de TV. Sugere-me eles, com maior ou menor clareza, que os críticos de TV só teriam autoridade bastante se tivessem partilhado com eles, ali, nos bastidores da Televisão, as rotinas esterilizantes, as espessas ignorâncias e as subserviências tradicionais, o que redundaria na cumplicidade corporativa que haveria de torná-los inócuos.

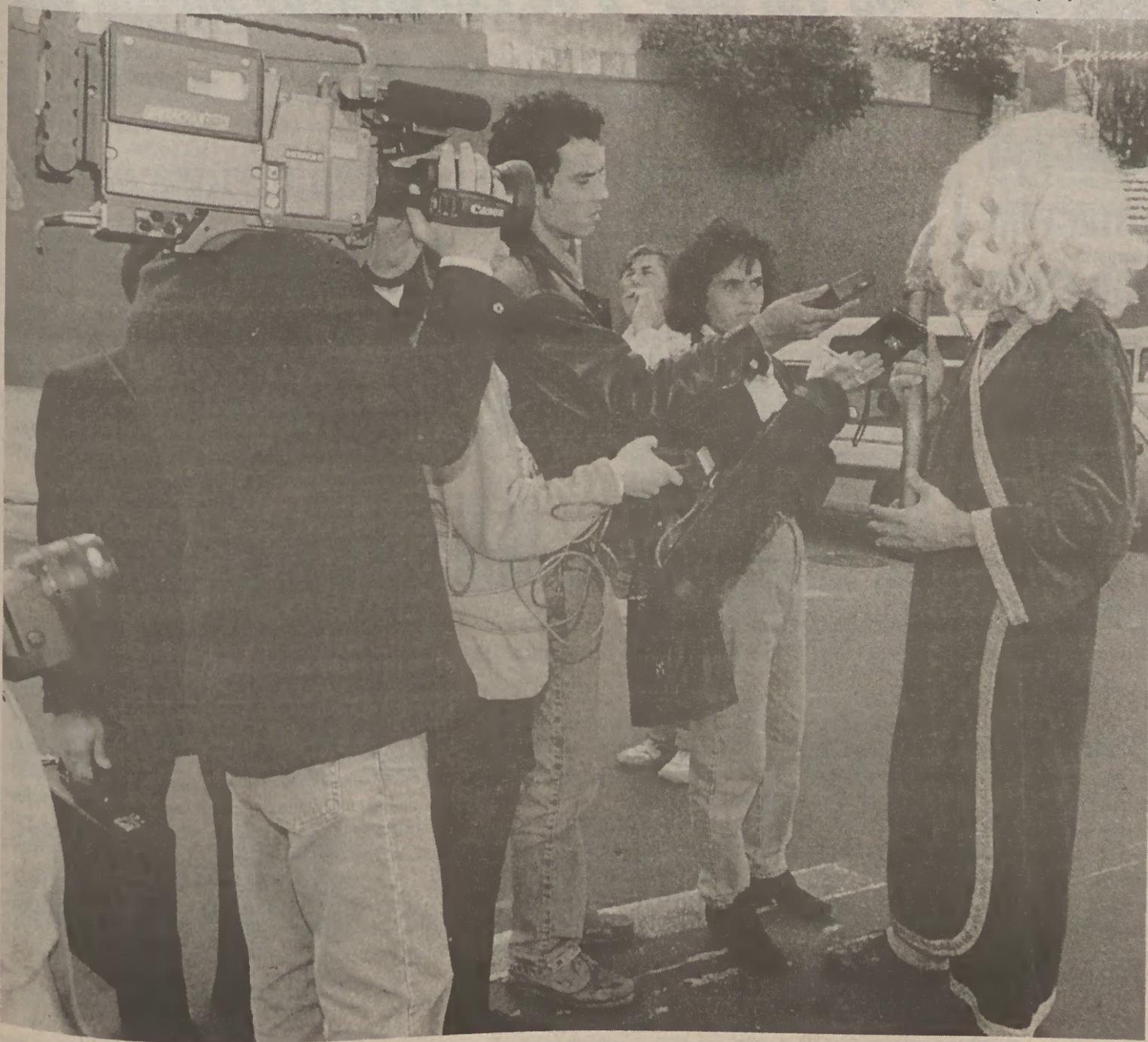
É a tentativa de reeditar a lógica que reivindicaria para a galinha, que põe os ovos, ou para o diálogo, que estuda o processo científico da sua formação, o exclusivo direito de dizer que os ovos estão podres. Porém, designadamente no que diz respeito à «parafernália», que de facto é um palavão impressionante, não é verdade que o crítico literário deva conhecer as técnicas de composição e montagem gráficas ou que o crítico musical seja um hábil construtor de instrumentos, sequer um grande intérprete. Miguel Sousa Tavares faz batota. Sabendo, o que é feio, ou não se dando conta disso, o que é triste.

Democracia de ceguinhos

Mais adiante, agita o papão da censura tentando confundir-lo com o eventual acto da selecção pela qualidade. E escreve: «Será que a simples exclusão daquilo que não tem qualidade resolveria o problema de haver uma procura crescente do que não tem qualidade e, inversamente, de haver cada vez menos público a exigir qualidade (...)»? É mais um truquezinho que tenta levar água podre ao moinho de Rangel. Porque, na verdade, não basta a exclusão do lixo: é indispensável colocar o público em situação de escolha possível fornecendo-lhe a qualidade que integre suficiente poder de sedução e, por outro lado, exercendo uma acção didáctica que lhe explique por que é que o lixo é não apenas reles mas também venenoso, o que ainda é mais importante.

Num assomo de teorização política, diz Miguel que «a televisão é o instrumento e a instituição mais democrática que o homem já inventou». Pelos vistos, tem uma visão muito redutora da democracia, e só ela, de resto, é que o leva a defini-la como «o sistema em que o voto de um ignorante vale o mesmo que o voto de um sábio». Contudo, a expressão opinativa que o voto substancia pressupõe, em vivência democrática, um percurso anterior que passa pela informação, pelo esclarecimento, pela aquisição de cultura, sem o que a sociedade supostamente democrática redundaria num logro infame em que multidões de cegos dariam legitimidade ao poder de reis de um só olho. Ora, até Miguel Sousa Tavares é capaz de perceber que as actuais escolhas dos cidadãos telespectadores não resultam de esclarecimento prévio, de informação, sequer da possibilidade de confrontos adequados.

Contudo, já no final do seu texto, Sousa Tavares reconhece que «a televisão é má», que «pega nas crianças em pequenos e as devolve depois adolescentes drogados, adultos violentos ou seres deprimidos» (panorama que, de resto, me parece excessivamente carregado de tintas nigérrimas). E este reconhecimento, total ou parcial, perturba-me: dir-se-ia que a empenhadíssima defesa que Miguel Sousa Tavares faz da concreta TV medíocre que diariamente é lançada sobre o País, que o ódio à crítica que o tresvaria, não decorre de equívocos, de avaliações erradas, mas sim, mais simples e tristemente, da falta de escrúpulos. Porque a cumplicidade paga dividendos. E embora eu recuse a suspeita, que me parece excessiva, acontece que ela regressa sempre. Tenho pena.



de FOICE A descavacada

A estrondosa derrota do PSD nas eleições legislativas do passado domingo é passível duma enxurrada de alibis, e muitos já são os que, no seu interior, baldeiam o que podem para engrossar a corrente. Ele é a Comunicação Social que esteve «contra o Partido Social Democrata», ele é o descontentamento popular que «não foi interpretado em devido tempo», ele é a «contracorrente feita por alguns no seio do partido», ele é, mesmo, o próprio Cavaco Silva, já abanado no seu pedestal como alguém que abandonou o barco quando a procela se aproximava.

O que ninguém diz, no PSD, é que as razões fundamentais da derrota estão na política seguida ao longo destes 10 anos.

Uma política que aniquilou zonas estratégicas da economia, delapidou recursos nacionais, feriu profundamente todos os sectores produtivos, desequilibró a economia ao entregá-la à especulação financeira, arruinou milhares de agricultores e empresários, comprometeu o desenvolvimento, semeou o desemprego e a miséria, abriu caminho ao crescimento vertiginoso da criminalidade, achincalhó o Estado com ondas de corrupção.

Na verdade, o grande derrotado do passado domingo não foi apenas o PSD, mas essencialmente a sua política de direita. Foi contra ela - e não contra os, de repente, feios olhos do PSD - que os votos se ergueram aos milhões, dando corpo a um vasto descontentamento. Daí que a vitória do PS não seja um mero fenómeno comunicante, com transferência de votos por gravitação, e será mau que o PS o não compreenda: a oportunidade que recebeu mede-se pelas promessas que fez e as expectativas que criou numa mudança e não, certamente, pelos seus, também de repente, bonitos olhos face ao eleitorado...

Mas esta política ruínosa praticada durante dez anos pelo PSD tem uma paternidade com rosto e nome. Aliás, um rosto e um nome tão autoritariamente tutelares, que a adjectivaram. Daí a derrota laranja ser, em igual medida, a derrota do cavaquismo e de Cavaco Silva, por muito que o próprio fuja a assumi-lo, como foi sempre o timbre da sua vida política.

E é precisamente pela fuga que a derrota de Cavaco Silva merece complementar realce.

O cavaquismo nasceu, cresceu e impôs-se à medida do seu mentor, que se afirmou um perito em alquimia: golpes de sorte transformados em manifestações de génio, prepotências maquilhadas de firmeza, demagogia travestida de seriedade, promessas não cumpridas apresentadas como obra feita, silenciamento da oposição a fazer prova da sua competência governamental. O que Cavaco Silva nunca conseguiu transformar foi a sua atávica incapacidade em se confrontar com os outros. Fugiu sempre, como o diabo da cruz, ao debate com dirigentes dos partidos que se lhe opunham, enquanto internamente cortou pela raiz qualquer veleidade de oposição. E foi a fugir que construiu uma longa e original carreira política, tornando-se indiscutível entre os seus pares e invulnerável perante o País.

A sua derradeira fuga iluminou o cavaquismo como uma pincelada final: ao cheirar a derrota inevitável, abandonou à sua sorte o partido, as responsabilidades e quem, nelas, o serviu fielmente ao longo dos anos. E quer este homem ser Presidente da República.

Cabe, de qualquer modo, assinalar que se Paris merecia uma missa, a derrota do cavaquismo não vale menos que um requiem. Obviamente nada de Mozarts, Cherubinis ou Verdis, que não têm bedelho para isto.

A coisa pede talento robusto e première condigna. Sugerimos o Roberto Leal, com estreia no cinema Império. É da igreja universal e sempre fica ao lado da Alameda, esse fetiche do PSD.

■ HC

Lopes da Costa e IVD Luta dos têxteis dá frutos na Beira Alta

Os trabalhadores mantêm-se vigilantes e disponíveis para novas acções

Os cerca de 300 trabalhadores da fábrica «Têxtil Lopes da Costa», de Moimenta da Serra/Gouveia, retomaram segunda-feira o trabalho, após um mês de paralisação por falta de pagamento de salários e de matéria-prima.

A agência Lusa, citando fonte sindical, adianta que a decisão foi tomada depois de acordo com a administração da empresa, em que o ex-presidente do Sporting Clube de Portugal, João Rocha, é accionista maioritário. A entidade patronal comprometeu-se a pagar amanhã o salário referente a Maio, mas os trabalhadores pretendem que os vencimentos sejam pagos atempadamente no final de cada mês.

Actualmente, encontram-se em atraso os salários de Maio a Setembro e o subsídio de férias deste ano, bem co-

mo os subsídios de Natal e férias desde 1993.

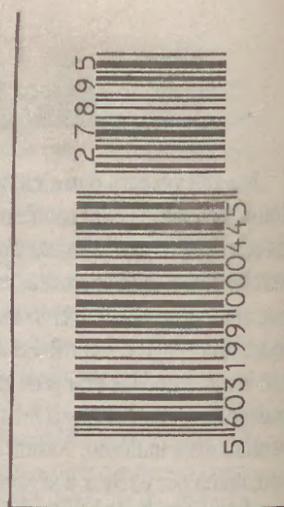
A exigência de viabilização da empresa motivou ameaças de boicote às eleições legislativas de domingo por autarquias de Moimenta da Serra, Lagarinhos e Vinhó, as quais, em caso de encerramento ou situação grave da empresa, são as mais afectadas, por se encontrarem na área de influência da fábrica e dali serem oriundos muitos dos trabalhadores. O acordo entretanto alcançado permitiu que os boicotes não se concretizassem.

Os trabalhadores da IVD (Indústria de Vestuário do Dão), no concelho de Mangualde, conseguiram anteontem, em reunião com responsáveis da Segurança Social e do Centro de Emprego de Viseu, garantias de subsídio de desemprego para 50 trabalhadores e emprego para 20.

Os 70 trabalhadores da IVD estão há já cinco meses sem receber salários e optaram pela rescisão coerciva dos contratos, visto que os dois patrões-administradores são dados como ausentes no estrangeiro e não deixaram morada de contacto.

No entanto, o paradeiro dos donos da IVD continua a suscitar polémica porque alguns ex-funcionários da empresa garantem que «eles foram vistos nas redondezas e escondem-se porque sabem que as coisas podem aquecer se forem apanhados».

José Alberto, do Sindicato Têxtil da Beira Alta, disse à agência Lusa que «apesar de terem conseguido o acesso ao subsídio de desemprego, os trabalhadores não conseguiram mais que uma meia-vitória, visto que não lhes foi garantido um plano para a viabilização económica da IVD».



Apesar da garantia de que o subsídio de desemprego incluirá o mês de Outubro, a ausência de certezas sobre as indemnizações de direito e o pagamento dos cinco meses em atraso «obriga os trabalhadores a continuar a luta até que vejam satisfeitas as suas pretensões», apontou José Alberto.

Com a reunião de terça-feira chegou ao fim um período de acções dos trabalhadores, que fizeram uma concentração junto ao Governo Civil de Viseu (onde conseguiram marcar a reunião de dia 3) e ainda uma manifestação por ocasião da deslocação de Cavaco Silva a Mangualde, no final de Setembro.

«Os Verdes» e os resultados eleitorais

Numa primeira apreciação aos resultados eleitorais, divulgada anteontem pelo seu Gabinete de Imprensa, o Partido Ecologista «Os Verdes» decidiu tornar públicas as seguintes considerações:

1. «A grande maioria do povo português expressou de forma clara a condenação da política e da acção governativa do PSD. Esta condenação expressa pelo voto é também manifestada por cerca de 1/3 do eleitorado que, face às políticas seguidas por sucessivos governos, deixou de acreditar nas instituições e, por isso, não participa no acto eleitoral. Situação extremamente preocupante para quem, como nós,

acredita que uma sociedade mais justa e humanizada será tanto mais facilmente atingida quanto maior e mais alargada for a participação dos cidadãos.»

2. «A necessidade sentida de mudar e a vontade de penalizar o PSD terá levado um número significativo de eleitores a concentrar o seu voto no PS e no CDS/PP. Assim, enquanto ao PP voltou o elei-

torado que em eleições legislativas anteriores havia optado por votar no PSD, ao PS aclo-diram, de entre os descontentes com a política laranja, anteriores votantes do PSD e da CDU. Estes últimos, não tanto pelos créditos que lhes dá a prática e opções políticas do PS, mas fundamentalmente por se tratar de eleitores que não resistiram às pressões da ideia de bipolarização e do voto útil. Caberá, agora, ao Partido Socialista saber interpretar o significado desta votação.»

3. «A CDU, ao manter praticamente a votação de 1991,

continua a ser uma importante força política e uma referência fundamental na sociedade portuguesa, sendo clara a adesão de novos votantes ao seu projecto e às suas propostas. Será com base na avaliação destes resultados e do seu significado que o Partido Ecologista «Os Verdes» e as duas deputadas agora eleitas para a Assembleia da República irão continuar a trabalhar para defender e valorizar o nosso património natural e para melhorar as condições e qualidade de vida das portuguesas e dos portugueses.»

«A mensagem da CDU continua válida»

Depoimento de Blasco Hugo Fernandes, presidente da Comissão Directiva da Intervenção Democrática

Solicitado pelo «Avante!» a tecer um comentário aos resultados das eleições legislativas, Blasco Hugo Fernandes prestou-nos um breve depoimento, que tem naturalmente em conta a análise feita segunda-feira na reunião da Comissão Directiva da Associação «Intervenção Democrática».

Para a ID, «a crise económica, social, cultural e política marcou negativamente a vida dos portugueses nos últimos anos, em consequência da nefasta política neoliberal do PSD e seu Governo», pelo que a associação e a CDU «sempre defenderam a necessidade imperiosa de se afastar o PSD do Governo, para que houvesse lugar para uma mudança na vida política do País para benefício de Portugal e da generalidade dos cidadãos».

«Os resultados eleitorais de dia 1 de Outubro constituíram uma clara derrota do PSD e da direita e, naturalmente, da sua política, o que constitui a concretização de um dos objectivos

fundamentais da CDU e da sua estratégia eleitoral» - salienta Blasco Hugo Fernandes, notando ainda que «o eleitorado demonstrou também a sua relutância por maiorias absolutas, traumatizado como está pela amarga experiência do último decénio».

A campanha eleitoral «decorreu sob o signo da bipolarização e do voto útil, pretendendo-se com isso incutir no espírito dos eleitores e dos cidadãos que os destinos do País se definiam apenas entre dois partidos» e «isto repercutiu-se de algum modo no resultado obtido pela CDU» - afirma o dirigente da ID.

«Em todos os casos, a mensagem política da coligação continua válida, daí a necessidade do reforço continuado e permanente do contacto com as populações, como é nossa prática corrente, para que se possa repercutir no futuro de forma mais expressiva, sobretudo se não houver a desejada real mudança na política do País e um real aumento do bem-estar material, social e cultural dos portugueses» - conclui Blasco Hugo Fernandes.